



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**A Política Externa Angolana no Processo de  
Reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau**

**Zeferino Cariço André Pintinho**

Orientação: Prof. Doutor Marco António Gonçalves  
Barbas Baptista Martins

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

Évora, Ano 2014

*Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri*



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**A Política Externa Angolana no Processo de  
Reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau**

**Zeferino Cariço André Pintinho**

Orientação: Prof. Doutor Marco António Gonçalves  
Barbas Baptista Martins

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

Évora, Ano 2014

*Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri*

## **Resumo**

### **A Política Externa Angolana no Processo de Reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau**

A Guiné-Bissau é um destino inevitável dos esforços angolanos no âmbito da sua política externa e de investimentos. O presente trabalho tem por objectivo estudar as motivações da intervenção de Angola no processo de Reforma das Forças de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau. Apresenta uma análise do sector, desvendando as raízes dos problemas que o assolam, escrutinando a situação actual, identificando os constrangimentos e as ameaças, antes de anunciar um conjunto de propostas concretas de solução. O ambiente de insegurança causado por vários episódios de guerras e sublevações armadas transformou-se num importante obstáculo para o desenvolvimento económico e social, desencorajando os investimentos desviando os poucos recursos do país para as despesas improdutivas, impedindo o desenvolvimento. Perante este cenário a construção de condições sólidas para uma segurança duradoura, torna-se uma premissa incontornável, e uma condição fundamental para repor a Guiné-Bissau ao rumo de desenvolvimento sustentável para a construção do bem-estar das populações.

**Palavras-chave:** Política Externa, Reforma, Defesa e Segurança, Forças Armadas da Guiné-Bissau, Missang e Angola

## **Abstract**

The Angolan Foreign Policy Reform Process in the Armed Forces of Guinea-Bissau

The Guinea-Bissau is an inevitable fate of Angolan efforts in its foreign policy and investments . The present work aims to study the motivations of the intervention of Angola in the process of reform of the Defence and Security of Guinea-Bissau. Presents an analysis of the sector , uncovering the roots of the problems that plague , scrutinizing the current situation , identifying the constraints and threats , before announcing a set of concrete proposals for solutions . The environment of insecurity caused by several episodes of wars and armed insurgency has become a major obstacle to economic and social development , discouraging investments diverting the limited resources of the country to unproductive spending , hindering development . Against this background building solid conditions for lasting security becomes an inescapable premise , and a key to reset the Guinea-Bissau to the path of sustainable development to build the well- being of populations condition.

**Key-words:** Foreign Policy, Reform, Defence and Security, Armed Forces of Guinea-Bissau, Missang and Angola

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha querida esposa Ivone Pintinho, que sempre acreditou em mim, defendendo a posição segundo o qual, para se chegar ao final das coisas, o primeiro passo é julga-lás possíveis. Esse trabalho é produto do seu investimento e por isso dedico especialmente. E a minha filha Elisama Eunice Bartolomeu Pintinho.

## AGRADECIMENTOS

Antes de começar a fazer a apresentação da grelha de personalidades que contribuíram de forma directa e indirecta para que esse trabalho se traduzisse numa realidade, permitam - me agradecer a Deus todo-poderoso, por me revelar a inteligência, força, eficácia, princípios, para elaboração do mesmo.

Em segundo lugar, agradeço a minha esposa Ivone Etianete Domingos Bartolomeu Pintinho pela solidariedade demonstrada durante a materialização deste trabalho, pela força que brindou e não só como também pelas noites perdidas tudo em prol da digitalização do trabalho.

Agradeço também aos meus familiares, nomeadamente André Pintinho (pai), Esperança Cariço (mãe in memoriam) os irmãos Nelito Pintinho, Ruth Pintinho, Marcelino Pintinho, Ana Pintinho, Pedrito Pintinho e André Pintinho (o cassula), obrigado pela força e pelos incentivos.

Seria ingratidão da minha parte se não reconhecesse o esforço abnegado demonstrado Pelo Dr. Marco António Gonçalves Barbas Baptista Martins, que para todos efeitos, foi um dos grandes expoente, para que esse desiderato fosse atingido. Prezado Doutor! Não tenho frases para enunciar e ajustar os seus conselhos, orientações e encorajamentos que traduziram em cada uma das premissas determinante para efectivação deste trabalho. Estou certo que devido a distancia que nos separavam, as responsabilidades foram muito acrescidas e pela forma como o Doutor imprimiu a sua dinâmica só Deus lhe pagará.

Em especial agradeço também ao General Zé Grande, Director das Relações Exteriores do Ministério da Defesa, ao Dr. Pedro Rodrigues, Director do Gabinete do Ministro do Interior, ao Comissário António Vicente Gimbe, Comandante do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, ao Tito Manuel Comandante Provincial de Bombeiros de Luanda, ao Coronel Pedro Sozinho, Chefe da Repartição de Coordenação e Avaliação de Programas da Força Aérea Nacional, ao Tenente-Coronel Abraão Sapalalo, ao Coronel Pedro Bartolomeu. Todos vós foram tão importantes na superação das inúmeras dificuldades que se apresentaram no transcorrer desta jornada de exploração do universo da Política Externa angolana na Guiné-Bissau.

Devo agradecer ainda, ao Dr. Manuel Vaz Afonso Fernandes, Conselheiro Jurídico da CEEAC pelo apoio moral, aos doutores, Donato Mbianga, Makuta Nkondo, Nimi a Sini,

Dr. José Ampa e ao Dr. Fernando Manuel, docente do Instituto de Relações Internacionais pela conversa frutífera que tivemos sobre o processo de reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau levadas a cabo pela Missang.

Aos professores do mestrado, pelas diferentes abordagens teóricas, analíticas, na qual tiramos bom proveito nos enquadramentos teóricos e conceptuais desta dissertação.

Aos meus colegas e amigos, Nelson Miranda, Bela Chindundo, Jorge Faustino, Isaac Simião, Walker Garcia, Fátima Paulo, José Vilema Paulo, David Agostinho, Verissimo da Rosa, Flávio Chimbundi, Simão Quintas, Ângela Vimpi, Edson Arantes, Júlia Pacavira, Arleth, Nzinga Neto, Avelino Muachicassa (Padre), Catarina Marcelino (Ir. Caty), Marinela Cajimbe, Guilherme Matondo, Gaspar Pinto, Jeremias, Rogério, Lúzia Sebastião, Eugénia Tavares pelo acolhimento em Portugal e a melhor sogra do mundo "Catarina Domingos"

E por fim, agradeço a todas entidades eclesíasticas, nomeadamente: Reverendo Dr. Francisco Domingos Sebastião, Pastor Presidente da Assembléia de Deus Pentecostal do Maculusso, Reverendo Ernesto Munge, Pastor Presidente da Igreja Evangélica Pentecostal Maranata, ao Pastor Toy Barros, Pastor Domingos Jaime, Pastor Filismino Sebastião, Pastor Augusto, Pastor Leôncio, Pastor Faustino, Pastor Osnei Carvalho, Evangelista Carlos Lopes, aos Diáconos (a), Mota, Judith, Jó, Nelson e ao Missionário José Tavares.

O meu profundo e eterno agradecimento e reconhecimento a todas estas pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação de mestrado.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**AEPC** - Programa de Assistência de Emergência Pós-Conflito

**ANIP** - Agência Nacional de Investimento Privado

**AP** - Administração Pública

**CARI** - Conselho Argentino de Relações Internacionais

**CEDEAO** – Comunidade Económica da África Ocidental

**CEEAC** - Comunidade Económica dos Estados da África Central

**CEMGFA** - Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas

**CEMGFAG** - Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Guineense

**CGG** - Comissão do Golfo da Guiné

**CPLP** - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**CPS** - Conselho de Paz e Segurança

**CRGB** - Constituição da República da Guiné-Bissau

**ECOMOG** – Comunidade Económica dos Estados Africano Grupo de Acompanhamento do Oeste

**EUA** - Estados Unidos da América

**FA** - Forças Armadas

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**FNLA** - Frente Nacional de Libertação de Angola

**GIR** - Grupo de Intervenção Rápida

**IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano

**IPRIS** - Instituto Português de Relações Internacionais

**LGDH** - Liga Guineense dos Direitos Humanos

**MISSANG** - Missão Angolana na Guiné-Bissau

**MPLA** - Movimento Popular de Libertação de Angola

**MTMB** - Missão Técnica Militar Brasileira



**NU** - United Nations

**ODM** - Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PAIGC** - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

**PBC** - Comissão para a Consolidação da Paz das Nações Unidas

**PIB** – Produto interno Bruto

**PM** - Primeiro-Ministro

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**POP** - Polícia de Ordem Pública

**PRS** - Partido de Renovação Social

**RDC** - República Democrática do Congo

**RMDPLOP** - Reunião dos Ministros da Defesa dos Países de Língua Oficial Portuguesa

**RSS** - Reforma do Sector de Segurança

**RSSD** - Reforma do Sector de Segurança e Defesa

**SADC** - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

**SMO** - Serviço Militar Obrigatório

**UA** - União Africana

**UE** - União Europeia

**UEMOA** – União Económica e Monetária do Oeste Africano

**UNIOGBIS** - United Nations Integrated Peace building Office in Guinea-Bissau

**UNITA** - União Nacional Para Independência Total de Angola

**UPG** - Partido da União Patriótica Guineense

**URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## ÍNDICE

1- Introdução-----	12
2 Objectivos-----	14
2.1 Geral-----	14
2.2 Específicos-----	14
3. Breve revisão da literatura-----	14
4 Metodologia aplicada -----	17
<b>Capítulo I – BREVE CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICO E ESTRATÉGICA DA GUINÉ-BISSAU-----</b>	<b>18</b>
1.1 O espaço geográfico-----	17
1.2 Caracterização política-----	19
1.3 A perspectiva económica-----	24
1.4 As diversas complexidades sócio-culturais-----	27
1.5 As Principais Etnias Islamizadas-----	30
<b>Capítulo II – AS MOTIVAÇÕES DA INTERVENÇÃO DE ANGOLA NO PROCESSO DE REFORMA DAS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA DA GUINÉ-BISSAU-----</b>	<b>39</b>
2.1 A Formulação da política externa de Angola-----	39
2.2 Os acordos de cooperação rubricados entre Angola e a Guiné-Bissau-----	44
2.3 A Implementação do Programa de Cooperação Técnico-Militar e de Segurança entre Angola e a Guiné-Bissau-----	47
2.4 A Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau ( MISSANG)-----	49
2.5 A Reforma do Sector de segurança: Rumo ao momento decisivo-----	56
2.6 Diagnóstico da situação actual no Sector da defesa e segurança e justificação da reforma- -----	60

2.7 Os militares Guineenses e o Processo de Reforma-----	64
<b>Capítulo III – A COMUNIDADE INTERNACIONAL E A REFORMA DO SECTOR DE SEGURANÇA NA GUINÉ-BISSAU-----</b>	<b>70</b>
3.1 A CPLP-----	72
3.2 A União Africana-----	80
3.3 A CEDEAO-----	81
<b>Capítulo IV O FIM DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR, ENTRE ANGOLA E A GUINÉ-BISSAU E OS SEUS EFEITOS-----</b>	<b>85</b>
4.1 O fim da cooperação-----	85
4.2 O factor do narcotráfico-----	88
4.3 A influência estratégica dos países da CEDEAO face a presença de Angola na Guiné-Bissau-----	95
<b>5 CONCLUSÕES-----</b>	<b>98</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----</b>	<b>104</b>
<b>ANEXOS-Transcrições das perguntas das entrevistas realizadas-----</b>	<b>119</b>
Anexo-I: Entrevista com JOSÉ AMPA GATUBÓ-----	119
Anexo-II: Entrevista FERNANDO MANUEL-----	120
Anexo-III: Entrevista PEDRO SOZINHO-----	121

## 1. Introdução

O trabalho que aqui apresento versa sobre o tema " *A Política Externa Angolana no Processo de Reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau*". No âmbito dos pressupostos da política externa de Angola, pretendemos com este trabalho demonstrar quais foram as Motivações da Intervenção de Angola no Processo de Reforma das Forças de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau? Para responder esta pergunta recorreremos a seguinte hipótese: Ajuda de Angola no apoio ao processo de Reforma das Forças de Defesa e Segurança na Guiné-Bissau foi fundamental para estabilização da Guiné-Bissau.

Com efeito, a reforma nestes sectores visava a redução dos actuais efectivos, a modernização das infraestruturas e o retorno à estabilidade no país com o afastamento dos militares da vida política. Além disso, com a reforma, pretendia-se reduzir e modernizar as diferentes forças policiais no país, harmonizando e extinguindo outras, tudo na perspectiva de criar uma Guarda de Segurança Nacional, atualmente composta pela Polícia de Proteção Pública, Polícia Judiciária, Polícia de Trânsito, Polícia de Intervenção Rápida, Polícia Marítima, Guarda-Fiscal e Guarda-Florestal.

A insegurança de que padece atualmente a Guiné-Bissau tem raízes profundas que remontam até ao próprio processo de construção do Estado. A longa guerra de libertação nacional que durou onze anos deixou sequelas graves e heranças pesadas. Este legado determinou uma evolução complexa que transformou os problemas de segurança num obstáculo à construção de um Estado de direito democrático assim como ao desenvolvimento económico e social. Neste sentido algumas suposições são colocadas, as quais poderiam estar na base dos processos que levaram a Guiné-Bissau a esta condição de insegurança e que possivelmente, quando confirmadas poderão fornecer indicadores que possibilitarão a solução deste problema.

Por outra, esta insegurança tem como base a inúmeros problemas ligados à conversão das forças de guerrilha que lutaram pela independência em forças de defesa e segurança republicanas que não receberam soluções idóneas e atempadas. O não cumprimento do serviço militar obrigatório, que poderia proporcionar a redução dos atuais efetivos, a modernização das infraestruturas e o retorno à estabilidade no país, com o afastamento dos militares da vida política estão na origem de uma instabilidade crónica na Guiné-Bissau. O não cumprimento da lei base da condição militar que impõe uma subordinação ao interesse

nacional e ao poder político democraticamente eleito e a subordinação à hierarquia militar nos termos da lei e outros regimes disciplinares militar é um problema para a instabilidade da Guiné-Bissau.

O desequilíbrio étnico nas Forças Armadas e o baixo nível de escolaridade no exército constitui um dos principais fatores da instabilidade da Guiné-Bissau.~

A pobreza que se desenvolveu na esteira da instabilidade contribuiu, por sua vez, para agravar a instabilidade, transformou o processo num círculo vicioso em que a instabilidade alimenta a pobreza e vice-versa. O enfraquecimento do Estado, inevitável num tal contexto, fez da Guiné-Bissau um alvo de grupos de crimes organizados, nomeadamente de narcotraficantes que ameaçam cada vez mais a ordem interna com os seus empreendimentos à margem da lei.

Assim sendo, o presente trabalho está dividido em quatro capítulos e os respectivos subcapítulos.

**O primeiro capítulo** abordou-se a caracterização geopolítica e estratégica da Guiné-Bissau, fazendo menção dos fatores geográficos, políticos, económicos, e trazendo para o efeito uma análise das principais etnias islamizadas.

**O segundo capítulo**, identifica as motivações da intervenção de Angola na procura de uma solução em auxiliar o processo de Reforma das Forças de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau, onde far-se-á uma análise, dos diversos acordos de cooperação rubricados entre Angola e a Guiné-Bissau, que culminou com a implementação do Programa de Cooperação Técnico-Militar e de Segurança.

**O terceiro capítulo**, analisa-se a perspectiva da comunidade internacional e a Reforma do Sector de Segurança na Guiné-Bissau. Far-se-á também uma análise das diversas reações da comunidade internacional face ao golpe de estado de 12 de Abril de 2012.

Finalmente, **no quarto capítulo** analisa-se o fim da cooperação técnico-militar, entre Angola e a Guiné-Bissau e os seus efeitos, a retirada da MISSANG, o fator do narcotráfico e as tensões dos países da CEDEAO face a presença de Angola na Guiné-Bissau. Por último, fechou-se o trabalho com uma conclusão que reflete o desfecho do estudo levado a cabo em

função dos objetivos traçados, bem como das hipóteses levantadas em torno da questão central do presente estudo.

De facto, em torno desses elementos existem múltiplos fatores, que abordamos nesta dissertação, por isso, a hipótese anteriormente discriminada foi simplesmente para construir o nosso modelo de análise e aplica-lo ao nosso estudo. Porém, todos os capítulos, que compõem a investigação foram desenvolvidos de forma a correlacionar a Intervenção de Angola no apoio ao processo de Reforma levado acabo na Guiné-Bissau.

## **2. Objetivos de estudos**

### **2.1 Objetivo Geral**

Pretendeu-se com a presente temática, demonstrar quais foram as motivações do Estado Angolano em Intervir no Processo de Reforma das Forças de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau?

### **2.2 Objetivos Específicos:**

- ✓ Caracterizar e compreender os fatores históricos da Guiné-Bissau;
- ✓ Analisar o resultado do processo de reforma levado acabo pela MISSANG;
- ✓ Analisar as relações de cooperação entre Angola e a Guiné-Bissau, visando essencialmente a relação político-militar;
- ✓ Avaliar o papel da Comunidade Internacional face ao processo de Reforma;
- ✓ Caracterizar os fatores determinantes do processo de reforma;
- ✓ Análise da Retirada da MISSANG e o fator narcotráfico.

## **3. Breve revisão da literatura**

A dificuldade que surge relativamente a escolha da bibliografia para a temática escolhida, surge pelo facto de haver escassos trabalhos científicos que versam especificamente sobre o tema. Boa parte dos trabalhos publicados são sobretudo de carácter mais opinativo ou de cariz político que vão surgindo conexão com o tema específico das relações entre Angola e a Guiné-Bissau

No entanto, para elaboração da presente dissertação foram utilizadas algumas fontes de informação de alguns estudos, considerados relevantes, produzidos quer a nível académico, quer a nível das instituições que se debruçam, não só sobre o tema da reforma na Guiné-Bissau, mas também sobre as relações específicas entre Angola e a CPLP (dos quais evidenciaremos o caso da Guiné-Bissau).

Para avaliar a caracterização das diversas etnias da Guiné-Bissau bem como o factor do poder, a obra de Álvaro Nóbrega<sup>1</sup>, foi útil na análise do que ele chamou de "diversidade" é uma riqueza, mas contém em si um potencial de conflito que não pode ser descurado por quem quer que sente na cadeira do Poder em Bissau. É um país multicultural e multiétnico não se pode dar ao luxo de ter largas faixas da sua população em conflito entre si ou sentindo-se desrespeitadas por erros de decisão do poder moderno. Consequentemente, a tarefa de governação exige que se aprofunde o conhecimento e o respeito pelas estruturas sociais tradicionais, em articulação com as exigências do mundo moderno e globalizante. Refere ainda, que a história recente da Guiné-Bissau, mostra que a atitude do Poder em relação à sua população tem sido mais marcada por uma discriminação positiva em relação a certas etnias, que garantam a sua base de sustentação, e negativa em relação a certas etnias, que garantam a sua base de sustentação, e negativa em relação a outras donde possa provir o apoio aos opositores.

Uma leitura cuidadosa do artigo de Luís Saraiva<sup>2</sup>, foi valiosa na busca de explicação das mudanças ocorridas da relação entre Angola e a Guiné-Bissau. Segundo Saraiva, as mais importantes vias pelas quais se estão a reforçar as longas relações entre estes dois países, demonstra que as crises políticas, tão recorrentes no passado recente da Guiné-Bissau, não desarmam a vontade de Angola de aumentar o protagonismo a nível regional e continental através desse país. Os meandros em que se desenvolvem as relações históricas entre Angola e a Guiné-Bissau, deixam claro a face política do bom relacionamento de Angola no apoio ao processo de Reforma das Forças de Defesa e Segurança. William<sup>3</sup>, afirma que o conceito de Reforma de Segurança Social definiu-se nas últimas décadas como uma componente

---

<sup>1</sup> Álvaro Nóbrega: A luta pelo poder na Guiné-Bissau, editora Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Março de 2003, pág.304.

<sup>2</sup> SARAIVA, Luís Eduardo: "As Relações Entre Angola e a Guiné-Bissau", in: A Política Externa de Angola No Novo Contexto Internacional, editora Quid Juris, Lisboa 2011, pág.304.

<sup>3</sup> Williams, R. (2000) Africa and the Challenges of Security Sector Reform, Institute for Security Studies, Published in Monograph 46, Building stability in Africa: Challenges for the new millennium, February 2000 <http://www.iss.co.za/Pubs/Monographs/No46/Africa.html>

fundamental das políticas de desenvolvimento em situações de pós-conflito. A RSS é vista como uma abordagem integrada e abrangente às questões da segurança e das que com elas estão directamente relacionadas defesa, segurança interna e justiça.

Em contrapartida Garrido Gomes<sup>4</sup>, entende que a Reforma do Sector da Segurança (RSS) é vista como a pedra chave do processo de construção da paz e da transição democrática na Guiné-Bissau. Após várias tentativas de reforma sem sucesso, foi elaborada uma estratégia nacional com o objectivo de relançar a RSS e de enquadrar a intervenção dos doadores.

Nesta situação conjuntural José Carlos Venâncio<sup>5</sup>, propõe que há que ter em conta também a posição de Angola que, tem desempenhado um grande apego à posição da CPLP. E um grande protagonismo. Angola, é uma potência regional em emergência, nomeadamente no que diz respeito à África Central, colidindo por vezes com os interesses da África do Sul e que, por vezes, quis também estender influência à CPLP, é claro, e por essa via à África Ocidental. Venâncio entende que a CPLP está um pouco entregue à vontade conjuntural de alguns países. E, neste momento é de Angola, como já foi do Brasil. O que não tem a ver propriamente com a gestão da CPLP mas com a importância que um determinado Estado-membro pode ter numa determinada conjuntura. Neste caso da Guiné-Bissau a CPLP foi um pouco atrás da posição de Angola.

Alternativamente a uma nova perspectiva Julião Sousa<sup>6</sup>, argumenta que as novas Forças Armadas e de Segurança devem ser constituídas na base de uma reforma holística, no respeito pelos valores da paz, da coesão nacional e internacional, na defesa dos direitos humanos e do direito interno e internacional. Nessa vertente se devem inscrever também a defesa dos valores definidos na Constituição da República e do Estado de Direito Democrático que se pretende edificar. Deste modo<sup>7</sup>, terá de ser capaz de aliar a componente de defesa nacional com a da segurança internacional, com a atenção centrada, muito

---

<sup>4</sup> GOMES, Garrido: "*da teoria à prática: Desafios da Reforma do Sector da Segurança na Guiné-Bissau*" in Guiné Bissau: REVISTA 2009, Página 2

<sup>5</sup> VENÂNCIO, José Carlos, apud BONDOSO, António: *Lusofonia e CPLP-Desafios na Globalização «Ângulos e Vértices»* ou «Defeitos e Virtudes» de um processo intemporal. Edições Esgotadas, 2013, pág.147.

<sup>6</sup> SOUSA, Julião Soares: "*Guiné-Bissau: A Destruição de um País-Desafios e Reflexões para uma nova estratégia nacional*", editora Coimbra, Setembro de 2012, página 107.

<sup>7</sup> SOUSA, Julião Soares: "*Guiné-Bissau: A Destruição de um País-Desafios e Reflexões para uma nova estratégia nacional*". Op. cit. pág. 107.



particularmente, nas ameaças externas e de fenómenos como o terrorismo transnacional, o tráfico de seres humanos e o narcotráfico.

Em relação a informação mais pormenorizada dos acontecimentos (em datas), recorreremos as informações de diversos artigos publicados através da internet

Para maior enriquecimento da nossa pesquisa foram utilizados 76 artigos publicados no Jornal de Angola entre 2010 e 2013, e 1 artigo do semanário folha 8.

Recorreremos também a 25 artigos da Revista África 21, 2 artigos da Revista Figuras e Negócios, bem como, alguns Relatórios de Avaliação do Ministério das Relações Exteriores, publicados em contextos diferentes, julgados relevantes para o tema em estudo.

No entanto, uma investigação mais exaustiva em bibliotecas, centros de documentação feita através da Internet, permitiram colmatar certas lacunas.

#### **4. Metodologia aplicada**

A metodologia científica aplicada a esta dissertação é o método dedutivo, uma vez que esta dissertação parte de um domínio geral para um domínio particular. Este método racionalista é proposto por Descartes (1596-1650), Spinoza (1632-1677) e Leibniz (1646-1716), que pressupõem que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro<sup>8</sup>. E quanto a pesquisa, tem carácter exploratório, através de Coleta de dados, ou seja de bibliografias e artigos publicados sobre o tema tendo em vista a elaboração de uma revisão bibliográfica. Por fim, é abordado de forma qualitativa onde ter-se-á um enfoque às opiniões e informações ora recolhidas e que foram matéria de classificação e análise.

Relativamente a delimitação e limitação dos resultados do desenvolvimento do presente estudo, foram considerados todas as informações bibliográficas referentes ao tema, cujos trabalhos foram publicados de 2000 á 2013 e os seus conteúdos colocam acento na perspectiva de evolução do país, examinando os desafios atuais, as origens de mudanças que deixam antever as transformações por vir, procurando identificar as ameaças e situando a Guiné-Bissau, um pequeno país pobre, face aos desafios da globalização.

---

<sup>8</sup> Reis, Felipa Lopes (2010) – Como fazer uma Dissertação de Mestrado. PACTOR. Lisboa. P. 23



# CAPÍTULO I. BREVE CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICO E ESTRATÉGICA DA GUINÉ-BISSAU

## 1.1 O espaço geográfico

A importância de qualquer Estado na arena internacional depende da sua geopolítica, definida como um método da política externa que explica e prevê o comportamento da política internacional em função de variáveis geográficas, tais como: a localização, a demografia, a dimensão territorial, a topografia, os recursos naturais, que conjugado com outras variáveis como a geoestratégia e não só, de forma directa ou indirecta podem influenciar a implementação. Também, podemos admitir que a importância de um Estado na geopolítica internacional pode significar a combinação e a gestão da ciência política e da sua geografia com a finalidade de compreender as relações existentes na política externa de um Estado, ou organização de qualquer natureza universal, continental, regional ou sub regional em que é parte integrante<sup>9</sup>

A Guiné-Bissau insere-se no espaço geopolítico designado por África Ocidental, composto pela Mauritânia, Senegal, República da Guiné, Serra Leoa, Libéria, Níger, Nigéria, Togo, Beni, Burkina-Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Mali e Gana<sup>10</sup>. O espaço envolvente da Guiné-Bissau é dominado pela francofonia, e os países que a compõem formavam a antiga África Ocidental Francesa, isto é, um extensíssimo espaço de influência e de interesse da França que a tornou dominante nesta região. O contraponto surge apenas na região do Golfo da Guiné com um país anglófono de grande dimensão a Nigéria. Mas na área que circunda a Guiné-Bissau, a anglofonia e a lusofonia são subjugadas pelo peso da francofonia que tem vindo a integrar a Guiné-Bissau no espaço francófono, representado pelas organizações regionais, impulsionadas pela França como é o caso da UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano), da CEDEAO (Comunidade Económica da África Ocidental) e do seu braço armado a ECOMOG (Comunidade Económica dos Estados Africano Grupo de Acompanhamento do Oeste)<sup>11</sup>.

A Guiné-Bissau, possui uma superfície de 36. 544 Km<sup>2</sup>, estendendo-se, no litoral, desde o Cabo Roxo até à ponta Cagete. Faz fronteira, ao norte, com a República do Senegal, a este e

---

<sup>9</sup> MUEKALIA, Jardo apud SAPALALO, Abraão. Dissertação de Mestrado com o tema: "*Os Vectores determinantes na condução da diplomacia da UNITA no período da guerra civil de Angola de 1975 a 2002 – numa dimensão de Relações Internacionais*" página 105.

<sup>10</sup> Álvaro Nóbrega: A luta pelo poder na Guiné-Bissau, Março de 2003, pág.37.

<sup>11</sup> Idem, Ibidem, pág. 47.

sudeste com a República da Guiné e ao sul e oeste com o Oceano Atlântico. Além do território continental, o país integra ainda cerca de nove dezenas de ilhas e ilhéus, que constituem o arquipélago dos Bijagós, separado do continente pelos canais de Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque, sendo entre os quais, somente dezassete estão povoados<sup>12</sup>.

Do ponto de vista administrativo, apresenta oito regiões e um sector autónomo, nomeadamente: Bafatá, Biombo, Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinará, Tombali, e sector autónomo de Bissau. A Guiné-Bissau, é a antiga colónia Portuguesa, cuja independência, após um processo de luta armada de onze anos, foi proclamada unilateralmente ao 24 de Setembro de 1973, apenas reconhecido por Portugal a 10 de Outubro de 1974<sup>13</sup>.

Conforme se referiu Nóbrega (2003), a questão que se coloca, é a de se saber, comparativamente com os Estados que a envolvem, quais são as reais possibilidades da Guiné-Bissau sobreviver como unidade política autónoma face ao processo de integração de que está a ser alvo. A situação particular da Guiné-Bissau rodeada pelo Senegal e pela Guiné-Conacri, com os quais partilham profundas afinidades etno-culturais e relações económicas (informais), leva Aymeric Chaupadre (1999), a considerar que este país é um estado encravado, que na definição geopolítica clássica, significa um país sem litoral e dependente das linhas de comunicação com os países vizinhos para se prover entre estes dois países<sup>14</sup>.

Quanto aos elementos geopolíticos fundamentais a composição da Guiné-Bissau com o Senegal e com a Guiné-Conacri levaria, à primeira vista, a considerá-la como um Estado exíguo que na, definição de Políbio Valente dispõe de todas as funções de soberania, mas tem dificuldade em manter algumas delas e em salvaguardar a sua independência<sup>15</sup>.

## 1.2 Caracterização política

Os conflitos fazem parte integrante da história moderna da Guiné-Bissau, assumindo a forma, quer de resistência contra a sua potência colonizadora, Portugal, quer de lutas e

---

<sup>12</sup> BANGNA, Cunhate Na "Características Sócio Comportamentais Relacionadas ao Risco de Transmissão do HIV em Escolares de 15 a 24 anos, na Guiné-Bissau" Dissertação apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – Fundação Oswaldo Cruz – para obtenção do grau de Mestre em Saúde Pública – área de Epidemiologia Geral, pág. 14. Disponível em: [www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4987/2/976.pdf](http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4987/2/976.pdf) (acessado aos 16/06/2013)

<sup>13</sup> BANGNA, Cunhate Na, op. cit. pág. 15.

<sup>14</sup> Aymeric Chaupadre, apud Álvaro Nóbrega, A luta pelo poder na Guiné-Bissau, Março de 2003, pág.42.

<sup>15</sup> Políbio Valente de Almeida, apud Álvaro Nóbrega, op. cit. pág. 42

tensões de ordem interna, entre diversas tendências políticas, baseados na luta pelo poder. A Guiné-Bissau desde a sua independência é marcada por inúmeros incidentes violentos, guerra civil, eliminação física de opositores e a não observância dos princípios democráticos no exercício do poder<sup>16</sup>. Inicialmente, contra Portugal, de quem em 1973 declarou unilateralmente a independência, formalmente reconhecida em 1974, as lutas internas e ou externas pelo controlo do poder ou da liderança do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), estiveram sempre presentes.

O nacionalismo e a luta anti-colonial na Guiné e Cabo Verde estiveram profundamente ligados à figura carismática de Amílcar Cabral<sup>17</sup>. Este dirigente africano dedicou a sua vida à libertação do seu povo e à luta contra o colonialismo português. As Forças Armadas Portuguesas, à medida que o conflito se intensificava, foram também, e de uma forma crescente, utilizando um maior número de africanos nas suas fileiras, aproveitando o seu conhecimento do terreno, dos hábitos, das línguas e até da adaptação ao meio. A criação e o emprego de militares africanos na Guiné, nomeadamente comandos africanos, começou por ser um processo, no início da guerra, que apenas integrava um pequeno núcleo de militares africanos, de milícias e de tropas de segunda linha, que já colaboravam com as unidades metropolitanas. Estes militares iriam ser, na fase pós-independência, uma das fontes de conflito entre guineenses.

Em 1961, Amílcar Cabral tentou conciliar as várias formações nacionalistas existentes na Guiné. Deste modo, tentou unir o PAIGC com a União dos Povos da Guiné (UPG) liderada por Henry Labery e o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) de François Mendy Kankoila. No entanto, estes três movimentos entregaram-se a renhidas e duras batalhas verbais, principalmente sobre o tema das relações entre a Guiné e Cabo Verde. Por um lado, havia a existência de pequenos grupos que não queriam nada com Cabo Verde; por outro, o PAIGC insistia na tónica da unidade dos dois povos e territórios. Em Fevereiro de 1964, o PAIGC realizou o seu I Congresso em Cassacá, na zona de Cacine. O objectivo deste

---

<sup>16</sup> Handem, A. (2008) Guinea-Bissau em: Alan Bryden, Boubacar N'Diaye and 'Funmi Olonisakin (Eds.) Challenges of Security Sector Governance in West Africa, Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF), Geneva.

<sup>17</sup> Amílcar Cabral (1924-1973) ocupou um dos mais importantes lugares entre todos os dirigentes nacionalistas das colónias portuguesas. Os seus princípios procuraram ser claros tanto quanto à Guiné, como aos povos dos outros territórios portugueses, tendo orientado o seu pensamento e acção por duas ideias fundamentais: a luta nacionalista fazia-se contra o regime português e não contra o povo português, também ele vítima da ditadura; e a luta contra o regime português era a luta comum dos nacionalistas de todas as colónias portuguesas. Aniceto Afonso & Carlos Matos Gomes, Guerra Colonial, Lisboa, Diário de Notícias, 1999, p. 10.

congresso foi o de clarificar posições e unificar o Partido. Neste Congresso foi criado o Conselho Supremo da Guerra, órgão responsável pela condução da guerra. Foi também nesta altura que surgiram as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP)<sup>18</sup>. O Congresso de Cassacá foi ainda marcado pelo conflito entre os que concebiam o Partido como um projecto sério, um instrumento de libertação do povo guineense, e os que estavam predispostos a servir-se do partido para a realização de desejos pessoais.

Após importantes vitórias militares, o PAIGC sofreu um duro golpe a 20 de Janeiro de 1973 com o assassinato de Amílcar Cabral, tendo surgido várias versões para tentar explicar este assassinato<sup>19</sup>. Cabral foi morto em Conakry por Inocêncio Kani, um comandante naval guineense do PAIGC. Rivalidades entre guineenses e caboverdianos, inteligentemente aproveitadas pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), podem ter estado na origem do assassinato. No entanto, continua a ser um mistério sobre quem o mandou matar, quem, nos bastidores, preparou e organizou o crime e tentou um golpe de estado no partido. Terá sido uma facção guineense e negra, que não aceitava a liderança dos caboverdianos e mestiços? Qual o papel do Presidente da República da Guiné, Sékou Touré, que não lidava bem com a crescente projecção internacional de Cabral e a sua ligação à cultura portuguesa? E da PIDE, que se infiltrara na direcção do PAIGC e que tudo fizera para eliminar o principal inimigo do regime? E, qual o papel dos militares portugueses, que anos antes tinham invadido Conakry? Tudo perguntas ainda sem respostas, que não cabem no âmbito deste estudo, a não ser pelo facto de mais uma vez porem em evidência os constantes conflitos em que o PAIGC se foi envolvendo.

Na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, Portugal, através da Lei n.º 7/74<sup>20</sup>, reconheceu o PAIGC como único e legítimo representante do povo da Guiné-Bissau e, nessa qualidade, iniciou negociações com vista à celebração de um acordo que formalizasse a independência do território. As negociações foram rápidas e a 26 de Agosto de 1974 foi assinado o Acordo de Argel. A transformação do PAIGC de movimento de libertação em

---

<sup>18</sup> SANGREMAN, Carlos et al: *"A evolução política recente na Guiné-Bissau: As eleições presidenciais de 2005, Os conflitos, O desenvolvimento, A sociedade civil"*. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2006, página 12.

<sup>19</sup> José Pedro Castanheira, *Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?*, Lisboa, Relógio de Água Editores, 1995, p. 167.

<sup>20</sup> Queba Sambu, *Ordem para Matar – Dos Fuzilamentos ao Caso das Bombas da Embaixada da Guiné*, Lisboa, Edições Referendo, p. 51.

partido dirigente da Guiné-Bissau trouxe alguns problemas de adaptação, agravados pelo conflito latente entre caboverdianos e guineenses e pela existência de uma camada da população, nomeadamente em Bissau e Bafatá, que não apoiava o Partido. O III Congresso do PAIGC, realizado em 1977, não foi capaz de resolver estes problemas.

Por ter sido o único movimento que assumiu de uma forma estruturada a luta pela libertação nacional, não permitindo espaço para a actuação de outros movimentos independentistas, os quadros do PAIGC chegaram à independência política constituindo-se como a única elite do poder competente para assegurar as tarefas de reconstrução do país. O poder e as posições principais foram arrebatadas por pessoas oriundas das camadas mais baixas (camponeses e assalariados), que na maior parte dos casos tiveram menos possibilidades parase educar durante o período colonial<sup>21</sup>.

A independência foi recebida com um entusiasmo, que se generalizou, e que por vezes se tornou inconsciente aos problemas inerentes, com esperanças e incertezas quanto ao futuro da Guiné-Bissau. A luta continuava, embora agora o inimigo já não fosse o colonialismo português; estava agora dentro da sociedade guineense, nas fraquezas das próprias instituições que, desde o princípio, não correspondiam aos objectivos a atingir nesta nova fase de luta para a construção de uma nova nação, com muitas etnias diferentes umas das outras e em que se distinguiam os guerrilheiros do PAIGC, os antigos combatentes do lado português e a população testemunha sacrificada de onze anos de conflito armado<sup>22</sup>.

A cronologia dos factos é feita de golpes e contra-golpes, de alegadas ou confirmadas tentativas, e a conseqüente eliminação, muitas vezes física, de adversários importantes: todos os três presidentes foram depostos por militares<sup>23</sup> que nem sempre se submetem ao poder político, conforme expresso na Constituição.

Em 1980, Nino Vieira, leva a cabo um golpe de estado, derruba Luís Cabral, então Presidente da República dando início ao período conturbado que se vive até hoje e provoca, ainda, o fim dos laços de união com Cabo Verde que perduravam desde o começo da luta pela independência dos dois territórios. Em 1986, surge nova ocorrência violenta da qual

---

<sup>21</sup> Carlos Cardoso, A Formação da Elite Política na Guiné-Bissau, Lisboa, ISCTE, 2002, p. 17.

<sup>22</sup> Queba Sambu, Ordem para Matar – Dos Fuzilamentos ao Caso das Bombas da Embaixada da Guiné, Lisboa, Edições Referendo, p. 51.

<sup>23</sup> Handem, A.: Guinea-Bissau em: Alan Bryden, Boubacar N'Diaye and 'Funmi Olonisakin op. cit. pág24.

resultou a condenação à morte de seis militares por, alegadamente, estarem a planear um golpe de Estado.

Em 1994 realizam-se as primeiras eleições presidenciais, vencidas por Nino Vieira. Em 1998 eclode um conflito político-militar que durará até 1999 e cuja resolução obrigou Nino ao exílio e à realização de novas eleições em 2000 que culminam com a vitória de Kumba Yalá. Em 2003, Kumba Yalá viria a ser deposto pelo então CEMGFA, general Veríssimo Seabra. Este é assassinado em 2004 abrindo as portas à nomeação do general Tagma na Waie como seu substituto, que sobreviveu no posto até Março de 2009, quando foi ele também assassinado.

Em 2005, Nino Vieira é reeleito presidente, cargo que exerce até ao seu assassinato em Março de 2009, poucas horas após a morte do General Baptista Tagma Na Waie<sup>24</sup>. É corrente a teoria da relação entre os dois trágicos acontecimentos. Dizia-se, relativamente estas duas últimas figuras, “adversários em vida, juntos na morte”. Exemplos ainda mais recentes desta forma de intervenção, são os assassinatos de Baciro Dabó e Hélder Proença, ambos ex-ministros e candidatos às eleições presidenciais antecipadas de 28/06/09, acusados de envolvimento numa tentativa de golpe de estado. Nenhum dos assassinatos políticos até à data foi investigado seriamente o que causa uma sensação de impunidade e de que a justiça não é feita. Das disputas e da impunidade dos crimes cometidos resultam divisões entre facções que se opõem.

Os assassinatos de Nino Vieira e de Tagma Na Waie encetariam uma corrida à sucessão não só para o cargo de Presidente da República, mas também para o de CEMGFA, que fizeram emergir novos problemas, designadamente no que concerne à escolha do candidato do PAIGC às eleições presidenciais antecipadas e a subsequentemente nomeação de Zamora Induta, como CEMGFA, por parte do Presidente interino, sob proposta do Governo<sup>25</sup>. Esta nomeação, viola flagrantemente o artigo 71, n.º.4 da Constituição da República<sup>26</sup> que veda ao Presidente interino, entre outros, o exercício prerrogativa consignada na alínea o) do artigo

---

<sup>24</sup> Na Waie nasceu em Catió. Participante na junta que derrubou João Bernardo Vieira nos anos 90 e um veterano da guerra pela independência da Guiné-Bissau, Na Waie era membro do grupo étnico balanta. Foi designado major general do exército como resultado do assassinato em Outubro de 2004 do seu antecessor, Veríssimo Correia Seabra; a IRIN descreveu-o como "uma figura de consenso colocada pelo poder militar que o governo se viu obrigado a aceitar".

<sup>25</sup> SOUSA, Julião Soares: "*Guiné-Bissau: A Destruição de um País-Desafios e Reflexões para uma nova estratégia nacional*", op. cit. página 83.

<sup>26</sup> Constituição da República de 1996



68º., isto é "nomear e exonerar, sob proposta do Governo, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas". As consequências desse acto, que não respeitou o princípio da legalidade e da submissão das Forças Armadas ao poder político ainda perduram. Ao tempo dividiu a sociedade castrense e a própria sociedade civil. Ainda que se entenda as razões objectivas e subjectivas que estiveram na génese de uma tal decisão, é preciso respeitar, mal ou bem a Constituição da República como Lei Suprema. Na morte de um CEMGFA, o seu substituto natural deveria ser o Vice-CEMGFA até à nomeação definitiva de um novo chefe pelo Presidente da República eleito.

Relativamente às presidenciais, sendo certo e sabido que o candidato preferido Chefe de Governo e Presidente do PAIGC, Carlos Gomes Júnior, era o então Presidente interino, situação que prolongou-se até a realização das presidenciais, ganhas por Malam Bacai Sanhá. Pouco tempo depois, o Presidente da República Malam Bacai Sanhá, viria morrer em pleno exercício de funções.

A 18 de Março de 2012, realizaram-se as eleições presidenciais antecipadas em consequência da morte de Sanhá, devido às implicações que essas eleições inconclusivas tiveram e, de certa maneira estão a ter no quadro político e jurídico-constitucional, conduziram ao golpe de Estado de 12 de Abril de 2012. Era a primeira vez que um Primeiro-Ministro eleito democraticamente se candidatava ao lugar de Presidente da República.

### **1.3 Perspectiva económica**

A Guiné-Bissau registou um notável desempenho económico em 2011. Em termos macroeconómicos, a taxa de crescimento do PIB atingiu 5.1% (contra 3.5% em 2010) impulsionada pelas exportações, em particular da castanha de caju. Este fruto oleaginoso foi responsável por quase 81% das exportações do país, no período 2009/2010, e atingiu 90% em 2011 devido a uma colheita excecional. No entanto, com a crise da dívida na Europa, espera-se uma queda dos preços mundiais deste produto e, em consequência, o crescimento deve cair para 4.6% em 2012 e 4.9% em 2013<sup>27</sup>. Não obstante o gigantismo da região, os recursos de que dispõe fosfatos, petróleo, madeiras, diamantes, pesca, produtos agrícolas de

---

<sup>27</sup>Guiné-Bissau-African Economic Outlook. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/paises/west--africa/guine-bissau/> (acessado aos 22/05/2013).

exportação, não geram riqueza suficiente para sustentar o acelerado crescimento da população<sup>28</sup>.

A natureza privilegiada da Guiné-Bissau, sua geoestratégica definiu a sua cultura e identidade multiétnica, radicada em valores que são partilhados por homens e mulheres. A extrema pobreza e a sua dependência económica fazem com que essa cultura não usufrua as suas riquezas e viva um dos cenários mais difíceis conhecidos na sua história. A Guiné-Bissau, possui uma população de aproximadamente 1,5 milhões de habitantes, e é, um dos dez países mais pobres do mundo com um crescimento económico persistentemente negativo<sup>29</sup>.

Entre 1998/99, ocorreu um conflito político militar, que levou o país a enfrentar enormes dificuldades. O precário desenvolvimento económico, inclusive do sector privado, tornou-se ainda mais frágil por intermédio dessa crise. Segundo, o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2010 (PNUD), revelou uma regressão nos Índices de Desenvolvimento Humano da Guiné-Bissau, situando-se no 176º lugar no ranking mundial<sup>30</sup>. O relatório, afirma ainda, que a economia da Guiné-Bissau, é caracterizada pela fraqueza dos recursos internos a tal ponto que, a poupança permaneceu sempre negativa, principalmente depois do conflito de 1998/99, o qual destruiu muitos equipamentos produtivos e infraestruturas. A economia guineense sempre dependeu principalmente da agricultura, pesca e a criação de gado, representando 45% a 51% do PIB. Estes sectores enfrentam imensos problemas estruturais e de modernização.

As colheitas de caju durante algum tempo tiveram um aumento significativo, facto que permitiu com que o país alcançasse o sexto lugar a nível mundial na produção dessa fruta. O principal produto de exportação é a castanha de caju, cerca de 66% do valor global das exportações, seguido do peixe e da madeira. O arroz é o principal produto e alimento básico do país. Entretanto, a instabilidade político-institucional que vem caracterizando o país no período pós-conflito, conduziu a uma degradação profunda das condições de vida, e 49% da população vive abaixo do limiar da pobreza, menos de 2 USD por dia<sup>31</sup>. As hostilidades internas intermitentes verificadas, tendo como ponto de partida o conflito político-militar de

---

<sup>28</sup> Álvaro Nóbrega, op. cit. p.39.

<sup>29</sup> BANGNA, Cunhate Na op. cit. pág. 14

<sup>30</sup> Ranking do IDH 2010 do PNUD. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau> (acessado aos 16/06/2013)

<sup>31</sup> BANGNA, Cunhate Na op. cit. pág. 16

1998, causaram prejuízos enormes, cujas repercussões se refletem na economia do país. Anterior a essas hostilidades, a reforma do comércio e a liberação dos preços eram as partes mais bem-sucedidas do programa de ajuste estrutural do país sob o patrocínio do FMI. A abertura da política monetária e do desenvolvimento do sector privado tinham, também, começado a revigorar a economia. Por causa dos custos elevados, a exploração do petróleo, fosfato e outros recursos minerais não é uma perspectiva a curto prazo. No entanto, as reservas do óleo da costa poderão fornecer o rendimento necessário a longo prazo.

No dizer de Sousa<sup>32</sup>, entre 2005-2009, verificou-se uma queda do PIB em virtude de uma desaceleração da economia mundial. Os piores anos, contudo, os de 2006-2007, durante os quais houve uma quebra nos preços das exportações, por comparação às importações. O preço do caju caiu significativamente em 2006, para voltar a iniciar uma subida ligeira, no ano seguinte, e atingir o que se acentuaria em 2007, mas em níveis positivos. Esta tendência manter-se-á em 2008. Neste ano a castanha do caju representava um encaixe superior há 110 milhões de USD. Apesar de tudo, foi quase sempre impossível recuperar a estabilidade orçamental, por causa da instabilidade política interna e da influência de fatores externos.

Acrescenta ainda que só em 2009 se registaram progressos assinaláveis a nível da estabilização económica, graças ao programa de Assistência de Emergência Pós-Conflito (AEPC). Em virtude disso, o PIB cresceu 3%, assistiu-se ao aumento das receitas geradas pela exportação do caju ao dinamismo do sector da construção civil, do comércio, da agricultura e das pescas.

Nos últimos dois anos assistiu-se a um ligeiro aumento do crescimento económico de 3% em 2009 e 3,5% em 2010, em consequência do aumento do preço das castanhas de caju, da produção da agricultura de subsistência, e de projetos de construção de casas e de infraestruturas. A agricultura produz cerca de 55% do PIB e a indústria 13%, o que permite concluir que é uma sociedade pouco industrializada e predominante agrícola. O sector privado encontra-se em estado débil e consiste em pequenas atividades informais; o sector bancário está restrito a 2,3% da população; há uma elevada taxa de desemprego na população jovem e rural.

---

<sup>32</sup> SOUSA, Julião Soares; Guiné-Bissau: A destruição de um país-Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional, op. cit. pág. 133

Em termos de investimento, existe um fraco investimento estrangeiro, ao passo que apenas 25% do investimento nacional é destinado à reconstrução de infraestruturas, principalmente as que ficaram destruídas na Guerra Civil de 1998-1999, associado às infraestruturas de energia, comunicação e transportes deficientes, resultando na incapacidade de fomentar um ambiente rico em oportunidades económicas e crescimento económico. A Guiné-Bissau no ranking Doing Business Survey situa-se em 179º de 185 países<sup>33</sup>.

Em termos de exportações e importações, verifica-se um aumento em ambos os casos, os principais parceiros foram a China, o Brasil e a Índia que se encontravam envolvidos em relações bilaterais de cooperação e em projetos de reconstrução de infraestruturas públicas, principalmente as de carácter social como a educação e saúde<sup>34</sup>.

Importa mencionar o elevado endividamento externo, a dependência na ajuda externa, a maior parte do orçamento nacional advém desta ajuda, o elevado nível de pobreza (grande parte da população vive abaixo do limiar da pobreza), a precariedade alimentar, a falta de água potável e de acesso aos serviços sociais básicos. A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres de África e do mundo, mostrando-se incapaz de alcançar os ODM, principalmente no que diz respeito à pobreza, no Índice de Perceção de Corrupção encontra-se em 154º de 178 países<sup>35</sup>.

#### **1.4 As diversas complexidades socioculturais**

Este pequeno país, é terra de muitas e diversas etnias que permanecem arreigadas aos seus territórios e às suas culturas. De facto e dada a dimensão do território, a diversidade cultural é extraordinária, sendo frequente encontrarem-se povos de língua e costumes totalmente diferentes separados apenas por uma estreita ria ou uma pequena mata. Assim, poucas

---

<sup>33</sup> Ranking of economies-Doing Business-World Bank Group Guiné-Bissau. Disponível em: [http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/guinea\\_bissau](http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/guinea_bissau) (acessado aos 16/6/2013).

<sup>34</sup> No que diz respeito aos países envolvidos numa cooperação bilateral: a China tem construído infraestruturas importantes como hospitais, estádios de desporto, Porto Náutico e uma nova Assembleia Nacional e outras infraestruturas estatais; o Brasil tem desenvolvido juntamente com a Índia e África do Sul, projetos de pesquisa para o fomento da produtividade agrícola; a Índia tem uma relação comercial bastante desenvolvida, principalmente pela importação de castanha de caju e tem um projeto de eletrificação solar nas áreas rurais; as principais multinacionais de comunicação, de exploração de recursos naturais são da África do Sul e Angola têm um contrato para a construção do Porto Náutico em Buba; Portugal que é o maior parceiro da Guiné-Bissau devido aos seus laços históricos, culturais e linguísticos, encontra-se mais ativo em projetos relacionados com a educação. No que diz respeito à cooperação multilateral, o FMI e o BM têm planos de ajuste estrutural económico para pagamento da dívida externa.

<sup>35</sup> JUSTO, António da Cunha Duarte : Índice de Corrupção nos Países lusófonos e no Mundo. Disponível em: <http://antonio-justo.eu/?p=2109> (acessado aos 17/6/2013)

regiões de África apresentarão, numa escassa parcela de território, um mosaico étnico tão diverso e rico, como aquele que a história enquadró nos territórios da atual Guiné-Bissau<sup>36</sup>.

Simultaneamente este país, é marcado por uma grande diversidade étnica. Existem mais de 30 etnias, o que dificulta a construção de uma identidade e unidade nacional e, conseqüentemente, um verdadeiro Estado-Nação. A etnia que apresenta a maior percentagem é a etnia Balanta, representando 30% da população. Esta predominância é também evidente dentro do exército (70/80% dos militares). Acrescenta-se ainda, outras etnias mais expressivas, em ordem decrescente, os Fulas, Mandjacos, Mandingas, Papéis, Mancanhas, Bijagós, Nalús, Sossos, Cassangas, Banhuns, Balantas Mané e os Tandas<sup>37</sup>.

É também marcada por uma grande diversidade religiosa, a maioria da população guineense é islamizada e 40% partilham crenças animistas, um termo introduzido pelo estudo de Edward Burnette Tylor<sup>38</sup>, que consiste na atribuição da consciência e de poderes humanos a objetos inanimados a fenómenos naturais, a plantas e animais.

Cerca de 46% da população da Guiné-Bissau é poliglota. A língua oficial é o português, falado por cerca de 11% da população. O dialeto "crioulo", que mistura elementos linguísticos africanos e portugueses, é usado como língua franca sendo utilizado por 44% da população. Há também do grupo das línguas sudanesas, que integram o ramo das línguas negro-africanas. As mais faladas são: a Balanta (Unke, Contoi, Betxá·, Benaga, Becanja), a Fula ou Pullar, a Manjaco (Manjaco, Papel, Brama ou Mancanha) e a Mandé (tan, fon). A língua portuguesa é utilizada nos documentos oficiais, nas cerimónias públicas, nos meios de comunicação e no ensino. Contudo, na vida cotidiana, é através do "crioulo" que se processam quase todas as relações sociais, económicas e políticas<sup>39</sup>.

Do ponto de vista cultural, especialmente no campo literário, musical e artístico, devem referir-se alguns aspectos que traduzem a situação nesse campo, na Guiné-Bissau: a literatura guineense registra uma fraca produção. Esporadicamente há edições de antologias poéticas, entre os quais, distinguem-se nomes como; Vasco Cabral, Agneto Regalo, Hélder

---

<sup>36</sup> Álvaro Nóbrega, op. cit. pág.51

<sup>37</sup> Projet pour le développement rationel et durable du secteur de la pêche en Guiné-Bissau, Rapport/Septembre: 2008, pág.8

<sup>38</sup> Animismo (religião)-Infopédia. Disponível em: Infopédia: Animismo - [http://www.infopedia.pt/animismo-\(religião\)](http://www.infopedia.pt/animismo-(religião)) (acessado aos 15/06/2012).

<sup>39</sup> Guiné-Bissau. Disponível em: GUINÉ-BISSAU, [www.forumafrica.com.br/pais%20guine.pdf](http://www.forumafrica.com.br/pais%20guine.pdf), pág.2 (acessado aos 15/05/2013)

Proença, Armando Salvaterra, José Carlos Schwartz e António Soares Júnior. No campo do romance, o nome que vem se destacando é o de Abdulai Silá, que lançou duas obras no espaço de apenas um ano<sup>40</sup>.

A música guineense, possui uma beleza especial de sons quentes e ritmados com influências de Jazz, e detém nomes sonantes, alguns de carreira internacional, como José Carlos Schwartz que revelou-se, sem sombra de dúvidas, como o grande trovador da música guineense, estando a ele indissociavelmente ligado ao grupo musical Cobiana Jazz. Outras vozes e artistas, porém, brilham no panorama musical, tais como Mamadjombo, N'Kassa Cobra, Issabary, Tabanca Djazz, Ramiro Naka, Justino Delgado, Manecas, Sidónio e Dulce Neves, que "passeiam", sobretudo, pelo estilo conhecido como gumbé.

Na pintura, os nomes dignos de registro dividem-se em dois grupos: o da velha guarda e o dos mais jovens. Entre os primeiros destacam-se Trigo e Carvalho. No segundo, Manuela Jardim, Odete Viana, Carlos Barros, Diamantino e Lacerda.

A gastronomia é outra área não menos importante. Uma das mais ricas de toda a África, nela se destaca alguns pratos muito apreciados, tais como: Cafrièla, frango grelhado com molho de limão, manteiga e pimenta; Chabéu, óleo de palma com galinha; Caldo de mancarra com base no amendoim "mancarra" sigá, óleo de palma, carne de vaca e quiabo; Bringel de peixe, de pato ou de porco; poportada, arroz com acompanhamento a partir de farinha de arroz, e o Pitche patche de ostra ou de cacre (caranguejo). Do seu relacionamento com outros povos, os guineenses receberam influências gastronómicas que assimilaram e adaptaram, de tal forma que hoje são parte integrante e habitual de suas mesas. Aqui entram pratos de origens tão diversas como a Cachupa (Cabo Verde), a Feijoada (Portugal, Brasil), a Tchepudjen (Senegal) e o Cuscus (Marrocos)<sup>41</sup>.

As festividades são um retrato cultural, social e político. São, da mesma forma, o resultado da história e das tradições acumuladas ao longo das gerações e um reflexo das influências e do relacionamento com diversos povos, nações, tribos, línguas, raças e culturas diferentes com respeito à organização sócio-política, económica e religiosa.

---

<sup>40</sup> Idem, *Ibidem*, pág.3

<sup>41</sup> Disponível em: GUINÉ-BISSAU, [www.forumafrika.com.br/pais%20guine.pdf](http://www.forumafrika.com.br/pais%20guine.pdf), op. cit. pág.3 (acessado aos 15/05/2013).

Por outro lado, as praças (cidades), grandes e pequenas, deveriam funcionar como centros de formação da modernidade, habituando as populações ao tipo de relações jurídico-económicas, de organizações e de papéis e comportamentos sociais comuns nos Estados bem-sucedidos. Cumpririam assim a função de centros difusores de uma cultura moderna e nacional, integrando culturalmente a miríade de particularismos étnicos e culturais que a história reservou a este canto da África Ocidental (embora se tenha de reconhecer que a competição religiosa entre as duas grandes religiões monoteístas não favorece, à partida, a integração plena das populações numa nação). Ao invés, as praças africanizam-se e recriam-se nas cidades os modos de vida tradicionais.

### **1.5 As Principais Etnias Islamizadas**

A Guiné-Bissau é o único país da sub-região em que não se está perante uma maioria de população muçulmana. Todavia, ao observarmos os dados estatísticos conhecidos, verifica-se que a população islamizada se encontra em franca progressão, podendo muito rapidamente ultrapassar os animistas, em regressão e os cristãos (maioritariamente católicos) que constituem uma minoria, hoje com alguma expressão, embora limitada e confinada, sobretudo, aos meios urbanos<sup>42</sup>. Atualmente, pode distinguir-se na realidade da Guiné-Bissau três grupos sociais. Um indígena (africanos animistas), outro de influência árabe (islamizados pelos árabes Almorávidas desde os séculos XII-XIII) e outro de influência europeia (cristianizados). Cerca de 40% serão indígenas, 60% islamizados e 5% cristãos (estes concentrados, quase exclusivamente em Bissau)<sup>43</sup>.

A região interior, situada no limite das marés e em pleno reino das savanas, é a área das etnias mais islamizadas de Mandingas e de Fulas. A sul, no litoral, nas regiões de Quinara e de Tombali encontram-se os Beafadas e os Nalús, povos que, num tempo pouco distante, eram predominantemente animistas. Territorialmente, as etnias islamizadas predominam numa área de cerca de 60% do território nacional. Se a estas adicionarmos as áreas onde a população islamizada é demograficamente minoritária, esse valor subirá para os 65%.

Em Bissau, existe um número substancial de islamizados que perfazem cerca de 30% da

---

<sup>42</sup> Guiné-Bissau: um Estado falhado ou o fim do Estado? Comunicação do Embaixador Henriques da Silva. Disponível em: <http://ditaduradoconsenso.blogspot.pt/2012/06/guine-bissau-um-estado-falhado-ou-o-fim.html> (acessado aos 11/10/2013).

<sup>43</sup> PINTO, Paula: tradição e modernidade na Guiné-Bissau: uma perspectiva interpretativa do subdesenvolvimento, dissertação para obtenção do grau de mestre em estudos africanos pelo centro de estudos africanos da faculdade de letras da universidade do Porto, Outubro de 2009, pág. 31. Disponível em: [tradição e modernidade na guiné-bissau - Repositório Aberto da... repositorio-aberto.up.pt/bitstream/.../tesemestpaulapinto000093779.pdf](http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/.../tesemestpaulapinto000093779.pdf) (acessado aos 16/08/2013).

população do sector. Os restantes encontram-se dispersos um pouco por todo o país, sobretudo, nas regiões de Oio, de Bafatá e Gabú. A maior extensão de território que ocupam, as características ambientais menos favoráveis destas áreas marcadas por um clima sub-saheliano. Seguem-se as outras etnias nomeadamente:

### **-Fulas**

Em termos populacionais, os Fulas aparecem como um dos grupos mais numerosos da Guiné-Bissau, são cerca de 25% da população total, maioritariamente concentrados na região de Bafatá e de Gabú onde constituem largas maiorias demográficas, aproximadamente 59,5% e 78,1% da população regional. Importa realçar que em minoria, mas igualmente bem representados, os Fulas aparecem na região de Oio com cerca de 14.763%, na de Tombali com 12.061% e em Bissau onde os 23.729 Fulas representam 12,4% da população da capital. De uma forma geral, existem Fulas nos mais recônditos cantos do território, fruto das relações privilegiadas da etnia com a administração colonial que se traduziam no amplo recrutamento de Fulas como agentes e da segurança e ordem públicas. Em Bissau a presença da etnia é, como se viu, assinalável não só em bairros antigos como o Cupelon de Baixo e Missira, mas sobretudo nos novos bairros que crescem desmesuradamente, de ano para ano, à conta da chegada de numerosos contingentes de população Fula vinda do interior<sup>44</sup>.

A população Fula não é homogénea e subdivide-se em vários subgrupos. Parafraseando Carreira, refere que: No que toca às variadas designações dadas aos Fulas, quer pelos próprios, quer por populações estranhas constata-se que umas derivam de topónimos muito ou pouco conhecidos e outros de denominações resultantes de posições sociais ocupadas de relevo ou de baixa condição social<sup>45</sup>. O acontecimento mais importante na Guiné-Bissau, do século XVII ao século XIX, é a implantação dos Peules muçulmanos na massa montanhosa do Futa, que eles dominaram<sup>46</sup>. Instalaram-se nas pastagens do planalto. Embora numerosos Peules apenas tenham tido uma fé islâmica embrionária, ela bastava, por oposição aos simples infiéis para os unir entre si<sup>47</sup>.

---

<sup>44</sup> Álvaro Nóbrega, op. cit. pág. 101

<sup>45</sup> António Carreira, apud Álvaro Nóbrega, op. cit. pág. 261.

<sup>46</sup> Ki-Zerbo, Joseph. 1972. História da África Negra. 2ª ed. Vol. I. Paris: Publicações Europa-América

<sup>47</sup> Ki-Zerbo, Joseph, op. cit.



É frequente a distinção, dentro da etnia Fula, entre Forros (livres e membros do primeiro grupo Fula chegado à Guiné), Futa-Fula (mestiços, fruto de miscigenação entre os Forros e outras etnias, ou os que migraram para o Futa-Jalon no século XVIII)<sup>48</sup>, e Pretos (cativos de guerra e seus descendentes, ou apenas uma criação teórica dos portugueses para distinguir, em função da cor, os Fula genuínos dos que não o seriam). Este último é atualmente o grupo maioritário entre os Fula da Guiné-Bissau.

Uma parte dos Fula são tradicionalmente pastores nómadas, e assim permaneceram, maioritariamente, até ao século XVIII. Mas há também semissedentários e comunidades totalmente sedentárias. Os Fula da Guiné-Bissau pertencem sobretudo aos dois últimos grupos<sup>49</sup>.

Nos séculos XII a XIII iniciaram um movimento expansionista que partiu do vale do Senegal e seguiu por todo o Sudão. Isto levou a uma coabitação entre Fula e Manlinké inicialmente pacífica, dado que os primeiros se reconheceram a supremacia dos segundos, pagando impostos e tributos. Durante este período inicial, aos Fula assimilam as formas de poder dos Manlinké. Já no século XVIII, o núcleo sedentário iniciou um movimento de conquista militar, sob a bandeira do Islão. Fundaram os estados islâmicos do Futa-Toro e Futa-Jalon, com estrutura de poder centralizada, que se expandiram através de conquista militar ou assimilação cultural. A oposição destes estados Fula ao tráfico de escravos, associada à difusão do Islamismo junto dos camponeses mandingas, conduziu ao colapso do reino do Kaabú, e da hegemonia mandinga na região da Guiné-Bissau, em meados do século XIX<sup>50</sup>. Depois de os próprios terem sido islamizados, tornaram-se implacáveis conversores do Islão.

A institucionalização do poder entre os Fula deve-se, precisamente à sua islamização, uma vez que o Islão favorece a criação de estruturas políticas, por influência de uma estrutura religiosa fortemente marcada e hierarquizada.

Os chefes Fula adotaram uma posição cooperante para com os Portugueses, nomeadamente através do fornecimento de homens e mantimentos para campanhas militares contra as

---

<sup>48</sup> PINTO, Paula: tradição e modernidade na Guiné-Bissau: uma perspectiva interpretativa do subdesenvolvimento, dissertação para obtenção do grau de mestre em estudos africanos pelo centro de estudos africanos da faculdade de letras da universidade do Porto, Outubro de 2009, pág.38. Disponível em: [repositorio-aberto.up.pt/bitstream/.../tesemestpaulapinto000093779.pdf](http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/.../tesemestpaulapinto000093779.pdf) (acessado aos 20/08/2013)

<sup>49</sup> PINTO, Paula, op. cit. pág. 39

<sup>50</sup> Wilson Filho Trajano apud PINTO, Paula, op. cit. pág. 39

populações animistas. Atualmente representam cerca de 23% da população guineense e habitam na zona Leste do país. A breve descrição das etnias mais preponderantes, em termos de quantitativos populacionais, teve como objetivo elucidar sobre a heterogeneidade sociocultural presente neste pequeno território de cujo processo histórico quis fazer uma nação.

Foi, paradoxalmente, a colonização que propiciou a emergência da consciência nacional na Guiné, até porque a sua implantação esteve na origem de novas formas de relacionamento entre os diferentes grupos sociais desse território, “levando à formação de um tecido social heterogêneo dito ‘guineense’<sup>51</sup>.”

Mas a consciência dessa heterogeneidade parece estar afastada da elite e do poder na Guiné-Bissau. Não que se negue a sua existência. Mas existe uma recusa generalizada em considerar objectivamente as implicações económicas e sociais dessa diversidade. Ela apenas é um fator habitualmente considerado em matérias políticas. Isto é, assiste-se por vezes, como na generalidade dos países da África subsaariana, à manipulação política da etnicidade, ao apelo ao voto étnico. Foi este, aliás, o fator determinante da carreira política de Kumba Iála que lhe valeu, inclusivamente, a vitória nas eleições presidenciais de 2000. Sendo Balanta, apelou ao voto de todos os membros do seu grupo étnico, que constitui aproximadamente 30% da população Bissau-guineense. Este foi o caso mais claro de manipulação étnica para fins políticos na história recente da Guiné-Bissau.

Mas, quando se questiona os intelectuais guineenses sobre as possíveis implicações da enorme diversidade étnica, encontra-se uma prontidão (talvez excessiva) na negação de qualquer obstáculo ou dificuldade acrescida daí derivados. Como que, entendemos nós, uma autodefesa cultural contra o discurso etnocêntrico sobre o tribalismo africano e o seu retardamento evolutivo, que bloqueia, frequente vezes, uma reflexão objetiva e metódica em torno da temática étnica. A determinação de Amílcar Cabral em destribalizar o movimento pela independência (que incluiu severas repreensões a comportamentos considerados supersticiosos) seria já, em certa medida, um exemplo deste comportamento. Já em Fevereiro de 1964, no famoso congresso de Cassacá, um dos grandes temas discutidos foi o das interferências da cultura tradicional na luta de libertação, uma vez que a direção do partido teve conhecimento que guerrilheiros visitavam feiticeiros para pedir proteção. Se o

---

<sup>51</sup> Havik, Philips. 1995-1999. Mundasson i Kambansa: espaço social e movimentos políticos na Guiné-Bissau (1910-1994). Revista Internacional de Estudos Africanos, pág. 115-167

feiticeiro aconselhasse o soldado a não participar, por exemplo, numa emboscada, ele não participaria de forma alguma. A guerrilha fez-se sempre no mato, na floresta, espaço que os animistas creem ser habitado por entidades sobrenaturais de diversa ordem, os espíritos dos antepassados, os irãs, etc., o que levava a que as tropas, por vezes, se recusassem a penetrar em zonas consideradas sagradas<sup>52</sup>.

Mas o legado da Luta de Libertação Nacional é preponderante ainda hoje na vida política guineense. A pretensa legitimidade histórica conferida pelo papel desempenhado na luta de libertação justifica golpes de Estado, abuso de poder, favorecimentos pessoais... relegando o mérito, a competência, a capacidade efetiva para solucionar a progressiva degradação do país. Nas palavras de Huco Monteiro não há espaço para a competência<sup>53</sup>. Quem participou na luta é bom e tem valor. Em nome e memória da luta, o PAIGC e o Estado agem descansadamente. Em todos os discursos se encontra o passado de luta. "...Sempre e em toda a parte a luta serve de justificação"<sup>54</sup>.

Os jovens com preocupações políticas e preparação académica sentem profundamente esta distância entre eles, quadros necessários à administração, mas sem um passado valoroso que lhes promova o acesso à aceitação e apoio da sociedade [a gerontocracia tem expressão significativa entre os povos da Guiné, o que também é um fator a considerar], e a geração da luta armada, que se reconhece e a quem a generalidade da sociedade reconhece uma superioridade moral intocável que lhe confere um direito vitalício à gratidão e gratificação da nação, o que se traduz na ocupação dos cargos de direção política e económica.

### **-Mandingas**

Os Mandingas (designação atribuída aos descendentes dos Manlinké estabelecidos no território Bissau-Guineense) são originários das margens do Níger, mas a sua chegada ao atual território guineense é ancestral. Inicialmente, a chegada de mandingas acontece de uma forma pontual, pacífica, em número reduzido, com integração através de casamento e

---

<sup>52</sup> Chabal, Patrick. 2002. Amilcar Cabral - Revolutionary Leadership and People's War. 2ª ed. ed. London: Hurst & Company. p. 81

<sup>53</sup> Huco Monteiro, Junho de 2007.

<sup>54</sup> Cardoso, Carlos. 1996. Guineenses contra Guineenses. Para um Debate sobre a(s) Identidade(s) na Guiné-Bissau. In Transição Democrática na Guiné-Bissau e outros Ensaio, edited by J. A. e. C. Cardoso. Bissau: INEP

alianças com as populações locais. Segue-se o período da expansão do Império do Mali (o auge político e económico no Sudão até ao século XVII)<sup>55</sup>.

Estabelecidos no Kaabú (reino súbdito do Império do Mali, que ocupou o território compreendido desde o rio Gâmbia ao Corubal e do Futa-Jalon às planícies costeiras), os Manlinké empurraram os Balanta e os Byafada em direção à costa para terem mais terras para os seus saques e para cultivar<sup>56</sup>.

As línguas e dialetos Mandé distinguem-se claramente da subfamília oeste-atlântica (que, por sua vez, integra a família linguística Níger-congolesa), que integra os povos de toda a região circundante da Guiné<sup>57</sup>. A sua estrutura social era composta por “homens livres”, executantes de funções especializadas (praticando reprodução endógama) e servos. São uma etnia estatizada, como habitualmente entre as etnias islamizadas. Com a chegada dos europeus, os chefes mandinga (com tradição comercial) rapidamente passaram a controlar, na região da atual Guiné-Bissau, a captura e comercialização de escravos.

Apesar de não se ter constituído numa das principais fontes de recursos humanos na luta de libertação, os mandingas resistiram à dominação portuguesa e mantiveram o domínio estatal do território que corresponde atualmente à Guiné-Bissau (e uma boa parte dos países vizinhos) durante quase cinco séculos, até ao início do século XIX, altura em que essa predominância foi substituída pela autoridade papel, com o apoio dos europeus. A afirmação dos estados islâmicos fulas determinou o colapso do Kaabú e da hegemonia Mandinga naquela região<sup>58</sup>.

Os Mandingas constituem o terceiro grupo populacional mais importante da Guiné-Bissau, com cerca de 13,72% da população. É na região de Oio, que partilham com os Balantas (maioritários 47,8%) e com os Fulas (9,49%) que a população Mandinga aparece em maior número com cerca de 46 778 indivíduos, representando 34,8% do total dos Mandingas e 30,1% da população da região. Seguem-se-lhe as regiões de Bafatá e de Gabú, maioritariamente Fulas, onde existem, cerca de 23% da população da região e 15%

---

<sup>55</sup> PINTO, Paula, op. cit. Pág. 37. Disponível em: tradição e modernidade na guiné-bissau - Repositório Aberto da.. repositorio-aberto.up.pt/bitstream/.../tesemestpaulapinto000093779.pdf (16/08/2013).

<sup>56</sup> Carreira. Aspectos Históricos da Evolução do Islamismo na Guiné Portuguesa in Lopes, Carlos. 1999. Kaabunké: Espaço, Território e Poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance Pré-coloniais. 1ª Ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

<sup>57</sup> Fage, J. D. 1995. História da África. s.l.: Edições 70.

<sup>58</sup> CARLOS, Lopes apud PINTO, Paula, op. cit. pág.38.

Mandingas. Em Bissau, existe uma vasta comunidade de aproximadamente 12% da população da região, Mandingas, empenhados na administração pública, no comércio formal e informal e nas indústrias artesanais. Tal como os Fulas, não obstante estarem presentes nos bairros mais centrais, é nos bairros mais recentes e periféricos que a etnia surge em contingentes mais significativos.

### **-Beafadas**

A região de Quinara constitui hoje o "chão" Beafada, onde residem 12 549 (40% do total da etnia) dos 31 457 Beafadas existentes no território nacional (4% da população total). Até aí constituem uma minoria relativa já que os Balantas estendendo-se a partir das zonas alagadas, são 17 731 indivíduos, cerca de 42% da população da região por oposição aos 30% dos Beafadas. Como é óbvio existem áreas onde as densidades populacionais de cada etnia são maiores e nesse sentido os Balantas estão mais concentrados nos sectores mais a norte em Tite e Fulacunda, porquanto os Beafadas se concentram nos dois mais a sul de Empada e de Buba. Em Bissau, existe uma comunidade de Beafadas, cerca de 5% da população do sector, que se dedicam ao comércio informal, mas também, como assalariados nas atividades modernas. No passado colonial já vinham manifestando esta tendência migratória para Bissau e é claro que a sua adesão à luta de libertação garantiu-lhes, no pós independência, uma certa facilidade de acesso á administração pública e ao exército.

Estes dois grupos perfazem 68% da população Beafada. Todas as restantes comunidades espalhadas por outros sectores e regiões possuem quantitativos demográficos pouco relevantes. Foram, outrora, uma das etnias mais populosas do país e senhores de um extenso território que se estendia ao longo do rio Corubal, mas que hoje está mais ou menos restrito à região de Quinara. Mesmo no seu próprio "chão", representam quase que uma minoria étnica face ao dinamismo populacional dos Balantas, que os começam a suplantar nestas regiões do sul.

Apoiado na tradição local colhida entre os Beafadas, Rogado Quintino, refere que: Os Beafadas vieram do Oriente da região chamada Mandé, região que abandonaram, quando a propaganda do islamismo assumiu ali forma violenta. Na caminhada para o litoral (...) rumando depois para o Oio. Aqui se repartiram - dirigindo-se um núcleo para o Corubal atravessando o estuário do Geba"<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> Francisco Rogado Quintino, «Os Povos da Guiné», op. cit., pp. 883-884. Teixeira da Mota não deixa de colocar algumas reticências a esta questão: "o facto de Nalús e Beafadas apontarem a origem que indicam

Talvez seja esta a razão pela qual Carlos Lopes considere existirem fortes probabilidades de existir uma relação de parentesco entre Beafada e os Balantas<sup>60</sup>. Separados pelo amplo estuário do Geba e pela ocupação Mandinga da parte estreita do canal teriam evoluído separadamente, dissociando-se parentalmente e produzindo formas de organização diferentes. Enquanto os Balantas mantiveram uma organização social marcadamente acéfala, os Beafadas tenderam a adotar um sistema vertical e uma organização territorial em regulados.

Nesta fase as suas estruturas eram similares às dos povos animistas estratificados do litoral, com um sistema político baseado nos régulos e chefes de povoação, com uma organização social clânica, uma região assente no culto dos Irãs e o mesmo tipo de exploração económica agrária<sup>61</sup>. A questão da existência de regulados entre os Beafadas está envolta em polémica havendo autores que a defendem, com base nos relatos históricos, e outros que a contestam pelas mesmas fontes. Concordamos, no entanto com Octávio Barbosa quando afirma que: Com o passado e grandeza que os Beafadas tiveram, ocupando uma grande área territorial, é difícil conceber que não tivessem tido um chefe ou rei que fosse o elo de ligação entre as tribos e simbolizasse a sua unidade<sup>62</sup>.

A penetração Fula e as guerras daí decorrentes resultaram em derrotas sucessivas dos Beafadas, conduzindo à sua submissão e fulanização. Com o tempo, muitos dos servos Beafadas desligaram-se do seu grupo étnico original para se integrarem na grande massa fulanizada de Fulas Pretos. Os restantes, mesmo sujeitos a uma intensa islamização Fula, mantiveram uma resistência ativa e feroz contra os Fulas (e contra todos os estranhos em geral). A guerra de guerrilha, em que se envolviam Fulas e Beafadas e depois Futa Fulas com os Fula Pretos, provocou a desertificação humana das extensas regiões do sul, acarretando a ruína económica de todas as praças (até então florescentes) que dependiam da sua riqueza agrícola.

No final, os Beafadas ficaram reduzidos aos territórios de Fulacunda, Buba e Empada e toda a sua organização social tradicional foi fortemente desarticulada, designadamente todo o

---

poderá ser apenas a consequência de estarem atualmente bastante «mandinguizados» e pretenderem daquela maneira entroncar-se ramicamente na grande e prestigiosa família mandinga". (Avelino Teixeira da Mota, Guiné Portuguesa, op. cit., p.142)

<sup>60</sup> Carlos Lopes, Kaabunké-Espaço, Território e Poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance Pré-coloniais, op. cit., p.67

<sup>61</sup> Octávio Barbosa identificou três nomes clânicos que ainda persistiam tenuemente ao tempo da sua pesquisa: malobal (leopardo), massêm (jiboia) e mabadie (djambatuto). (Octávio Gomes Barbosa, Contribuição para o Estudo dos Beafadas, ISCSPU, Lisboa, 1972, p.70. Dissertação de Licenciatura em Ciências Sociais e Política Ultramarina. op. cit. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Oct%C3%A1vio\\_Barbosa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Oct%C3%A1vio_Barbosa)

<sup>62</sup> Octávio Barbosa, op. cit. pág.73-74

sistema de regulados. E foi essa realidade que a administração colonial veio a encontrar quando tratou de ocupar efetivamente o território: a centralização do poder restringia-se às chefias de povoação e nunca a uma figura superior de um rei ou régulo. Aliás a ideia já nem existia entre os Beafadas e, segundo Octávio Barbosa, somente em caso de guerra aparecia uma figura mais centralizadora: Se várias povoações estavam envolvidas, escolhiam um dos chefes com mais mérito guerreiro para conduzir os combatentes de todas as povoações ao combate<sup>63</sup>.

A forma como o Islamismo se difundiu entre os Beafadas, atrás descrita, teve tanto de violento como de pacífico consoante os métodos e as etnias envolvidas. O processo foi eficaz e invariavelmente implicou a transformação de todas as estruturas sociais, sem que o islamismo africano eliminasse o tal fundo animista que permanece e permanecerá ainda por muito tempo, até porque os Balantas animistas expandem-se demograficamente no seu território. E se os influenciaram nas práticas de cultivo do arroz, é possível que os possam influenciar, também, noutros aspetos. O contrário também é verdadeiro como se verificou, por exemplo, na proibição de comer carne de porco e de consumir álcool, entre os adeptos do movimento Balanta Yang Yang.

Se bem que influenciados pelas práticas agrícolas Balantas, no restante copiaram a organização social própria dos islamizados, aparecendo organizados em povoações concentradas e sendo conduzidos politicamente pelos seus chefes de povoação e pelos dignitários religiosos islâmicos.

---

<sup>63</sup> Octávio Gomes Barbosa, op. cit.,p.75

## **CAPÍTULO II. AS MOTIVAÇÕES DA INTERVENÇÃO DE ANGOLA NO PROCESSO DE REFORMA DAS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA DA GUINÉ-BISSAU**

### **2.1 A Formulação da Política Externa de Angola**

A política externa, tradicionalmente associada aos Estados, mas crescentemente associada a outros atores, como a União Europeia (UE), projeta interesses e objetivos domésticos/internos para o exterior. É assim entendida como uma ferramenta essencial no posicionamento dos atores no sistema internacional<sup>64</sup>. No entanto, o desenho, formulação e implementação da política externa não é um processo simplista e linear, como analisado nos diferentes modelos teóricos e na necessidade de conjugação destes para um entendimento mais compreensivo do processo; e não tem lugar de forma isolada, revelando o carácter co constitutivo das dimensões interna (doméstica) e externa (internacional) que acompanham todo o processo<sup>65</sup>.

A formulação da política externa de Angola, nasce de um encontro entre interesses económicos, políticos e sociais de origem variada e a sua transformação pelo Estado em ação diplomática ou militar. A interação com o mundo exterior é inerente a qualquer unidade política. Como argumenta Gélson Fonseca Jr. o universo internacional inicia-se pela relação entre Estados, relação que se manifesta de forma dramática na guerra, nos conflitos sobre definição territorial, nas disputas económicas, nos acordos de paz etc. [...] em nossos dias, é raro o tema que não tenha uma componente internacional<sup>66</sup>.

Em conformidade com a Constituição da República de Angola aprovada em Fevereiro de 2010, nos Artigos 1º, 3º, 12º, 13º e 121º, a política externa de Angola é área de competência exclusiva do Chefe do Estado, auxiliado pelo Ministério das Relações Exteriores (MIREX)<sup>67</sup>.

---

<sup>64</sup> FREIRE, Maria Raquel et al : Política Externa As Relações Internacionais em Mudança, Coimbra 2011, pág. 13

<sup>65</sup> FREIRE, Maria Raquel, op. cit. pág.13

<sup>66</sup> William Thompson apud JOSÉ, Joveta: A política externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS em 2011, como requisito parcial para obtenção do título de doutor. Disponível em: [www.lume.ufrgs.br](http://www.lume.ufrgs.br) > ... > Ciências Humanas > Ciência Política (acessado aos 20/4/2013).

<sup>67</sup> Constituição da Republica de Angola Aprovada pela Assembleia Nacional a 2 de Fevereiro de 2010.



De acordo com o Estatuto Orgânico, o MIREX foi criado a 12 de Novembro de 1975, com a competência de auxiliar o Presidente da República na coordenação, formulação, planificação, execução e avaliação da política externa e de cooperação internacional da República de Angola em todas as suas vertentes, para afirmação do país na defesa dos interesses nacionais no contexto internacional. O MIREX executa as suas atribuições com base no princípio da unidade, interdependência e colaboração entre os órgãos e serviços integrados na sua estrutura, bem como com outros organismos do Estado com participação indirecta na execução da política externa da República de Angola<sup>68</sup>.

O importante desafio que se coloca à política externa e à diplomacia angolana é o de conseguir articular, nos planos político diplomático, económico, científico e tecnológico, a dinâmica da integração do país nas sub-regiões Central e Austral de África com a dinâmica da globalização – fenómeno incontornável e transversal a todas as esferas da vida global<sup>69</sup>.

Esta política externa, respeita e aplica os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da União Africana e estabelece relações de amizade e cooperação com todos os Estados e povos, na base dos seguintes princípios<sup>70</sup>:

- a) Respeito pela soberania e independência nacional;
- b) Igualdade entre os Estados;
- c) Direito dos povos à autodeterminação e à independência;
- d) Solução pacífica dos conflitos;
- e) Respeito dos direitos humanos;
- f) Não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados;
- g) Reciprocidade de vantagens;
- h) Repúdio e combate ao terrorismo, narcotráfico, racismo, corrupção e tráfico de seres e órgãos humanos;
- i) Cooperação com todos os povos para a paz, justiça e progresso da humanidade.

Angola tornou-se independente á 11 de Novembro de 1975, optando pela via de desenvolvimento, o modelo político e económico de planeamento centralizado, com todos os meios de produção na responsabilidade do Estado. Logo após o surgimento de Angola

---

<sup>68</sup> Estatuto Orgânico do Ministério de Relações Exteriores.

<sup>69</sup> Linhas Mestras da Atividade Político-Diplomática, IV Conselho Consultivo Alargado do Ministério das Relações Exteriores, Janeiro de 2011, pág.8

<sup>70</sup> Lei Constitucional: revisão aprovada em 2010, pág.6

como Estado, o país obteve o seu reconhecimento pela comunidade internacional como manifestação da vontade dos Estados de estabelecer relações políticas e económicas com a nascente nação. Assim, Angola teve que preparar a sua política externa para relacionar-se com outros Estados. Essa política externa não é senão a continuação da sua política interna, visando consolidar a ordem social existente no próprio Estado através da fixação das suas disposições na ordem jurídica internacional e defender na arena internacional os interesses do Estado angolano<sup>71</sup>.

Do ponto de vista político, o Estado angolano empreendeu uma luta pela afirmação da sua independência e igualdade de direitos com os outros Estados, segurança paz, coexistência pacífica e cooperação mutuamente vantajosa na base da igualdade e respeito mútuo, e defesa dos direitos humanos. Do ponto de vista económico, a política externa de Angola persegue o estabelecimento de relações económicas internacionais mais justas, livres do protecionismo<sup>72</sup>. Esta política é o posicionamento adotado pelo país para alcançar os seus objetivos agindo internacionalmente de acordo com a sua estratégia.

Terminada a guerra e conquistada a paz a 4 de Abril de 2002, tornaram-se imperiosas as tarefas de reconstrução nacional e a estabilidade económica, pelo que a vertente económica da política externa revelou-se uma mais-valia no processo de interpretar e maximizar o interesse nacional.

A diplomacia angolana promoveu estratégias para a captação de mais e melhor investimento estrangeiro, apostou na promoção externa das potencialidades económicas e financeiras, turísticas e das exportações; criou e explorou oportunidades para as empresas angolanas e para a economia nacional com o fito de conquistar o mercado internacional. Tudo isto, é uma outra faceta da política externa de Angola no âmbito económico.

Dissertando sobre a política externa de Angola, o Ministro das Relações Exteriores, Jorge Chicote, numa sessão académica no Conselho Argentino de Relações Internacionais (CARI), em Buenos Aires, apontou algumas das ações registadas no campo de ação da política de Angola, que recaí na assinatura dos acordos de Nova Iorque (EUA), para a retirada das tropas sul-africanas de Angola, e de Bicesse (Portugal), para a paz em Angola; a instauração

---

<sup>71</sup> JOSÉ, Joveta: Política Externa de Angola de 1992 aos dias atuais. Disponível em: Política Externa de Angola de 1992 aos dias actuais-Anpocs [www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman...](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman...) (acessado aos 20/5/2013).

<sup>72</sup> JOSÉ, Joveta, op. cit. pág. 5

do multipartidarismo; a realização das primeiras eleições gerais, em Setembro de 1992; a Independência da Namíbia; o fim do apartheid na África do Sul; o Acordo de Paz, assinado a 4 de Abril de 2002; as eleições legislativas em 2008; a aprovação da Constituição da República, em 2010, e as eleições gerais em 2012<sup>73</sup>. Afirmou ainda que, estes acontecimentos constituem marcas indeléveis nos anais recentes do país, que vêm registando igualmente uma pujança económica assinalável (das que mais cresce no mundo), fatores que contribuíram para o elevar a condição de referência incontornável na atualidade.

Neste contexto, Angola promoveu uma política externa mais atuante, consistente e organicamente sustentada nas necessidades e objetivos de desenvolvimento nacional e que estivesse atenta às transformações que se operam na arena internacional. Para tal, foi imperioso articular de forma eficaz a ação de diversas entidades, como sejam as missões e representações diplomáticas, mantendo sempre o objetivo do progresso e melhoria do bem-estar da população. E procurou desenvolver a sua política externa mantendo relações de cooperação com vários estados africanos, sobretudo com a Guiné-Bissau, um país histórico face aos laços que os une.

As profundas transformações que ocorreram na sociedade angolana no pós-guerra, no sentido do crescimento económico acelerado tiveram evidentemente consequências sobre o perfil externo do país. Ampliaram as relações comerciais, culturais e a cooperação técnica com os demais países, e as relações diplomáticas foram diversificados. O peso económico que o país adquiriu na arena internacional conferiu-lhe mais responsabilidade e maior ímpeto para participar ativamente nas questões mundiais<sup>74</sup>.

Nesse contexto e porque a soberania se defende cada vez mais no terreno da economia, a diplomacia económica se afigurou como um importante instrumento da política externa angolana e regional, tendo em conta a necessidade de auxílio e investimento estrangeiro no processo de recuperação das infraestruturas destruídas ao longo da guerra.

A política externa de Angola não está confinada a uma única região, nem é restrita a uma única dimensão. Angola contribui para a construção de uma ordem regional, na União Africana e mundial, pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do

---

<sup>73</sup> Ministro Georges Chicote disserta sobre Política Externa de Angola. Disponível em: [http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/politica/2013/6/30/Ministro-Georges-Chikoti-disserta-sobre-Politica-Externa-Angola,d6f3ef1f-8afa-4003-ac15-5bf096cd5797.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2013/6/30/Ministro-Georges-Chikoti-disserta-sobre-Politica-Externa-Angola,d6f3ef1f-8afa-4003-ac15-5bf096cd5797.html) (acessado aos 15/7/2013)

<sup>74</sup> RAMOS, Justino da Glória, apontamentos da aula nº15, A formulação da política externa, Luanda, 2005-2006 (ISPRA).

multilateralismo, consciente do seu peso territorial, económico e cultural da sua democracia. Como resultado desta atuação e da fortaleza dos princípios da sua política externa, Angola diversificou as suas relações político-diplomáticas e de cooperação económica com vários países do mundo<sup>75</sup>.

Nesta conformidade, os pressupostos da política externa angolana estão alicerçados por um lado, nos fundamentos constitucionalmente consagrados, e por outro lado, na perspectiva do Programa do Governo Angolano, com primazia para a defesa dos objetivos e interesses nacionais e internacionais seguintes:

1. Preservação e fortalecimento da soberania nacional;
2. Apoio ao desenvolvimento económico, político e social do país através de uma maior inserção de Angola no mundo;
3. Protecção dos direitos e interesses angolanos no estrangeiro;
4. Apoio a promoção da cooperação internacional em todos seus domínios;
5. Promoção da cultura como um dos principais elementos para a reafirmação da identidade nacional;
6. Promoção da imagem de Angola no exterior;
7. Assegurar e defender a paz, segurança e estabilidade mundial;
8. Prevenção, gestão e resolução de conflitos por via pacífica e condenação do uso da força como meio de resolução dos conflitos fora do sistema das Nações Unidas e dos parâmetros da União Africana;
9. Reconhecimento do Direito Internacional como norma de conduta dos Estados nas suas relações;
10. Defesa e promoção da cooperação internacional e da integração regional como sistemas de convivência e vias de desenvolvimento dos Estados;

---

<sup>75</sup> Linhas Mestras da Atividade Político-Diplomática, IV Conselho Consultivo Alargado do Ministério das Relações Exteriores, op. cit. pág.8

11. Reforço do papel das organizações multilaterais, regionais e internacionais ao serviço da paz e do desenvolvimento dos Estados;

12. Rejeição de toda e qualquer forma de colonialismo, neocolonialismo do direito dos povos à autodeterminação e sua libertação dos sistemas opressivos<sup>76</sup>.

Assim sendo, e com base nos pressupostos apontados, Angola e a sua diplomacia deverão continuar a criar condições para enfrentar os grandes desafios internacionais atuais que acompanham o complexo processo de transformação da política mundial e da globalização, bem como para envidar esforços visando o aprofundamento das relações político-diplomáticas, de cooperação económica, científica e técnica com os parceiros internacionais em geral, e de boa vizinhança com os países limítrofes em particular.

Angola almeja uma ordem internacional, cujos processos decisórios sejam abertos a um número maior de nações, em especial às sociedades em desenvolvimento. Essas metas pressupõem, entre outras mudanças, a reforma dos organismos e procedimentos multilaterais. A política externa de Angola busca a autonomia pela integração articulada com o meio internacional, principalmente com os países do Atlântico Sul, em uma estratégia de fortalecimento das suas reivindicações de desenvolvimento e de valorização da cooperação Sul-Sul.

## **2.2 Os acordos de cooperação rubricados entre Angola e a Guiné-Bissau**

Porém, paralelo aos laços de cooperação entre Angola e Guiné-Bissau, em Julho de 2007, a Guiné-Bissau anunciava a preparação de um acordo de cooperação económica com Angola. Esse acordo, teve a sua fase de arranque materializada com a assinatura de um memorando de entendimento, e desdobrava-se na prática em três áreas. Em primeiro lugar, tratava do investimento angolano na Guiné-Bissau, especialmente dirigido à exploração dos recursos naturais, tais como petróleo, bauxite e outras riquezas do subsolo e infraestruturas principalmente aquelas destinadas a facilitar o fluxo dos produtos arrancados ao subsolo pelas criativas com o capital angolano investido<sup>77</sup>. Em segundo lugar, visava o apoio orçamental indireto à Guiné-Bissau. Este apoio seria dirigido essencialmente ao Orçamento de Estado da Guiné-Bissau, mas não se operacionalizaria por entregas diretas de capital para o governo fazer face às suas despesas concretas, séria através de garantias de crédito e outros

<sup>76</sup> Linhas Mestras da Atividade Político-Diplomática, op. cit. pág. 9.

<sup>77</sup> SARAIVA, Luís Eduardo: As Relações entre Angola e a Guiné-Bissau,, Lisboa, 2011 pág.96

mecanismos financeiros. Em terceiro lugar, a atribuição de linhas de crédito, dirigidas essencialmente a pequenas e médias empresas guineenses, no valor de 10 milhões de dólares, visando em concreto os produtos mais rentáveis da produção tradicional, como a castanha de caju e o óleo de palma. Nesta terceira vertente, o investimento de Angola era claramente dirigido à oportunidade de se gerarem lucros para os dois países, nas áreas de produção mais rentáveis do sector primário. O memorando de entendimento relativo a este acordo foi assinado durante a visita do ex. primeiro-ministro angolano, Fernando Dias dos Santos, a Bissau em Outubro de 2007<sup>78</sup>.

Pouco mais de um ano e meio depois, em Janeiro de 2009, com uma visita a Angola do ex. Primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior, parecia reforçar-se o ciclo auspicioso das relações entre os dois países lusófonos. O encontro, muito mediatizado, apresentava o que parecia ser um conjunto de soluções que, definitivamente, nos termos em que a Guiné<sup>79</sup> se apresentava, resolveria todos os problemas do país. No regresso, Carlos Gomes Júnior trazia na bagagem promessas de uma atenção especial de Angola para o país irmão da Guiné e a concessão de uma linha de crédito, de valor não revelado, para o pagamento dos salários dos 12000 funcionários públicos<sup>80</sup> (incluindo as Forças Armadas e de Segurança). Este sinal concreto fortemente positivo alimentava a estabilidade da governação, parecia sossegar os militares e criava as condições para o reforço desta ligação a Luanda.

Pode-se assim, falar da existência de três ocasiões importantes nas relações bilaterais entre a Angola e a Guiné-Bissau, na perspectiva da economia e do apoio aos projetos de relançamento económico guineenses que são:

1. O primeiro deu-se com o lançamento do projeto, que apresenta ainda poucos resultados, de cooperação na área económica, assinado em 2003;
2. Uma outra data importante foi marcada em 2007 quando, em Julho, o Primeiro-ministro assinava em Bissau, com o seu congénere angolano, Fernando da Piedade dias dos Santos, o memorando de entendimento para o lançamento de um acordo de cooperação económica;
3. O terceiro marco importante decorreu durante a visita do Primeiro-ministro a

---

<sup>78</sup> SARAIVA, Luís Eduardo, op. cit. p.97

<sup>79</sup> O substantivo "Guiné" e o adjectivo "guineense" referem-se aqui à Guiné-Bissau. As menções eventuais ao país homónimo vizinho, a Guiné, serão sempre acompanhados do nome da sua capital, Conacri

<sup>80</sup> SARAIVA, Luís Eduardo, op. cit. p.97

Angola, no início de 2010, e que se concretizou com o anúncio de uma linha de crédito e o reiterar, por Luanda, da importância que lhe merecia a Guiné-Bissau.

A adicionar a estes três marcos das relações entre Luanda e Bissau, no que respeita aos apoios do desenvolvimento, há que acrescentar a visita do Presidente Malam Bacai Sanhá a Angola, realizada a 9 e 10 de Abril, de onde regressou com a garantia da continuação da validade dos acordos assinados segundo afirmou á comunicação social no aeroporto internacional de Luanda, antes de embarcar para a Guiné. No entanto, a leitura dos resultados desta viagem não será muito simples. Segundo o Jornal português Expresso, de 10 de Abril, afirma que as autoridades angolanas, depois de terem congelado a sua participação na exploração de bauxite e na construção de um porto em águas profundas na região de bauxite e na construção de um porto em águas profundas na região de Quimara, suspenderam também a pesquisa de petróleo<sup>81</sup>. Esta paralisação do apoio de Luanda a Bissau, a ser verdade, concretizaria algumas das medidas que Luanda tomava para convencer a Guiné-Bissau, a voltar a sua posição anterior e que, no seu entender, conteria as condições necessárias para garantia do investimento angolano.

Que projetos, em concreto, Angola havia preparado para desenvolver na Guiné-Bissau? A Guiné-Bissau estabeleceu com Angola um contrato para a construção do Porto de Buba, que foi adjudicado a uma empresa angolana, com um valor anunciado variando entre os 500 e os 700 milhões de dólares. Nos primeiros cinco anos de contrato o país seria capaz de receber navios de mais de 60 mil toneladas e, na segunda fase, de mais de 240 mil toneladas. Este grande projeto incluía também a construção de linhas férreas de apoio ao porto que iriam até à Guiné-Conacri e ao Mali, embora a sua finalidade no interior da Guiné-Bissau fosse de escoamento da exploração de bauxite. A exploração de bauxite da Guiné-Bissau é, portanto, outra das áreas em que Angola quer ter um papel de relevo, exploração que, embora não tivesse ainda começado, estava já adjudicada a uma empresa angolana, a Bauxite Angola.

Uma outra área de investimento angolano contratada com a Guiné-Bissau foi a exploração de fosfatos, a desenvolver junto da cidade de Farim<sup>82</sup>.

Para além de todo o apoio ao investimento no sector da economia, o governo de Angola demonstrou também vontade de contribuir para o apoio à reforma da comunicação social guineense, pelo que havia prometido disponibilizar uma soma que rondaria os seis milhões

---

<sup>81</sup> GUSTAVO, Costa: Luanda aconselha calma em Bissau, Jornal Expresso, Primeiro caderno, 2010, p.33

<sup>82</sup> Farim, é considerada como uma das cidades mais pobres da Guiné-Bissau

de dólares<sup>83</sup>.

### **2.3 A Implementação do Programa de Cooperação Técnico-Militar e de Segurança entre Angola e a Guiné-Bissau**

A acrescentar a todos estes esforços de investimento da política externa angolana na Guiné-Bissau, a 29 de Outubro de 2009 o ex. Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas angolanas, General Francisco Pereira Furtado, realizava uma visita de dois dias aquele país, no final da qual anunciaria, numa conferência de imprensa conjunta com o seu congénere guineense, um acordo, a ser rubricado em breve entre os dois chefes das Forças Armadas de ambos países, que incluía várias abordagens. Segundo o jornal Gazeta de Notícias, de Bissau, o General Furtado teria afirmado que: "já estão criadas todas as condições para a implementação do acordo de cooperação técnico-militar que seria em breve rubricado"<sup>84</sup>.

Mas concretamente, em primeiro lugar, seriam levados a cabo projetos de cooperação entre as Forças Armadas (FA) dos dois países, no âmbito da política de defesa nacional e da instrução e formação militar. Este aspeto da cooperação militar teria como alvos principais as estruturas do Ministério da Defesa, nomeadamente as de Política de Defesa Nacional, incluindo a criação de um corpus doutrinário, e também se debruçaria sobre a reorganização das estruturas de instrução e treino militar, tanto operacionais como doutrinários<sup>85</sup>. Uma segunda abordagem dizia respeito à cooperação nas áreas de ensino e avanços tecnológicos, desporto e cultura. Esta versa fundamentalmente o ensino académico e a formação escolar militar, mas também a aquisição de competências pelos militares nas áreas tecnológicas. Para além disso, versará o reforço do intercâmbio também no âmbito desportivo e cultural.

A terceira abordagem faria menção ao apoio da implementação do programa de Reforma do Sector de Segurança das Forças Armadas da Guiné-Bissau (RSS). Esta é uma área muito sensível e crítica, sobre a qual se têm debruçado várias instituições - atualmente a ONU e a UE, para além das iniciativas da cooperação bilateral que constituirá o ponto muito delicado destes acordos, pretendem que, esta reforma seja feita de forma urgente com vista a ultrapassar os vários problemas que as Forças Armadas possuem.

---

<sup>83</sup> SAMPA, Amarante e DJALO, Ibraima Sori: "Angola está pronta para ajudar a Guiné-Bissau em todos os domínios". Jornal Nô Pintcha, 12 de Novembro de 2009, Bissau, p.15.

<sup>84</sup> SAMBÚ, Assana, "Guiné-Bissau merece atenção especial da Comunidade Internacional", In Gazeta de Notícias de 4 de Novembro de 2009, Bissau, p.12

<sup>85</sup> SARAIVA, Luís Eduardo, op. cit. pág. 100



Finalmente, a outra abordagem é o apoio à reintegração social e económica de ex-militares. Este ponto advém da implementação com sucesso do processo de RSS e constitui, também, um ponto muito frágil, dependente do sucesso das medidas preconizadas na RSS. O CEMGFA<sup>86</sup>, a propósito deste projeto de RSS referiu, em visita a Bissau, que; “pensamos levar a bom porto um programa exequível de apoio às Forças Armadas da Guiné-Bissau, no capítulo da formação e reestruturação das mesmas e também na implementação do seu programa de reforma, reestruturação dos ex-militares na vida civil<sup>87</sup>”

Este acordo teria ainda de ser ratificado pelos parlamentos dos dois países mas, devido á crise da tentativa de golpe de estado, contra o Primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, que esteve detido algumas horas, e o chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Tenente-General Zamora Induta, que acabou preso durante cerca de nove meses, tendo sido substituído pelo até então adjunto, Tenente-General António Indjai.

O mais provável é que tudo tenha de ser negociado e acordado de novo com os novos responsáveis militares. Aliás, este conjunto de medidas acordadas entre as duas chefias das Forças Armadas constituía mais uma pressão concreta da Comunidade Internacional, neste caso materializado num país africano amigo, para que os militares guineenses aceitassem as necessárias reformas. Estas, estão todas contempladas nos projetos de RSS que as autoridades da Guiné-Bissau pretendiam levar a cabo com auxílio da Comunidade Internacional, nomeadamente da UE e da ONU. Passavam não só pela renovação das fileiras (iniciando-se o Serviço Militar Obrigatório-SMO-e reformando condignamente os militares mais idosos) mas também, e principalmente, pela aprovação e implementação da legislação que subordinaria os militares ao poder político legitimado pelo voto popular.

Esta recente ligação entre Angola e a Guiné-Bissau, primeiro ao nível político, nas duas fases indicadas de 2007 á 2009 e depois ao nível militar, poderia agradar ao CEMGFAGB na altura, o Tenente-general Zamora Induta, mas constituiria, no entanto, mais uma ameaça ao exercício autónomo do poder pelos militares, que certas facções persistem em defender. Apesar disso, parece que Angola se manterá disponível para a cooperação técnico-militar, logo que as condições voltassem a apresentar-se como propícias.

---

<sup>86</sup> CEMGFA: sigla em português que significa Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas Angolana

<sup>87</sup> SAMBÚ, Assana, "Guiné-Bissau merece atenção especial da Comunidade Internacional", In Gazeta de Notícias de 4 de Novembro de 2009, op. cit. p.12

O Jornal de Angola, na sua versão on-line, destacava que após a visita do Presidente Malam Bacai Sanhá, Angola viria formar, em breve, quadros para as Forças Militares de Defesa e de Segurança da Guiné-Bissau<sup>88</sup>.

Conforme refere Paulo Gorjão, no periódico on-line IPRIS Policy Brief de Abril de 2010, "Este é o paradoxo: a RSS visa controlar o poder dos militares. Mas, para ser bem-sucedida, a RSS deverá garantir a sua cooperação ativa no processo que reduz o seu poder efetivo"<sup>89</sup>.

É este o âmago do problema da Guiné-Bissau e é esta, por outro lado, a via pela qual se assegurará a resolução definitiva dos problemas endémicos de insegurança e de subdesenvolvimento desse país. Zamora Induta, enquanto CEMGFAG, mostrava determinação para que este processo avançasse, mas ter-lhe-á faltado o tacto para conseguir evitar a criação de ansiedades nas fileiras militares e as consequentes reações negativas no seio das Forças Armadas, especialmente nas chefias.

#### **2.4 A Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG)**

Desde 2010 cogitava-se o envio a Guiné-Bissau de uma força de estabilização, a princípio de natureza multilateral ou regional em função das solicitações do executivo da Guiné-Bissau com vista a efectuar reformas nos sectores da defesa e da segurança. O Primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior declarou em Bruxelas: [...] O presidente da Guiné-Bissau já solicitou o envio de uma força de estabilização à comunidade internacional. A presença desta força em solo guineense visava criar condições adequadas para a construção de forças republicanas na Guiné-Bissau (O PAÍS 2010).

Porém, não era consensual a instalação de militares estrangeiros a Guiné-Bissau, muitos concordaram, mas igualmente muitos manifestaram que não era necessário. O próprio representante do Secretário-Geral da ONU em Bissau, Joseph Mutaboba referiu que: [...] Oficialmente a ONU em Bissau, ainda não sabe o que realmente pretendem as autoridades guineenses, mas se vier a ser contactada analisará o assunto, mas [...] que se calhar o país precisa mais de um programa de reforma do seu exército do que mandar vir uma força ou missão de estabilização. Apesar de alguns países a exemplo de Moçambique, se

---

<sup>88</sup> SANTOS, Viola, "Militares da Guiné-Bissau são formados em Angola", In Jornal de Angola on-line. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao> (acessado aos 11 de Abril de 2012).

<sup>89</sup> Professor Universitário, editor do periódico IPRIS Policy Brief, do Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança.

sensibilizarem e disponibilizarem a participar em qualquer missão multilateral (BALDÉ, 2010).

Deste modo, o Ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Oldemiro Balói ressaltou que: [...] A República de Moçambique está disponível para participar em qualquer missão, incluindo numa força de estabilização na Guiné-Bissau, [...] Moçambique está aberto e disponível, para participar em qualquer missão que possa contribuir para os esforços de paz na Guiné-Bissau (O PAÍS, 2010).

A Guiné-Bissau vivia momentos muito difíceis. O país estava a necessitar do apoio e da solidariedade internacionais, em particular da África, para poder emergir como um Estado moderno e verdadeiramente livre, no caminho do desenvolvimento. É precisamente na incerteza aberta de 1 de Abril de 2010 que Angola deu os seus passos mais espetaculares na Guiné-Bissau. Beneficiando da lufada de ar criada pela desistência da UE, Luanda envolveu-se maciçamente, contribuindo de maneira decisiva para a elaboração do compromisso ambíguo que perdura.

Angola não é um interveniente novo em Bissau. Se a relação entre os dois países, cuja proximidade remonta desde à época da luta pela independência é hoje comemorada de forma lírica, tinha esfriado<sup>90</sup>, as ligações haviam sido restabelecidas na segunda metade da década de 2000. Finalmente livre da sua guerra civil, Angola envolveu-se em seguida numa política de projeção diplomática. Já em 2005, ao abrigo de um acordo feito com Carlos Gomes Júnior, que ocupava o lugar de primeiro-ministro, Angola havia treinado cerca de 250 polícias guineenses<sup>91</sup>.

Foi ultrapassado um ponto de viragem em Janeiro de 2007, quando Angola nomeou o seu primeiro embaixador residente na Guiné-Bissau. Para o fortalecimento da cooperação, Nino

---

<sup>90</sup> Aparentemente a pedido de Portugal, que desejava vê-lo contribuir para a mediação do conflito angolano, Nino Vieira estabeleceu ligações com o partido da UNITA dirigido na altura por Jonas Savimbi a partir de 1994. Entrevista realizada pelo Crisis Group, políticos e jornalistas guineenses, Bissau, Julho de 2011, e Paris, Dezembro de 2011. Ver também o testemunho de João Renato da Silva, que teria sido um dos intermediários desta relação. A este propósito, ele sublinha: "Savimbi dizia que todos os homens podem ser comprados e que é o preço que varia". Ver "Futuro refém da reforma do Exército", Moçambique para todos (macua.blogs.com), acessado aos 18 de Abril de 2010.

<sup>91</sup> Integrados na Polícia de Intervenção Rápida, estes "Angolanos" estão, de acordo com a lógica clientelar, pessoalmente ligados a Carlos Gomes Júnior. Após os acontecimentos de Dezembro de 2011, eles têm estado particularmente envolvidos na sua proteção e nas operações de repressão. Um novo grupo de 350 polícias estagiários partiu para formação em Angola em 11 de Dezembro de 2011. Apesar de terem passado através do processo de certificação estabelecido pelas Nações Unidas, eles não deixaram por isso de ser recrutados para fazerem parte das redes ligadas a Gomes Júnior no seio da polícia. "Angola apoia reforma de segurança na Guiné-Bissau", Prensa Latina, 23 de Dezembro de 2011; e Entrevista realizada pelo Crisis Group, pessoa próxima da polícia guineense, Dakar, Janeiro de 2012.

Vieira veio em visita a Luanda em Fevereiro e o Presidente José Eduardo dos Santos apelou na ocasião ao reagrupamento do PAIGC em torno do seu antigo chefe<sup>92</sup>. Por outro lado, decidida a tornar-se numa grande potência africana, Luanda empenha-se agora numa nova diplomacia, colocando-se voluntariamente sobre uma linha nacionalista e associando-se aos regimes ignorados e criticados pelas potências ocidentais. Este foi o caso da Costa do Marfim de Laurent Gbagbo<sup>93</sup>, e depois da Guiné-Bissau, onde os acontecimentos de 1 de Abril de 2010 foram desencadeadores<sup>94</sup>. Foi precisamente após os mesmos que o presidente Sanhá, confrontado com a rigidez dos ocidentais e em busca de alternativas, se reuniu com o presidente José Eduardo dos Santos em Luanda.

A 15 de Abril de 2010, o Ministro da Defesa de Angola Cândido Van-Dúnem assinava em Bissau um acordo de cooperação no domínio da defesa, incluindo uma componente de formação, sublinhando os benefícios para os militares guineenses<sup>95</sup>. No dia 5 de Maio, Angola anunciou que anularia a sua parte da dívida a Bissau, estimada em 39 milhões de dólares. Como parte dos esforços para ajudar a lidar com as consequências das cíclicas crises e estabilizar o país, as Nações Unidas, a União Africana, a União Europeia, a CEDEAO, a CPLP e Angola, no quadro multilateral e de iniciativas bilaterais, acordaram e definiram como prioridade realizar ações em apoio aos planos nacionais de Reforma do Sector de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau. Os contornos desta constatação resultaram essencialmente dos seguintes factos:

- ✓ As sucessivas rixas entre os diferentes grupos étnicos que reivindicam o protagonismo político no país, acabando por envolver altas patentes das Forças Armadas;
- ✓ A insubordinação das Forças Armadas ao poder político e o fenómeno do narcotráfico ainda continuam vigentes no cenário da Guiné-Bissau, agravando-se ainda mais por nele estarem envolvidas altas patentes das Forças Armadas e entidades políticas;

---

<sup>92</sup>“Dos Santos aconselha ‘Nino’ Vieira e PAIGC”, BBC, 27 de Fevereiro de 2007. A pressão angolana tinha forçado Vieira a separar-se do seu primeiro-ministro de então, Aristides Gomes, um dos seus seguidores, e a substituí-lo por um homem do PAIGC, Martinho Ndafo Cabi.

<sup>93</sup>Sobre o apoio angolano a Laurent Gbagbo, ver o relatório África do Crisis Group N°171, Côte d’Ivoire: faut-il se résoudre à la guerre?, 3 de Março de 2011. Por outro lado Bissau apoiou, tanto quanto lhe foi diplomaticamente possível, o seu novo patrão angolano na situação marfinense, apelando a uma solução negociada para a crise eleitoral de Novembro de 2010, num momento em que as Nações Unidas, as potências ocidentais e a CEDEAO consideravam Laurent Gbagbo como o único responsável pelo bloqueio da situação.

<sup>94</sup>De maneira sintomática, o último relatório do secretário-geral das Nações Unidas sobre a Guiné-Bissau antes de 1 de Abril de 2010 não faz qualquer menção específica a Angola, embora discuta a do Brasil, da UE e da CEDEAO. Ver “Rapport du Secrétaire général sur l’évolution de la situation en Guinée-Bissau et les activités du Bureau intégrés des Nations Unies pour la consolidation de la paix en Guinée-Bissau”, 26 de Fevereiro de 2010.

<sup>95</sup>O protocolo de implementação foi assinado em Setembro de 2010 em Luanda e aprovado em Novembro pela Assembleia nacional angolana

✓ A grande maioria nas Forças Armadas é dominada por militares de etnia balanta, que acaba interferindo negativamente nos esforços internos e externos de estabilização do país.

Para a implementação dessa tarefa, as Nações Unidas conferiram à CEDEAO um papel relevante, devendo no entanto facilitar a intervenção de outros atores, a semelhança da parceria estabelecida com a CPLP.

Assim, na cimeira da CPLP realizada no fim de Julho de 2010, o presidente angolano José Eduardo dos Santos, prometeu a ajuda da organização e convocou uma conferência de países doadores, não excluindo nenhuma forma de intervenção. Para o agrado do Presidente guineense, pelo tal facto, Sanhá anunciava à Televisão Pública de Angola (TPA) a vontade de querer construir uma relação “estratégica” com Angola<sup>96</sup>.

Assim, de 11 a 12 de Agosto de 2010, teve lugar em Bissau, a Reunião Extraordinária do Comité dos Chefes de Estado Maior General dos Estados Membros da CEDEAO, em que estiveram também presentes o Presidente da Comissão da CEDEAO, o Secretário Executivo da CPLP, o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Guiné-Bissau e o Comité Restrito da CPLP (Angola, Brasil, Cabo Verde e Portugal), para discutirem com a CEDEAO o mapa para o relançamento da RSS.

Na oportunidade, o Comité aprovou o “Roteiro para uma Implementação Rápida da Reforma do Sector de Defesa e Segurança” e recomendou ao Grupo de Trabalho Conjunto (CEDEAO/CPLP) a disponibilização de recursos necessários para o início das atividades prioritárias o mais tardar no final de Setembro de 2010 (financiamento do fundo de pensões, implementação dos projetos com impacto rápido, reabilitação do Centro de Formação e das casernas identificadas, a preparação de um Batalhão de Manutenção da Paz, bem como a disponibilização de conselheiros e instrutores para as formações exigidas).

Relativamente à última ação, a chefia militar guineense negou categoricamente a vinda das Forças da CEDEAO, preferindo as Forças Armadas Angolanas como parceiro no processo de reforma.

À convite do Chefe do Estado Maior General das FAA, visitou Angola, no período de 04 a 09 de Setembro de 2010, uma delegação das Forças Armadas da Guiné-Bissau, chefiada pelo seu Chefe do EMG, Tenente-General António Indjai, durante a qual foram analisadas questões que se prendem com o projeto de Programa de Reforma do Sector de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau e o apoio que as FAA poderiam prestar a este processo.

---

<sup>96</sup>“Guiné-Bissau quer relação estratégica com Angola”, Televisão Pública de Angola, 22 de Julho de 2010.

No período de 09 a 10 de Setembro de 2010, Sua Excelência Carlos Gomes Júnior, Primeiro-ministro da República da Guiné-Bissau efetuou uma visita oficial à República de Angola, à frente de uma importante delegação governamental, no quadro do reforço da amizade e aprofundamento das relações de cooperação entre os dois povos. No dia 10 de Setembro de 2010, os Ministros da Defesa de ambos os países rubricaram o Protocolo para a Implementação do Programa de Cooperação Técnico-Militar e de Segurança para o período 2010-2012, que estava em conformidade com as prioridades identificadas no Roteiro da CEDEAO/CPLP e aprovado pelos Parlamentos dos dois países. As duas partes consideraram como anexo deste Protocolo as conclusões da visita à Angola do CEMGFAGB, realizada a 08 de Setembro de 2010.

No final de Setembro, o Ministro angolano das Relações Exteriores Georges Chicote, anunciou perante as Nações Unidas uma contribuição de 30 milhões de dólares para a RSS, recebendo o exército guineense na sua primeira fase viaturas e uniformes<sup>97</sup>. Em Outubro, o campo de cooperação foi alargado<sup>98</sup>, uma delegação angolana multisectorial de alto nível veio a Bissau<sup>99</sup>, anunciando um apoio orçamental de 12 milhões de dólares e a abertura de uma linha de crédito de 25 milhões de dólares para financiar o sector privado. Sinal da sua boa vontade de influência, Luanda envolve-se em ações em benefício das médias guineenses<sup>100</sup>. Entretanto, no dia 24 de Novembro de 2010, em Abuja, Nigéria, realizou-se a 28ª Reunião Ministerial do Conselho de Mediação e de Segurança da CEDEAO, envolvendo as áreas das Relações Exteriores, Defesa, Interior e Segurança. Nela participaram também o Presidente da Comissão da CEDEAO, o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Guiné-Bissau, o Representante Especial do Presidente da Comissão da União Africana na Guiné-Bissau e os representantes da CPLP. Este encontro foi antecedido por uma Sessão Extraordinária de Chefes de Estado Maior General das Forças Armadas da CEDEAO e do Grupo Restrito da CPLP, que teve lugar nos dias 22 e 23 de Novembro.

---

<sup>97</sup>“Guiné-Bissau recebe viaturas e uniformes militares do Governo angolano”, Portuguese News Network (PNN), 22 de Setembro de 2010.

<sup>98</sup>Num artigo de opinião, o redator-chefe do influente jornal angolano “*O País*” sublinhou a necessidade de uma ação para além do nível da política e militar, na economia, que beneficie o exército e a população. “Os espelhos de Bissau”, *O País*, 22 de Outubro de 2010.

<sup>99</sup>Dirigida pelo ministro da Geologia e Minas e da Indústria, a delegação angolana inclui o secretário de Estado das Relações Exteriores, o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, a secretária de Estado do Tesouro e o vice-presidente da Comunicação Social.

<sup>100</sup>“Angola vai investir 150 mil dólares em ‘ações de urgência’ na comunicação social da Guiné-Bissau”, Lusa, 22 de Outubro de 2010. A notícia não deixou de suscitar comentários, tendo em conta o estado da liberdade de imprensa em Angola. Mais tarde, 7 milhões de dólares foram postos à disposição dos meios de comunicação do Estado.

A 28ª Reunião aprovou o “Roteiro sobre as ações a cumprir no âmbito multilateral na Guiné-Bissau”. A presença de Angola foi importante, pois permitiu esclarecer as suas ações no âmbito bilateral e manifestar a sua disponibilidade nos esforços multilaterais na busca de soluções para a saída da crise da Guiné-Bissau. Em Junho de 2011, Angola nomeia uma personagem importante para a chefia da sua embaixada em Bissau, Feliciano dos Santos<sup>101</sup>, antigo chefe de Estado-Maior da Marinha angolana e antigo adido de defesa nos Estados Unidos. Esta influência de Angola foi rapidamente reconhecida nos fóruns internacionais e foi um diplomata angolano, Sebastião Isata, que Jean Ping nomeou representante especial da UA para a Guiné-Bissau em Agosto de 2010<sup>102</sup>.

Com efeito, o programa bilateral de Cooperação Técnico-Militar e de Segurança compreendia os domínios da defesa e do interior, e com vista a sua materialização, as partes acordaram em desdobrar e instalar uma Missão de Cooperação Técnico-Militar e de Segurança Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG), desde 21 de Março de 2011, numa cerimónia presidida pelo já falecido Presidente Malam Bacai Sanha. Essa missão de cooperação militar e policial constituía uma espécie de via média, aceitável para o exército guineense na área onde a força de estabilização desejada por determinados parceiros internacionais constituía um problema. Foi vista ainda, como uma simples missão de cooperação, cuja as autoridades militares guineenses foram apressadas a esclarecer que os angolanos eram apenas 249 efetivos e não 600, como certos rumores afirmavam<sup>103</sup>.

A MISSANG gerou polémica entre os autores políticos domésticos, os partidos da oposição a contestaram. O Partido da União Patriótica Guineense (UPG) qualifica a instalação das tropas angolanas em Guiné-Bissau de ocupação estrangeira e que a classe castrense guineense é incompatível a uma força estacionária angolana no seu país, tendo em conta as características da MISSANG, com fortes tradições militar e de comando (NANSIL, 2011).

---

<sup>101</sup> Feliciano António dos Santos foi nomeado embaixador de Angola na Guiné-Bissau, em substituição do diplomata Brito António Sozinho, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a 2 de Junho de 2011. Disponível em: <http://novasdaguinebissau.blogspot.pt/2011/10/angolaguine-bissau-embaixador-feliciano.html> (acessado aos 05/11/2012)

<sup>102</sup> Um outro Angolano, João Miranda, foi o enviado especial de Jean Ping, ex. presidente da Comissão da UA, à eleição presidencial guineense de 2009.

<sup>103</sup> “Militares angolanos em Bissau para apoiar reforma das FA”, Lusa, 16 de Março de 2011. O destacamento inicial consistia em 100 homens, mas as sucessões permitiram reforços. As estimativas atuais dos interlocutores do Crisis Group variam entre 160 e 250 homens, dos quais um certo número de soldados das forças especiais. Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomatas europeus e africanos, Bissau, Julho de 2011. Ver também “Forças armadas procedem a substituição de efetivos da MISSANG”, Angola Press (Angop), 23 de Julho de 2011.

Várias vozes políticas como a de Silvestre Alves, líder do Movimento Democrático Guineense discordaram com a presença angolana (CASSAMA, 2011). Em Angola também, muitos criticaram a postura angolana. [...] De facto, Luanda tem apostado nos esforços em curso para se conseguir alcançar a estabilidade naquele país lusófono. [...] Ao mesmo tempo criticam, contudo este esforço financeiro que, segundo afirmam, serviria para dar resposta a muitas necessidades internas dos angolanos (Oliveira, 2011).

Porém o governo do Presidente José Eduardo dos Santos se mostrava determinante a perseguir os seus interesses no cenário internacional e colocando desta feita questões internas em segundo plano. Determinados parceiros internacionais congratularam-se, por dispor pela primeira vez, de tropas estrangeiras no local. Alguns acreditam que entretanto, Angola, argumentando o carácter bilateral da sua missão, tenha sido individualista e não faz qualquer esforço para comunicar<sup>104</sup>. Mesmo que o acordo bilateral que regula a implementação da MISSANG não foi tornado público, esta missão oferece de facto uma proteção às autoridades civis face aos militares guineenses. O facto de a missão ter sido baseada no Bissau Palace Hotel, hotel adjacente ao novo Palácio do Governo, o complexo administrativo do Primeiro-ministro, é portanto frequentemente evocado pelos observadores<sup>105</sup>. De recordar que após a agitação de Dezembro de 2011, foi na embaixada de Angola, situada perto da sua residência, que o Primeiro-ministro se abrigou<sup>106</sup>. A MISSANG tenta assim ser tudo para todos: a promessa de auxílio ao invés da ameaça para os militares guineenses; a garantia de segurança para as autoridades e a esperança de uma reforma para a comunidade internacional. Numa situação muito indecisa, a intervenção angolana permitiu assim aos diferentes intervenientes a redução das incertezas e a continuidade do jogo.

Se a sua posição não é inequívoca e, portanto não isenta de perigo (os rumores mais variados correm em Bissau sobre o mandato, tamanho e armamento da MISSANG), Angola parece implantar-se em força. Talvez pela primeira vez na história das intervenções internacionais na Guiné-Bissau, impõe-se um interveniente que dispõe ao mesmo tempo de recursos financeiros formais e informais significativos, de interesses económicos reais, de uma ambição diplomática, de uma legitimidade histórica (a de “camaradas” da luta contra

---

<sup>104</sup> Para além dos compromissos: as perspectivas de reforma na Guiné-Bissau Relatório África do Crisis Group Nº183, 23 Janeiro de 2012, pág. 7. Disponível em: as perspectivas de reforma na guiné-bissau – InternationalCrisis...www.crisisgroup.org/.../183-au-dela-des-compromis-les-perspectives-de-... (acessado aos 15/05/2013)

<sup>105</sup> Para além dos compromissos: as perspectivas de reforma na Guiné-Bissau Relatório África do Crisis Group Nº183, 23 Janeiro 2012. op. cit. pág.8

<sup>106</sup>“Grupo de soldados descontentes atacou a sede do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau”, Lusa, 26 de Dezembro de 2011.



Portugal), e de uma pequena força militar no terreno<sup>107</sup>. Talvez até mesmo Angola ofereça uma visão para o futuro aos diferentes segmentos da elite guineense: o regime angolano também passou através de grandes atribulações, estando atualmente bem estabelecido e beneficiando da prosperidade económica do país. Angola dispõe assim de uma verdadeira capacidade de mediação entre as diferentes correntes do partido no poder, como entre estes últimos as facções do exército, e tem sido capaz de facilitar o desenvolvimento de um compromisso.

## **2.5 A Reforma do Sector de segurança: Rumo ao momento decisivo**

O Programa vinha sendo implementado normalmente, passando pela prestação de assessoria técnico-militar, formação do pessoal, apoio logístico às tropas guineenses, execução das obras de reabilitação e/ou construção dos quartéis, para as Forças Armadas e para a Polícia, com valores disponibilizados por Angola. Importa, neste particular, referir que Angola, para além da assessoria técnica e da formação que vinha desenvolvendo com a Guiné-Bissau, estava a reabilitar e construir uma série de infraestruturas destinadas às forças de defesa, segurança e ordem pública guineense. Assim, estavam em curso vários projetos<sup>108</sup>, avaliados em 7,5 milhões de dólares, nomeadamente:

- ✓ Construção de armazéns de logística das forças de segurança;
- ✓ Reabilitação do edifício do Ministério do Interior;
- ✓ Obras do Comissariado Geral da Polícia de Ordem Pública;
- ✓ Construção das instalações da Polícia de Trânsito;
- ✓ Reabilitação do quartel da Polícia de Intervenção Rápida;
- ✓ Edificação do Centro de Instrução da Polícia de Ordem Pública;
- ✓ Reabilitação da Televisão Pública Guineense;
- ✓ Construção de um reservatório de combustível;
- ✓ Escola de formação de polícia;

---

<sup>107</sup> Outro elemento de influência, Angola é um dos novos destinos da emigração guineense. Haverá entre 5000 e 7000 Bissau-Guineenses em Angola. “Antigo ministro das Finanças, Manuel dos Santos ‘Manecas’, nomeado embaixador em Angola”, Lusa, 23 de Março de 2011.

<sup>108</sup> Revista África 21, nº61:CEDEAO e CPLP assinam acordo para apoiar Guiné-Bissau, Março de 2012, página 44

✓ Reabilitação do Porto de Buba, bem como de uma estrada ligando à área de exploração da Bauxite<sup>109</sup>.

De notar, que todas as infraestruturas estavam a ser feitas por empresas de construção guineenses. Angola financiava apenas o projeto e as obras, assim como, fornecer fardamentos, medicamentos e viaturas para patrulhamentos<sup>110</sup>.

SOZINHO, Pedro<sup>111</sup>, salientou que a seleção de futebol guineense, no âmbito da reforma que estava em curso, beneficiava do apoio de Angola, para sua deslocação em qualquer parte de África, de um avião sempre que houvesse jogo. Por outro, o salário que era pago as distintas forças de segurança daquele país, provinha do apoio de Angola, Portugal e Brasil. Já os meios alimentares que Angola enviava para a MISSANG, eram repartidos com as tropas guineenses

Ainda, se pode enumerar no âmbito do Protocolo de Cooperação assinado em Fevereiro de 2007 entre os dois países no sector da comunicação social, aonde Angola fez a entrega a Televisão Pública da Guiné-Bissau três câmaras e os seus respectivos acessórios, uma unidade de montagem e de edição, baterias, carregadores, projetores, cartões de memórias, tripés e um processador de disco. Por outra, o Conselho de Ministros de Angola havia aprovado em Maio de 2008, um protocolo de cooperação técnico e o intercâmbio no domínio da informação e comunicação social com a República da Guiné-Bissau, que previa à formação de quadros, intercâmbio de programas e de notícias, assistência técnica, visitas, estágios e cobertura de eventos<sup>112</sup>.

Porém, Angola formou o primeiro contingente policial, composto por 350<sup>113</sup> Polícias do Grupo de Intervenção Rápida (GIR), Acção Anti-Motim e segurança dos titulares de cargos públicos. Este é o segundo grupo a ser formado por Angola, visto que, já haviam sido formados em 2005, cerca de 250 polícias guineenses, na altura enviados pelo governo do

---

<sup>109</sup> As Verdadeiras razões por detrás do conflito na Guiné-Bissau. Disponível em: [http://www.angola24horas.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7278:as-verdadeiras-razoes-por-detras-do-conflito-na-guine-bissau&catid=1:destaque&Itemid=35](http://www.angola24horas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=7278:as-verdadeiras-razoes-por-detras-do-conflito-na-guine-bissau&catid=1:destaque&Itemid=35) (acessado aos 20/12/2012)

<sup>110</sup> Revista África 21, nº61. op. cit. pág.44.

<sup>111</sup> Chefe da Repartição de Coordenação e Avaliação de Programas da Força Aérea Nacional, entrevista realizado no dia 7/6/2013, na Direção Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa de Angola

<sup>112</sup> Governo angolano ajuda com meios técnicos Televisão da Guiné-Bissau. Disponível em: <http://manmessias21.blogspot.com/2012/04/governo-angolano-ajuda-com-meios.html> (acessado aos 20/08/2013).

<sup>113</sup> Angola conclui repatriamento de polícias guineenses formados em Luanda. Disponível em: <http://www.circuloangolano.com/?p=21396> (acessado aos 11/6/2013)

Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior<sup>114</sup>. Relativamente ao curso destinado às forças policiais da Guiné-Bissau, foram incorporados 22 instrutores guineenses, que fizeram parte da monitorização do processo de instrução, composto por majores, capitães, tenentes, alferes, sargentos e soldados<sup>115</sup>.

Foram notados progressos reais, salientando-se o perdão da dívida externa e o melhoramento das infraestruturas, projetadas há mais de 20 anos e só agora concretizadas. O FMI avaliou o crescimento económico do país em 5,3% contra 4,8% de 2010, o país comprou dois navios de grande porte para transporte de passageiros e cargas, beneficiou da FAO um montante de 225 milhões para a agricultura, construiu um porto pesqueiro, exportou mais 172 mil toneladas de castanha de caju, possibilitando o crescimento económico do país na ordem dos 5,3%. Baixaram os preços dos produtos alimentares básicos em cerca de 40%, os salários da função pública passaram a ser pagos regularmente. A França rubricou protocolos de financiamento com algumas ONG's avaliados em 124.440.000 FCFA, o Serviço da Divisão de Produção Agrícola das Forças Armadas da Guiné-Bissau previa colher em 2011 mais de 42.000 toneladas de arroz. O Ministro da Defesa Nacional da Guiné-Bissau reconheceu publicamente que o apoio avançado por Angola nesse sentido, tornou desnecessário destacar um contingente estrangeiro de proteção, tal como foi inicialmente previsto pela CEDEAO.

O embaixador de Portugal na Guiné-Bissau manifestou o seu apoio ao esforço notável que Angola está a fazer para apoiar o processo de reforma do sector de Defesa e Segurança da Guiné. Em declarações aos jornalistas, António Freire afirmou que Portugal está ao lado de Angola, no esforço de apoio à Guiné-Bissau, quer no âmbito da cooperação bilateral quer como parceiro da CPLP<sup>116</sup>. E referindo-se à participação do seu país no processo de reforma, o diplomata luso disse que o seu país formou, nos últimos dois anos, 550 elementos da polícia.

Durante a cerimónia, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau, António Indjai, manifestou total apoio à missão angolana e considerou a sua instalação um momento histórico para o país e para as Forças Armadas do seu país. Destacou ainda que a

---

<sup>114</sup> Angola: Polícias guineenses retidos em Luanda. Disponível em: <http://www.gbissau.com/?p=2242> (acessado aos 11/6/2013)

<sup>115</sup> Efectivos das forças policiais da Guiné-Bissau iniciam curso básico de polícia. Disponível em: <http://novasdaguinebissau.blogspot.com/2011/12/efectivos-das-forcas-policiais-da-guine.html> (acessado aos 14/06/2013).

<sup>116</sup> Jornal de Angola: Reconhecido empenho de Angola na estabilização da Guiné-Bissau. Disponível em: <http://guinebissaudocs.wordpress.com/2011/07/07/jornal-de-angola-reconhecido-empenho-de-angola-na-estabilizacao-da-guine-bissau/> (acessado aos 6/6/2013).

missão angolana, composta por mais de 249 militares de diferentes ramos das Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional, tem um carácter técnico, com funções de assessoria para suportar as ações que as Forças Armadas da Guiné-Bissau estão a desenvolver no âmbito da sua reestruturação<sup>117</sup>.

Importa referir, que o Secretário de Estado das Relações Exteriores de Angola, Manuel Augusto, falando numa reunião informal da Comissão para a Consolidação da Paz das Nações Unidas (PBC) dedicada à Guiné-Bissau, em Nova Iorque, exortou a comunidade internacional a apoiar o processo de estabilização da Guiné-Bissau, através de ações concretas e parar com as promessas. Afirmou ainda que, o Fundo de Pensões criado no âmbito da reforma do Sector da Defesa e Segurança não deveria ser condicionado, como fazem alguns parceiros internacionais. O Fundo de Pensões representa o ponto-chave, o pilar central do processo de estabilização da Guiné-Bissau, porque dele depende a aceleração da reforma do Sector de Defesa e Segurança. O responsável angolano disse também aguardar com expectativa o resultado das consultas da União Europeia no âmbito da cooperação com a Guiné-Bissau, que tem alguns apoios a estes Estado suspensos devido à instabilidade que se viveu no país<sup>118</sup>.

Segundo o jornal "*O País*", uma fonte policial junto da Missão das Nações Unidas para a Guiné-Bissau (UNIOGBIS) concluiu que o trabalho prévio de cadastramento de todos os efetivos da polícia e forças armadas guineenses estava concluído, faltando apenas os responsáveis castrenses executarem-no com o apoio técnico da MISSANG<sup>119</sup>.

Numa altura em que o processo de reforma decorria de forma positiva, Fernando Pereira, sublinha o facto de que após vários anos de instabilidade e violência, a Guiné-Bissau vive hoje dias mais tranquilos. A reconciliação nacional e o lançamento dos alicerces para a reconstrução do país são os grandes desafios. A expectativa é grande e, entretanto, Malam Bacai Sanhá já ultrapassou os problemas de saúde e está disponível para cumprir com a sua promessa de unir os guineenses<sup>120</sup>.

---

<sup>117</sup> Jornal de Angola: Reconhecido empenho de Angola na estabilização da Guiné-Bissau, op. cit.

<sup>118</sup> Angola apela ao cumprimento das promessas de ajuda à Guiné-Bissau. Disponível em: <http://guinebissaudocs.wordpress.com/2011/07/01/angola-apela-ao-cumprimento-das-promessas-de-ajuda-a-guine-bissau/> (acessado aos 6/6/2013).

<sup>119</sup> MISSANG instalada em Bissau. Disponível em: <http://www.opais.net/pt/dossier/?det=19946> (acessado aos 6 de Junho de 2013).

<sup>120</sup> PEREIRA, Fernando Jorge: Toque a reunir na Guiné-Bissau. Revista África 21, n.º.38, Março de 2010, página 18.

## **2.6 Diagnóstico da situação atual no sector da defesa e segurança e a justificação da Reforma:**

### **-Nas forças armadas**

Entretanto, apesar de todos esses esforços, a situação político-militar na República da Guiné-Bissau permanecia volátil, como se depreendeu das constatações feitas após os acontecimentos do dia 26 de Dezembro de 2011, com a tentativa de golpe de Estado, que provocou o reforço da MISSANG, com meios humanos e materiais, para garantir a sua autoproteção.

Na sequência da 1ª volta das eleições presidenciais antecipadas (EPA), realizadas em Março de 2012. Cinco (05) dos 09 candidatos contestaram os resultados das mesmas, que se apresentaram favoráveis ao candidato Carlos Gomes Júnior, Primeiro-ministro e Presidente do PAIGC. O Supremo Tribunal de Justiça considerou como improcedente o recurso interposto pelos 05 candidatos, que disputaram a 1ª volta, tendo na sequência disso a CNE marcado para o dia 13 de Abril o início da campanha da 2ª volta das EPA. No dia 12 de Abril, vésperas do início da campanha eleitoral, militares fortemente armados tomaram de assalto importantes objetivos e atacaram as residências dos principais dirigentes da Guiné-Bissau, consumando-se assim mais um golpe de Estado.

A situação atual mostra que as Forças Armadas apresentam um quadro crítico caracterizado por: disparidade na definição de efetivos, renovação insuficiente e mal organizada dos efetivos, não aplicação da Lei do Serviço Militar Obrigatório, carência de estruturas de formação, forte resistência à inovação, precariedade de material e escassez de recursos<sup>121</sup>. Atualmente existe uma disparidade na definição de efetivos, a qual apresenta uma grande desproporção entre os oficiais, sargentos e praças, pois as classes dos oficiais tem um efetivo maior do que qualquer outra classe ao serviço, em que os oficiais contêm um número de 2.239 efetivos, a classe de sargentos composta de 1.600 efetivos, e os praças são no total 1.780 efetivos<sup>122</sup>.

Na opinião de Patrícia Gomes<sup>123</sup>, a renovação insuficiente e mal organizada dos efetivos, faz com que no quadro atual das Forças Armadas, os departamentos de recursos humanos das

---

<sup>121</sup> Documento de estratégias: "Comité Interministerial para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança da Guiné-Bissau", pág 10.

<sup>122</sup> A importância das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/541> (acessado aos 14/6/2013)

<sup>123</sup> Investigadora de História e Instituições Africanas da Universidade de Cagliari (Itália). Conduz pesquisa sobre o processo da descolonização, nacionalismo e condição da mulher na África lusófona, em particular Guiné-Bissau e Cabo-Verde

instituições militares não cumpram com as normas pré-estabelecidas sobre o direito e o dever dos militares de receberem treinamento e formação geral, cívica, científica, técnica e profissional inicial e permanente, adequados ao pleno exercício das funções que lhes foram atribuídas. Além disso, os militares não recebem formação de atualização, com vista a sua valorização humana e profissional e a sua progressão na carreira. Um outro aspeto a salientar diz respeito ao não aperfeiçoamento do regime de promoção dos militares e implementação do Sistema Remuneratório destes.

No quadro atual das Forças Armadas<sup>124</sup>, não é aplicada a Lei do Serviço Militar Obrigatório, pela qual todos os cidadãos guineenses dos 18 aos 35 anos estão sujeitos ao serviço militar obrigatório e ao cumprimento das obrigações militares, cujas exigências da seleção para o ingresso, exige como pré-requisito mínimo a formação académica da 11<sup>a</sup> classe, que não é cumprida na prática.

O serviço efetivo normal tem a duração de 24 meses, findo o qual estes efetivos devem ser levados ao quadro disponibilidade, processo esse que na maioria dos casos não é observado, e como consequência leva o aumento de número de efetivos militares. Um outro elemento deficitário, é a carência de estruturas de formação, atualmente observada na Guiné-Bissau, é caracterizada pela inexistência de centros treinamento e instituições de ensino militar para a devida preparação e formação dos efetivos militares. Sendo que para tanto, algumas iniciativas neste sentido tem sido o envio de alguns oficiais subalternos e superiores para treinamento e formação no exterior<sup>125</sup>.

A forte resistência à inovação tem sido observada no seio das Forças Armadas, possivelmente devido a má organização do processo de desmobilização o que proporcionou a manutenção ainda dos efetivos militares constituídos por veteranos da guerra de libertação nacional, cuja visão da conjuntura militar atual não coadunam com as suas aspirações pessoais, associados a baixa formação académica e a necessidade de manutenção de cargos, inviabilizando-se a sua reinserção condigna e incorporação de novos efetivos militares numa visão mais ampla e clara sobre a introdução das inovações que proporcionariam a modernização das forças armadas, o que implicaria a manutenção de um quadro legal deficiente,

---

<sup>124</sup> Documento de estratégias: "*Comité Interministerial para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança da Guiné-Bissau*", op. cit. pág 10.

<sup>125</sup> Efectivos das forças policiais da Guiné-Bissau iniciam curso básico de polícia. Disponível em: <http://novasdaguinebissau.blogspot.com/2011/12/efectivos-das-forcas-policiais-da-guine.html> (acessado aos 14/06/2013).

caracterizado por aplicação da legislação vigente nas Forças Armadas e a persistência de lacunas que impedem a inovação<sup>126</sup>.

A precariedade de material e escassez de recursos nas Forças Armadas, caracteriza-se atualmente pela degradação das infraestruturas dos quartéis e dos equipamentos militares, as péssimas condições de vida nos quartéis, desproporcionalidade e o não pagamento dos salários no tempo previsto, carência de estruturas de formação militar no país e qualificação de recursos humanos, entre outros aspetos menos relevantes<sup>127</sup>.

### **-Nas forças de Segurança**

As forças policiais apresentam um quadro crítico caracterizado por muitas deficiências, a saber:

*As Multiplicidade dos serviços*, na maioria dos casos visam os mesmos objetivos, porém as missões são mal definidas. Assim, existem os seguintes serviços com atuações por vezes concorrentes entre várias instituições que compõem as forças de segurança: Polícia de Ordem Pública, Polícia Judiciária, Guarda Fronteira, Serviço de Migração, Polícia Marítima, Guarda-fiscal, Fiscalização do mar e Serviço de Informação de Estado<sup>128</sup>.

*Os efetivos velhos e o quadro legal inexistente*<sup>129</sup>, em grande parte são inativos e sem renovação periódica, desde o período da independência até a data atual. Com exceção das Forças de Intervenção Rápida, cujo efetivo foi formado recentemente em Angola, somente alguns quadros superiores e alguns contingentes dos sectores das forças de segurança que têm sido formados também no exterior. Apesar de algumas tentativas isoladas para a formação destas forças, o processo de envelhecimento dos seus efetivos deve-se a programas de formação e de reformas que não têm sido implementados, assim como a inexistência no país de uma instituição de treinamento e formação neste sector.

*O Fraco nível de formação e a ausência de instituições de treinamento*, como anteriormente descrito, a inexistência no país de instituição de treinamento e de formação no sector de segurança, aliada a não adoção de políticas de formação de recursos humanos, no quadro da implementação da reestruturação deste sector, bem como a situação financeira do país, têm contribuído para o baixo nível de formação e especialização dos seus efetivos.

---

<sup>126</sup> Documento de estratégias: "Comité Interministerial para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança da Guiné-Bissau". op. cit. pág 11.

<sup>127</sup> Documento de estratégias, op. cit.

<sup>128</sup> Documento de estratégias: "Comité Interministerial para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança da Guiné-Bissau", op. cit. pág 9.

<sup>129</sup> Documento de estratégias, op. cit.

Além disso, um outro fator que contribui para o fraco nível de formação, neste sector, deve-se a não implementação da reforma e a relutância de substituição do efetivo velho, com baixo nível de formação, por jovens com melhor nível formação, qualificação e dinamismo, proporcionando assim, a manutenção nas forcas de segurança, até a data atual, de um efetivo ineficiente, com baixo desempenho e um número insuficiente, capaz de cobrir e de dar resposta as exigências e o desafio que a segurança da Guiné-Bissau atualmente requer.

*A Imagem de descrédito*<sup>130</sup>, são vários os fatores que concorrem para a ocorrência deste fenómeno, nomeadamente: o desrespeito as especificidades e competência das instituições que formam as forças de segurança, a filosofia da prevenção da violência; da mediação de conflitos; da investigação e inteligência no controle da criminalidade; do policiamento voltado para a construção de uma relação entre polícia e sociedade, como parte de uma política de direitos humanos; do exercício de valores morais e éticos de carácter coletivo; e da polícia como um serviço público voltado para a proteção e defesa da cidadania; a corrupção e o abuso de poder.

*A Divisão e conflito de gerações*<sup>131</sup>, assim como no seio das Forças Armadas, a má organização do processo de reestruturação e renovação das forças de segurança, levou a manutenção nos quadros dos efetivos velhos, cuja visão da conjuntura socioeconómica, política e do desenvolvimento atual do país não combinam com os seus interesses pessoais, associados a baixa formação, a qualificação e a necessidade da manutenção dos seus postos, faz com que estes, além de considerarem os elementos dos efetivos das outras forças de segurança como um rival ou ameaça a sua estabilidade, dificultam a incorporação de jovens como novos efetivos com visão mais ampla e clara sobre as inovações que proporcionariam a modernização destas forças, levando a situação de inexistência de quadros qualificados, impedindo desta forma a implementação de programas que visam a inovação nas forcas de segurança.

*A Precariedade material*<sup>132</sup>, caracteriza-se pela degradação das infraestruturas dos prédios existentes desde a época colonial, das cadeias e presídio, da destruição das colónias penais, inexistência de infraestrutura e equipamento para a maioria das forcas de segurança, as péssimas condições de vida, desproporcionalidade e o não pagamento de salários no tempo previsto.

---

<sup>130</sup> Documento de estratégias: "*Comité Interministerial para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança da Guiné-Bissau*", op. cit. pág 10.

<sup>131</sup> Documento de estratégias, op. cit.

<sup>132</sup> Documento de estratégias, op. cit.



Face a este quadro, a MISSANG levava a cabo um processo de reforma que visava alterar a má imagem que apresentavam estes sectores fundamentais do país. Estavam a ser implementadas estratégias e opções que visavam sustentar a reforma do sector de defesa e segurança como:

- ✓ Redimensionar o sector da defesa e segurança em função das necessidades e reais capacidades económicas do país;
- ✓ Modernizar o sector da defesa e segurança em função da missão atribuída pela constituição;
- ✓ Clarificar a situação dos Combatentes da Liberdade da Pátria e restabelecer a sua dignidade;
- ✓ Reforçar a participação do sector da defesa e segurança na consolidação da segurança Sub-regional.

## **2.7 Os militares Guineenses e o Processo de Reforma**

Embora alguns intervenientes internacionais se tenham dado ao luxo de pensar que os militares Bissau-guineenses sejam tropas indisciplinadas e brutais que não compreendem os desafios da RSS<sup>133</sup>, a verdade é que o exército está muito interessado na reforma. O que pensa o exército da reforma? Persistem muitas incertezas. As opiniões nas Forças Armadas parecem diversas e evoluíram sem dúvida nos últimos tempos. Pelo menos parte dos militares partilham o diagnóstico que está na base da reforma. Alguns estariam dispostos a abandonar as Forças Armadas em troca de uma compensação atrativa; isto verifica-se tanto entre os mais antigos como entre os jovens mas diz respeito sobretudo àqueles que, não sendo próximos dos chefes militares, não têm acesso às missões e graduações interessantes e têm de se contentar com os salários medíocres<sup>134</sup>.

Finalmente, há militares com boa formação que são a favor de um exército reduzido, bem dotado e profissionalizado, sabendo que poderão encontrar nele um lugar que não é, forçosamente, aquele que ocupam atualmente.

Um conhecedor do exército guineense, havia declarado à organização Crisis Group que, “mesmo no exército, as pessoas que querem a reforma, sabem que as coisas não podem

---

<sup>133</sup> Para além dos compromissos: as perspectivas de reforma na Guiné-Bissau Relatório África do Crisis Group N°183, 23 Janeiro 2012. op. cit. pág.15

<sup>134</sup> Interveniente universitário da RSS, universitário e militares guineenses, Bissau, Julho de 2011. O salário de base de um soldado raso é 28 000 francos CFA, e o de um polícia, 19 000 francos CFA. “Conferência para consolidação da paz e desenvolvimento realizada no sul do país”, Gazeta de Notícias, 17 de Janeiro de 2011. Disponível em: as perspectivas de reforma na guiné-bissau - Internacional Crisis...www.crisisgroup.org/.../183-au-dela-des-compromis-les-perspectives-de...(acessadoaos 1/02/2013).

continuar assim”, acrescentando “mas se um tipo que esteve com os Brancos [alusão ao Primeiro-Ministro Gomes Júnior] vem dizer aquilo que te vai acontecer, ninguém vai aceitar”<sup>135</sup>.

Para muitos militares, o sangue derramado implica direitos não sujeitos a negociação, incluindo o direito de participar no lucrativo tráfico de cocaína. Em nome dos sacrifícios por si sofridos nas duas guerras que o país viveu. Os chefes militares, incluindo aqueles cujos nomes são regularmente relacionados com o tráfico, pensam que têm alguma legitimidade<sup>136</sup>. Entendem que não têm que receber lições dos representantes políticos, cuja prosperidade é, por vezes, tão misteriosa como a sua. Seria esta a justificação dada por um antigo Chefe do Estado-Maior para o seu envolvimento no tráfico, ao mesmo tempo que salientava que os ministros podem servir-se dos cofres do Estado<sup>137</sup>. A legitimidade, ainda frágil, do poder civil alimenta esse sentimento dos militares segundo o qual terão direitos históricos.

Para os responsáveis militares que estiveram implicados nos crimes dos últimos anos, tentativas de golpes de estado, assassinatos e tráfico de droga, tanto a questão da reforma como a da guarda nacional são cruciais. Manter-se no exército, sobretudo se este detém o monopólio dos meios de exercer violência, parece-lhes a única protecção contra eventuais sanções<sup>138</sup>. Deste ponto de vista, a escolha da comunidade internacional em articular a renovação da hierarquia militar com a RSS comporta um risco, mesmo quando não são hostis à reforma, os chefes militares são incitados a encará-la como um perigo pessoal. Mas o problema ultrapassa esse pequeno grupo de indivíduos. Em primeiro lugar, porque controlam clientelas de militares mas também de amigos, parentes ou protegidos. Depois porque, com alguma razão, muitos militares entendem que a parte civil do Estado não parou,

---

<sup>135</sup> Para além dos compromissos: as perspectivas de reforma na Guiné-Bissau Relatório África do Crisis Group Nº183, 23 Janeiro 2012. op. cit. pág.16.

<sup>136</sup> Jornalistas narram do seguinte modo as afirmações de Bubo na Tchuto numa visita ao mercado: “Não dei dinheiro a todas as pessoas que estão a saudar-me! Mas gostam de mim e veem em mim um valoroso combatente da guerra da libertação, o homem que poderá dar estabilidade ao país”. “À vontade em Bissau, Bubo brinca com as acusações do tráfico de estupefacientes e de conluio”, AFP, 15 Maio de 2010.

<sup>137</sup> Apenas 15% dos soldados têm menos de 30 anos, e cerca de 4% têm mais de 60. Há mais de 40% de oficiais, quando a norma internacional é de cerca de 8%. “Roadmap for the effective take-off of the SSR programme”, op. cit., p. 4-5.

<sup>138</sup> Circulou o boato de que Bubo na Tchuto constava da lista dos que deviam abandonar o exército (nasceu em 1950) e que se opunha à ideia de partida. Conversas do Crisis Group, jornalistas guineenses e diplomatas europeus, Dakar e Bissau, Julho de 2011.

desde a independência, de tentar “ajustar” o seu exército e de marginalizar os seus homens<sup>139</sup>.

A desconfiança que os militares nutrem pelo poder civil tem, aliás, uma conotação étnica, já que, historicamente, o exército serviu de porta de acesso ao Estado e à modernidade para os cidadãos rurais e, em particular, os Balantas, durante muito tempo marginalizados<sup>140</sup>. Os números que circulam quanto à participação dos diferentes grupos no exército são uma fantasia, uma vez que não há recenseamento étnico, mas é evidente que os Balantas estão muito presentes nas chefias sem, no entanto, deterem o monopólio. Em privado, certos defensores da RSS admitem ver na reforma um instrumento de reequilíbrio étnico do exército e do fim do monopólio aí exercido pelos Balantas, passos necessários, na sua opinião, para limitar as manipulações da etnicidade<sup>141</sup>. Numerosos militares criticam esta abordagem<sup>142</sup>. A própria exigência de determinado nível de escolarização para o serviço nacional, prevista na reforma, reforça a percepção geral de que a elite urbana está a tentar impedir os rurais (e os Balantas) de acederem ao poder<sup>143</sup>. A RSS torna-se, então, foco de tensão e pode ser utilizada por todos os que tentam incitar grupos de soldados contra os poderes militares ou civis. É esta uma das cartas apostadas pelo PRS, principal partido da oposição. O seu chefe, Kumba Yalá, é Balanta e já algum tempo faz uma utilização política dessa identidade, tanto nas eleições como através dos militares<sup>144</sup>. Na ausência de Kumba Yalá, que se estabeleceu em Marrocos e apenas episodicamente intervém no xadrez político guineense, Braima Sory Djaló é o seu braço direito no terreno. Afirmou publicamente que a

---

<sup>139</sup> Esta questão teve o seu papel tanto no golpe de estado de 1980 como na guerra de 1998-1999.

<sup>140</sup> Para a questão Balanta, ver. Marina Temudo, “From the Margins of the State to the Presidential Palace: The Balanta Case in Guinea-Bissau”, *African Studies Review*, vol. 52, no. 2 (2009), p. 47–67.

<sup>141</sup> Conversas do Crisis Group, intervenientes guineenses e internacionais da RSS, Bissau, Setembro de 2009 e Julho de 2011.

<sup>142</sup> Não devemos provavelmente exagerar o grau de lealdade suscitada pelo clientelismo ou pelo seu argumento étnico: um jovem militar balanta com quem o Crisis Group se encontrou, que entrou no exército graças a um “tio”, frisa que não se sente ligado a uma causa balanta e que está no exército, sobretudo, para poupar dinheiro para poder emigrar. Entrevista realizada pelo Crisis Group, Bissau, Setembro de 2009

<sup>143</sup> Durante a guerra da independência contra Portugal, na ala militar do PAIGC, maioritariamente composta por guineenses, muitos nutriam ressentimento contra os intelectuais, geralmente cabo verdianos, que dirigiam o partido. Independentemente de eventuais cúmplices, foram decerto alguns destes militares guineenses que mataram Amílcar Cabral, chefe (identificado como cabo-verdiano) do PAIGC. Ver José Castanheira, *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* (Ed. Relógio D’Água, 1995).

<sup>144</sup> Em Março de 2005, deputados do PRS acusaram o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior de conspirar contra o Chefe do Estado-Maior da altura. Em Novembro de 2008, após o ataque lançado pelo próprio sobrinho, sargento Alexandre Tchama Yalá, contra a Presidência, Kumba Yalá foi suspeito pelas autoridades. O episódio não está ainda cabalmente esclarecido: o sargento Yalá é também próximo de Bubo na Tchuto, então refugiado na Gâmbia desde 2008, após o fracasso de outra tentativa de golpe de estado.

RSS é um instrumento anti balanta<sup>145</sup>, esperando sem dúvida instigar o exército contra o poder do PAIGC.

Essas manobras de mobilização dos militares contra a RSS não tiveram sucesso. O zelo militar por ocasião do 26 de Dezembro de 2011 não teve a ver com esta questão e fracassou. Poderemos então concluir que a situação já não é favorável a golpes? A partir dos anos 1990, as crises políticas e orçamentais do Estado tinham deixado os militares ao abandono, dependentes da boa vontade dos seus chefes. Essa situação fez aumentar a sua disponibilidade para aventuras contra o poder civil e contra a influência dos oficiais que controlavam o acesso aos recursos alternativos, a ajuda militar senegalesa, a fiscalização das pescas ou mesmo parte do tráfico de cocaína. Será que as clientelas militares estão fragilizadas, agora que o Estado cumpre melhor as suas obrigações, paga salários e renova os quartéis? Será que, vendo-se entre a usura das suas clientelas e a proteção do poder civil perante as pressões internacionais<sup>146</sup>, os chefes militares já não estão dispostos a desestabilizar o jogo? A sucessão de dois influentes representantes da elite militar Balanta, os generais Buota na Mbatcha e Bitchofla na Fafé, no lugar de conselheiro para a defesa junto do governo indica que Gomes Júnior acarinha as suas relações no exército.

É lícito, portanto, colocar duas hipóteses. Ou estamos perante um regresso à configuração clássica: O exército (ou, melhor dizendo, as redes clientelistas que o controlam) não tenta tomar o poder e mantém-se “à margem do debate político”<sup>147</sup>. Em contrapartida, espera o respeito tácito da sua autonomia, direitos e privilégios, por muito discutíveis que possam por vezes ser. Deste modo, o exército conseguiu não ser obrigado ao “pagamento presencial” dos salários<sup>148</sup>, já aplicado, com êxito, na função pública, para evitar o desvio de salários pagos a funcionários fantasmas e cuja aplicação às Forças Armadas os parceiros internacionais exigem<sup>149</sup>. As autoridades evocam o direito, para apaziguar os doadores de

---

<sup>145</sup> “Guiné-Bissau: Nova manifestação exige demissão de Gomes Júnior”, *Voz da América*, 5 de Agosto de 2011. O próprio Djaló não é Balanta, mas Fula. Disponível em <<http://www.voanews.com/portuguese/news>> Acessado aos 01 Março de 2012)

<sup>146</sup> Se o trânsito de cocaína pela Guiné-Bissau diminuiu efetivamente nos últimos anos ou se foi descentralizado, como determinados indícios deixam pensar, é um fator suplementar de enfraquecimento das clientelas militares.

<sup>147</sup> Paulo Gorjão, “Who wants to play the Russian roulette in Guinea-Bissau?” (Quem quer jogar à roleta russa na Guiné Bissau?), *IPRIS Viewpoints*, no. 71 (2011), p. 2.

<sup>148</sup> O argumento utilizado, o carácter confidencial do efetivo militar, é tanto mais bizarro quanto os resultados do recenseamento de 2008 foram amplamente divulgados.

<sup>149</sup> Embora os militares no ativo tenham sido poupados, o pagamento presencial é aplicado desde Fevereiro de 2011 aos antigos combatentes. Teriam sido descobertos 108 oficiais superiores fictícios e a fraude importava em cerca de metade dos 153 milhões de francos CFA pagos todos os meses pelo Estado aos pensionistas. Ver “Descobertos 108 oficiais ‘fantasmas’ nas Forças Armadas”, *Angop*, 20 de Maio de 2010; e “Polícia Judiciária

fundos<sup>150</sup>, e os militares mantêm-se alerta, prontos a bloquear qualquer alteração do status quo. Ou, segunda hipótese, o equilíbrio deslocou-se lentamente a favor do poder civil e, mesmo que possa haver rancor e desconfiança nas Forças Armadas, os grandes chefes militares já não sentem o seu lugar suficientemente seguro para arriscarem nova intervenção.

Não esqueçamos, ainda, outro fator: a existência de clientelas rivais no próprio exército, as quais podem encarnar visões antagonistas da RSS e ter aliança opostas no mundo da política. A relação entre os dois parceiros dos acontecimentos de Abril, o Chefe de Estado-Maior General António Indjai e o seu Chefe do Estado-Maior da Marinha, Bubo na Tchuto, sempre foi objeto de especulação e preocupações. Ambos são Balantas mas cada um dispõe de uma rede própria nas Forças Armadas e teriam os seus diferendos. Indjai, que tem um posto superior embora seja mais novo do que na Tchuto, é também sobrinho do antigo Chefe de Estado-Maior, Tagme na Wai, com quem na Tchuto tinha relações muito conflituosas. Indjai é, frequentemente, visto pelos intervenientes internacionais como um homem prudente e razoável, que procura, acima de tudo, sair com vida de um lugar cujos três últimos detentores foram assassinados ou depostos por um golpe. A imagem de na Tchuto é menos apreciada, visto que é considerado menos cooperante e mais ambicioso. Há que considerar, sobretudo, que embora os rumores de ligação ao tráfico de cocaína não poupem Indjai, é na Tchuto que tem a honra (duvidosa) de figurar na lista de traficantes de droga do departamento do tesouro americano<sup>151</sup>. Por fim, enquanto Indjai cultivava boas relações com o Presidente e o Primeiro-Ministro, na Tchuto parece ter sobretudo contactos com o PRS<sup>152</sup>. No entanto, no pequeno mundo político-militar de Bissau, todos estão relacionados com todos, e convém não subestimar a força das dinâmicas de consenso, mediação e estabilização dentro do próprio exército.

---

descobre rede de corrupção”, Pana, 13 de Setembro de 2010. É o Estado-Maior que emite o cartão que reconhece o estatuto de antigo combatente que, por seu lado, dá acesso às pensões. Este caso poderá estar na origem da demissão da diretora da polícia judiciária, Lucinda Aukharie, em Maio de 2011. Não teria apreciado que as autoridades políticas não a tenham defendido, perante pressões militares sobre o assunto. Entrevista realizada pelo Crisis Group, polícia guineense, Bissau, Julho de 2011.

<sup>150</sup> “Le président défie l’armée”, AFP, 10 de Julho de 2010.

<sup>151</sup> Indjai também estaria implicado no tráfico de estupefacientes. Após a aterragem de um misterioso avião, por si autorizado na pista de Cufar no dia 1 de Março de 2010, teria sido obrigado a assinar um documento onde assumia a sua responsabilidade, em troca de uma retirada negociada. Ter-se-ia, porém, rebelado, o que conduziria aos acontecimentos de 1 de Abril. Seria este, aliás, um dos motivos da sua rebelião contra Induta. “Guiné-Bissau: Indjai confessa papel ativo no narcotráfico”, PNN, 27 de Maio de 2010.

<sup>152</sup> Alguns observadores consideram que o PRS e na Tchuto colaboraram na tentativa de golpe de estado de Tchama Yalá, nomeadamente através do muito influente Ernesto Carvalho, conselheiro próximo de Kumba Yalá e antigo Ministro da Administração Interna, cujo nome foi referido a propósito do tráfico de cocaína nas missivas diplomáticas americanas reveladas por WikiLeaks. Embaixada Dakar, “Guine-bissau resembles a narco-state”, 17 de Janeiro de 2007; Embassy Dakar, “Guinea Bissau: Embaixador fala de assassinatos com a ex. Primeira-dama, a13 de Março de 2009 (nota 124). Por outro lado, o advogado de Bubo na Tchuto, Joãozinho Vieira tem ligações a Kumba Yalá, de quem foi ministro e embaixador.

Existem evidências sobre a divisão do exército em facções. No final de Agosto de 2011, os meios de comunicação próximos do governo indicavam que Bubo na Tchuto se opunha à RSS<sup>153</sup>. António Indjai levou essa atitude tão a sério que organizou, no início de Setembro de 2011, um périplo dos quartéis da capital na sua companhia. Denunciou militares que o teriam acusado de receber dinheiro do Primeiro-Ministro para o manter no poder e de ter abandonado a etnia Balanta, apelou ao respeito da ordem constitucional e denunciou o tribalismo<sup>154</sup>. Por seu lado, na Tchuto desmentiu qualquer plano de golpe de estado e pediu aos “políticos” que não o procurassem. Na Tchuto solicitou ainda a Indjai que o chamasse caso ouvisse rumores a seu respeito, para que pudesse explicar-se, e reiterou o seu apoio à RSS<sup>155</sup>. Por muito tranquilizante que tenha sido a intenção, este esforço de comunicação inédito traduz as fragilidades que ainda ameaçam o exército: os boatos, os apelos das bases do PRS aos militares balantas, a desconfiança que tudo isso suscita e a divisão do exército em redes que concorrem entre si e, principalmente, entre Indjai e na Tchuto.

Após o episódio Zamora Induta, talvez não seja negativo que os chefes efetivos do exército, aqueles que controlam as clientelas mais influentes, estejam à frente da reforma<sup>156</sup>. Resta saber se estão dispostos, por seu lado, a assumir o risco de levar avante a RSS, uma vez que se encontram entre as pressões internacionais e o perigo que pode advir do facto de se pôr em causa as vantagens adquiridas dos militares. Resta saber, ainda, se o relançamento da reforma não acarreta o perigo de dar um carácter violento à divisão do exército em facções.

---

<sup>153</sup> “Exoneração de Bubo Na Tchuto em cima da mesa”, PNN, 26 de Agosto de 2011. Teria boicotado reuniões do Conselho Superior de Defesa e Segurança. Estranho é o facto de a informação ser dada como proveniente de fontes próximas da MISSANG

<sup>154</sup> Indjai anunciou que os militares responsáveis pelos boatos seriam transferidos para o interior do país. “Rumores acusam Tenente General António Indjai de receber dinheiro do Primeiro-Ministro para o manter no poder”, O Defensor, 28 de Setembro de 2011.

<sup>155</sup> “Guiné-Bissau: Bubo Na Tchuto preocupado com informações divulgadas na imprensa”, PNN, 16 de Setembro de 2011.

<sup>156</sup> “Crise político-militar em fase de descompressão”, Africa-monitor, n° 481, 17 de Junho de 2010.

### CAPÍTULO III. A COMUNIDADE INTERNACIONAL E A REFORMA DO SECTOR DE SEGURANÇA NA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau, nos últimos 20 anos, não teve um exército recrutado com base em critérios objetivos, legais e claros. A atual corporação da classe castrense tem a particularidade de ser oriunda de uma guerra de libertação com um efetivo já envelhecido. Este processo conferiu as Forças Armadas um carácter popular e revolucionário denominado "Braço Armado" do partido libertador. Uma vez cumprida a missão de libertação nacional, incumbida às Forças Armadas, estas tinham de receber uma nova missão no quadro do Estado independente. A não definição clara desta missão e o obsoleto quadro de referência ao longo de três décadas de soberania acarretaram várias consequências das quais constam a excessiva politização da classe castrense e desvios importantes em relação à missão constitucional e republicana das Forças Armadas, transformadas assim num grande fardo para o país. Isto, obrigou a Comunidade Internacional a usar mecanismos de apoio com a UNIOGBIS<sup>157</sup> e a CPLP, no sentido de ajudarem um dos seus membros a virar a página dos maus acontecimentos<sup>158</sup>.

As NU, através da PBC<sup>159</sup> têm realizado diversas missões deste âmbito. A Guiné-Bissau não foi exceção e a PBC implementou uma missão neste país em 2007, com um orçamento de 6 milhões de dólares<sup>160</sup>, após o pedido realizado pelo ex. PM Martinho Dafa Cabi em Julho de 2007, argumentando que sem a ajuda da Comissão a Guiné-Bissau runs the risk of continuing in a downward spiral, with all the related social and political consequences that one can imagine in terms of threats to human security and peace, as well as the whole sub-region<sup>161</sup>". A Guiné-Bissau é o terceiro país legível para este tipo de missão, que foi desenvolvida pelo governo guineense, Nações Unidas e patrocinado pelo fundo da PBC, tendo em vista fazer progressos no que diz respeito à Segurança, ao processo eleitoral, à política fiscal, à redução do desemprego e ao combate ao Crime Organizado, principalmente ao narcotráfico que se instalou na sua zona insular.

---

<sup>157</sup>United Nations Integrated Peace building Office in Guinea-Bissau

<sup>158</sup>Luís Vaz Martins et al: Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2010-2012, edição LGDH, pág. 114.

<sup>159</sup>A Comissão de Consolidação da Paz foi criada em Dezembro de 2005 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, agindo ao mesmo tempo. É um órgão intergovernamental consultivo que visa ajudar os países em pós-conflito na construção da paz, recuperação, reconstrução e desenvolvimento.

<sup>160</sup>UN Peace building: Guinea-Bissau Peace building Fund Overview. Disponível em: <http://www.unpbf.org/guinea-bissau/guinea-bissau.shtml>. (acessado aos 04/08/2013)

<sup>161</sup>Guiné-Bissau corre o risco de continuar em uma espiral descendente, com todas as consequências sociais e políticas relacionadas que se pode imaginar em termos de ameaças à segurança humana e paz, como presa, bem como a toda a sub-região. Guinea-Bissau: Country Request for Peace building Commission. Disponível em: [http://www.un.org/peace/peacebuilding/Country-Specific%20Configurations/Guinea Bissau/country%20request%20GB.pdf](http://www.un.org/peace/peacebuilding/Country-Specific%20Configurations/Guinea%20Bissau/country%20request%20GB.pdf) (acessado aos 04/08/2013).

O propósito da missão UNIOGBIS (United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guiné-Bissau) é promover a estabilização e reconciliação deste país, através da consolidação do Estado de Direito e do Governo Democrático com a cooperação dos diversos atores envolvidos no processo de modernização do Estado e nas reformas políticas, económicas e sociais e do sector de Segurança e, ainda, contribuir para a erradicação do Crime Organizado Transnacional, principalmente o narcotráfico. O principal elo de ligação entre a Guiné-Bissau, a UNODC e o PBC é o Representante Residente do Secretário-Geral das NU Joseph Mutaboba.

O Plano Prioritário da UNIOGBIS<sup>162</sup>, definia como principais desafios à consolidação da Paz, do Progresso e da Modernização bem como:

- a) Fraquezas na governação democrática, tanto ao nível do governo central, como do governo local;
- b) Instabilidade política persistente;
- c) Necessidade de reformas urgentes no sector de Defesa e Segurança, e da administração pública;
- d) Economia nacional fraca e a estagnação no ritmo de desenvolvimento socioeconómico;
- e) Fraqueza do Estado de Direito e na Administração da Justiça;
- f) Narcotráfico e Crime Organizado (incluindo tráfico de armas e de pessoas).

Consequentemente, estabeleceu como principais áreas de intervenção:

- a) Reforma da Administração Pública;
- b) Consolidação do Estado de Direito e das RSSD<sup>163</sup>:

---

<sup>162</sup> UN Peacebuilding Commission: Plano Prioritário do Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau. Disponível em: [http://www.unpbf.org/docs/PBF\\_Guinea\\_Bissau\\_Priority\\_Plan\\_\(Portuguese\\_24Jun2008\).pdf](http://www.unpbf.org/docs/PBF_Guinea_Bissau_Priority_Plan_(Portuguese_24Jun2008).pdf) p. 6 (acessado aos 04/08/2013).

<sup>163</sup> A Reforma do Sector de Segurança e Defesa encontra-se subdividida em três áreas: 1) Defesa: programa de reestruturação e redimensionamento do sector de defesa; programa de modernização das forças de defesa; programa de reinserção do pessoal desmobilizado; programa de desenvolvimento das capacidades em consolidar a paz e a segurança; 2) Controlo da segurança e do crime: programa de reestruturação do sector de segurança; programa de modernização das forças de segurança; programa de desenvolvimento de capacidade para controlar o crime organizado; programa de segurança e cidadania; 3) Reforço das Reformas: programa de justiça e segurança; programa de melhoria das condições de vida dos combatentes da liberdade da pátria;



- ✓ Apoio ao Sistema Eleitoral;
- ✓ Apoio ao Sistema Judicial;
- ✓ Desmobilização, Reintegração e Reinserção dos militares e polícias;
- ✓ Combate às armas de pequeno porte e às armas ligeiras;
- ✓ Desminagem.

c) Promoção da formação técnica profissional e do emprego para jovens;

d) Apoio aos grupos vulneráveis;

- ✓ Acesso dos grupos vulneráveis aos serviços sociais;
- ✓ Desenvolvimento do capital humano no sector da educação;
- ✓ Reforço da capacidade humana e melhoria do funcionamento dos centros de saúde.

Em Agosto de 2011, houve o prolongamento da missão UNIOGBIS pelos esforços desenvolvidos na estabilização política e económica deste país, pela cooperação do governo nacional e pelo combate ao Crime Organizado. O fundo da PBC disponibilizou mais 16 milhões de dólares para o financiamento da RSS e da AP e para a promoção do diálogo nacional e do emprego, principalmente da população jovem, tendo em vista a contínua consolidação da estabilidade e prosperidade deste país e o desenvolvimento económico. Segundo Joseph Mutaboba este pacote “representa uma oportunidade importante e um desafio para o país, e ajudará a fazer face aos compromissos que se prendem com a consolidação da paz, em particular a reforma do Sector da Defesa e Segurança, a promoção do diálogo nacional e o emprego dos jovens<sup>164</sup>”.

Para José Maria Neves “é necessário e inadiável erguer e consolidar Estados que obedeçam às regras do jogo democrático, que promovam o consenso sobre as grandes questões nacionais que respeitem os direitos das minorias, que tenha, a tolerância como princípio norteador<sup>165</sup>.” Num país dividido pela fragmentação religiosa e étnica, caracterizado por uma constante instabilidade política derivada da rivalidade político-militar, do patrimonialíssimo e a conseqüente luta pelo Poder, a promoção de um Estado de Direito, de

---

programa de consolidação da paz e da reconciliação nacional; e programa de desenvolvimento das capacidades na implementação destas reformas - Plano Prioritário da UNIOGBIS, op. cit. p. 7

<sup>164</sup>Nô Pintcha: Ano XXXV, Nº 2128 11.03.2011 – Fundo de Consolidação da Paz da ONU vai disponibilizar cerca de 16 milhões de dólares. p. 4

<sup>165</sup>NEVES, José Maria: Fortalecer o Estado Democrático em África in Franco, Manuela (2007), Estratégia e Segurança na África Austral. IV Conferência Internacional. Fundação Luso-Americana & Instituto Português das Relações Internacionais. Lisboa. p. 270.

good governance e do respeito pelas práticas democráticas e Direitos Humanos são essenciais para o desenvolvimento e progresso deste país.

### 3.1 A CPLP

A CPLP<sup>166</sup>, debate regularmente o contexto vivido na Guiné-Bissau nas suas reuniões multilaterais, desde os primeiros anos de vida desta organização internacional. Na agenda da Iª RMDPLOP<sup>167</sup> (1998) já constava a análise do contexto político-militar da Guiné-Bissau. Afirmava-se a relevância estratégica da cooperação bilateral entre Portugal e os PALOP nesta matéria, e a urgência de avançar-se para um tipo de colaboração mais ampla e diversificada<sup>168</sup>.

Foi no decurso da XIª RMDPLOP (2009) que foi assinada uma Declaração Ministerial sobre a Guiné-Bissau, na sequência dos assassinatos do Chefe de Estado e do Chefe do Estado-maior das Forças Armadas, para uma solução duradoura capaz de restaurar a ordem pública. A CPLP, a CEDEAO e a UNIOGBIS, conjuntamente com os Governos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, fizeram parte de uma Mesa Redonda sobre a Reestruturação e Modernização dos Sectores da defesa e da Segurança da Guiné-Bissau, com vista a identificar, eliminar e reestruturar os principais constrangimentos decorrentes dos acontecimentos.

O Roteiro é um documento trabalhado pelo Estado-Maior das Forças Armadas dos países da CEDEAO, aprovado pelo Conselho de Ministros da Guiné-Bissau e submetido às instâncias superiores da CEDEAO, que o ratificaram, em Março, numa cimeira, em Abuja. Para o levar a efeito, são necessárias competências técnicas mas igualmente financeiras. Estavam previstos cerca de 63 milhões de dólares para a reforma do sector de defesa e segurança provenientes da CEDEAO. A aprovação deste Roteiro foi consagrada na agenda da XVIª reunião do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos oito países da CPLP realiza a 22 de Julho em Luanda e consta da sua declaração final<sup>169</sup>.

Na Resolução propriamente dita sobre a Implementação do Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Sector da Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau, levava em

---

<sup>166</sup>Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

<sup>167</sup>Reunião dos Ministros da Defesa dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

<sup>168</sup> Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2008). Declaração Final da X Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa, CPLP Documentos, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 18/05, p.1. URL: < <http://www.cplp.org/>> (acessado aos 15/6/2013)

<sup>169</sup> Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2011). Comunicado Final da XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), CPLP )Notícias, 22 de Julho. disponível em: URL: < <http://www.cplp.org/>> (acessado aos 01/08/2013).

consideração as conclusões da V<sup>a</sup>. Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP sobre a Guiné-Bissau, bem como a Resolução 1949<sup>170</sup> do Conselho de Segurança que estabeleceu a Missão Integrada da ONU na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), e o modelo específico da Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas e o Grupo Internacional de Contacto para Guiné-Bissau em prol da sustentabilidade do seu processo em curso. E sendo que a Guiné-Bissau é a principal responsável pela paz e a estabilidade político-social no seu território soberano, a Resolução, antes de mais: «(...) apela às autoridades, forças políticas e ao conjunto da sociedade civil da Guiné-Bissau a mobilizarem todos os esforços, com vista à concretização das reformas previstas no Roteiro»<sup>171</sup>.

Indiretamente, a Resolução exortava à união nacional, à responsabilidade do governo democraticamente eleito e à mobilização de esforços conjuntos na Guiné-Bissau. Mas também despertava a necessidade de angariar recursos adicionais dentro ou fora do espaço lusófono para concretização do Roteiro.

A CPLP, enquanto instituição, possui um orçamento em grande medida limitado para fazer face a este tipo de custos extraordinários. Nesse sentido, incentivou-se à realização de uma conferência internacional de parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau, para a mobilização complementar de recursos financeiros. O comunicado destacava a cooperação bilateral mantida pelos Estados-membros, à Missão Técnica Militar Brasileira (MTMB) à instalação da Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG/GB) e aos Programas de Portugal de Apoio à Justiça e Segurança, que ajudavam a cumprir as finalidades do Roteiro CEDEAO/CPLP. Numa altura, em que estavam a ser desenvolvidas parcerias e cooperação jurídica no âmbito da relação CPLP/União Africana para ajudar a reformar o sistema de defesa e de segurança guineense, nomeadamente ao nível da elaboração da legislação contra o tráfico de drogas, para minorar o efeito interno e externo de rótulos internacionais como Narco-estado ou Estado Falhado, que não ajudavam ao processo de reabilitação da credibilidade internacional do país<sup>172</sup>.

---

<sup>170</sup> Resolução sobre a Implementação do Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Setor da Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau. Disponível em: [www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File...CMNE](http://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File...CMNE) (acessado aos 15/4/2013).

<sup>171</sup> Maria Sousa Galito, Resolução sobre a Implementação do Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Sector da Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau. CPLP ) notícias, 22 Julho, p. 2. Disponível em: URL: <<http://www.cplp.org>> (acessado aos 01/08/2013).

<sup>172</sup> Definição de Estados Falhados: «Os Estados-Nação acabam por falir porque já não conseguem fornecer bens políticos positivos às suas populações. Os seus governos perdem a legitimidade e, aos olhos e corações de uma crescente pluralidade de cidadãos, o Estado Nação ele próprio torna-se ilegítimo». ROTBERG, Robert I.

Posto isto, importa referir como sinal de seriedade e para lançar alguma solenidade, ao conselho da UNIOGBIS as autoridades guineenses anunciavam, em Abril de 2011, a abertura de uma conta bancária que visava pagar os fundos de pensões, e haviam depositado nela 500 mil dólares<sup>173</sup>. O Governo da Guiné-Bissau contribuiria para o "Programa do Fundo Especial de Pensões" com 10% do custo total, que correspondia a 4,5 Milhões de USD. Do montante de 500 mil USD programados para 2011, já havia sido desembolsado 200 mil dólares americanos e pensava-se prosseguir os desembolsos conforme o calendário estabelecido:

#### Calendário de Desembolso

Ano	Montante a Desembolsar
2011	500.000 USD
2012	1.000.000 USD
2013	1.000.000 USD
2014	1.000.000 USD
2015	1.000.000 USD

Fonte: lançamento do fundo especial de pensões para as forças de Defesa e de Segurança

Na perspectiva de garantir uma aposentação apropriada aos efetivos militares e de segurança que serão aposentados, o Governo aprovou o Decreto-lei nº9/2010 de 5 de Abril, que criou o Fundo Especial de Pensões. Por despacho do Primeiro-Ministro foi criado um Comité de Seguimento. Para a gestão do Fundo de Pensões, foi lançado um concurso público aberto a todas as instituições financeiras privadas, que resultou na assinatura de um Contrato de Gestão do Fundo Especial de Pensões entre o Governo e o Banco da África Ocidental<sup>174</sup>.

A CEDEAO e Angola, que depois da retirada europeia tinham chamado a si a causa da RSS através do roteiro CEDEAO-CPLP, parecem ter dificuldade em chegar a acordo. Mas eram justamente estes intervenientes que se tinham comprometido com os montantes mais significativos, tendo a CEDEAO prometido 63 milhões de dólares para a RSS (dos quais 45 milhões para o fundo de pensões) e Angola 30 milhões de dólares. No final de 2011, a CEDEAO informou que parte da sua contribuição (23 milhões de dólares) já se encontrava

---

(2002). "The New Nature of Nation-State Failure", The Washington Quarterly, Summer, 25: 3, p. 85. Disponível em: URL: < <http://www.twq.com/02summer/rotberg.pdf> > (acessado aos 30/06/2013).

<sup>173</sup> Em Junho de 2011, o Ministro da Defesa tinha prometido uma contribuição nacional total de 4,5 milhões de dólares.

<sup>174</sup> Idem, Ibidem, op. cit. pág.4

“em Bissau”, mas, ao que parece, não na conta criada pelas autoridades para o fundo de pensões, apenas Angola honrou com a sua palavra<sup>175</sup>.

Os últimos acontecimentos na Guiné-Bissau deixaram tudo e todos com o sentimento de que aquele país não terá viabilidade enquanto se manter o atual sistema de relacionamento do poder político com as Forças Armadas. No mesmo dia em que os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa dos países da CEDEAO e o Conselho de Mediação e Segurança desta organização regional se encontravam reunidos em Abidjan, para discutir as crises da Guiné-Bissau e do Mali, ocorria o golpe de Estado em Bissau e a prisão do Primeiro-Ministro e do Presidente da República interino<sup>176</sup>.

Entre as razões apontadas pelos militares, para o golpe pontificaram um alegado acordo secreto entre o Governo da Guiné-Bissau e as autoridades angolanas, tendo em vista o aniquilamento das forças militares da Guiné-Bissau, sob um mandato da União Africana.

Na verdade, não era a primeira vez que Angola era acusada de interferência nos assuntos internos e de ser ilegal a sua presença em território nacional. Quinze partidos que se opunham ao Governo de Carlos Gomes Júnior já o tinham feiro, como se disse, em finais de Dezembro de 2011, logo após a tentativa gorada de golpe do dia 26. Nesse aspeto, a sua posição sobre este assunto acabou por coincidir com a do Comando Militar, o que revela alguma sintonia entre este e o coletivo de oposição, que desde há vários meses vinha exigindo a demissão de Carlos Gomes Júnior<sup>177</sup>.

A diplomacia angolana foi chamada em Abril face ao golpe ocorrido, a um esforço redobrado para levar a comunidade internacional a tomar medidas enérgicas contra mais um golpe de Estado na Guiné-Bissau. O envolvimento direto de Angola decorreu de três fatores essenciais, a saber:<sup>178</sup>.

- 1) Angola na altura era Presidente da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde a Guiné-Bissau se inclui;
- 2) Tem estado a prestar um apoio considerável do ponto de vista económico, financeiro e militar, sendo esse último para a reorganização do seu exército;
- 3) De recordar que Angola e Guiné-Bissau, num passado recente, através do MPLA e do PAIGC, estabeleceram laços de sangue na luta contra o colonialismo português, que se

---

<sup>175</sup> Para além dos compromissos: As perspectivas de reforma na Guiné-Bissau, Relatório África Nº.183op. cit. pág. 19.

<sup>176</sup> SOUSA, Julião Soares, op. cit. pág.103.

<sup>177</sup> Idem, Ibidem pág. 103.

<sup>178</sup> A.A: Guiné-Bissau outra vez: Revista Figuras e Negócios, nº.125 de Abril de 2012, pág.5

consolidaram com a proclamação dos estados independentes, pelo que os angolanos não poderiam ficar indiferentes ao clima de instabilidade que reina no país irmão.

Falando em nome do Governo legítimo da Guiné-Bissau, Mamadu Djaló Pires, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, referiu num encontro na sede da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que "Há mais de 14 anos que estamos perante os senhores das armas; são mais do que os anos que durou a luta pela independência"<sup>179</sup>. Diria ainda que "Não há nenhum exército no mundo que possa vencer o povo", que "merece a liberdade e viver em democracia" num Estado em que o poder tem de ser legitimado pelo voto popular: "É o povo que legitima os órgãos do Estado, não a violência"<sup>180</sup>.

O Jornal público de Angola relatou no dia 19 de Abril de 2012, logo a seguir a semana que marcou o golpe de estado, que "Presidente José Eduardo dos Santos recebe Durão Barroso"<sup>181</sup>, a visita do presidente da Comissão Europeia, marcada há vários meses, surge em momento oportuno na medida em que vão poder falar com detalhe sobre o dossier Guiné-Bissau, com realce para as razões que levaram Luanda a dar por finda a sua missão de segurança naquele país.

O Presidente moçambicano, Armando Guebuza, discursando na abertura da 9ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que decorreu na capital moçambicana, Maputo, reconheceu que: "a instabilidade naquele país africano só poderá ser alcançada com a implementação de reformas no sector da Defesa e Segurança. Volvidos 16 anos desde a criação da CPLP, a organização lusófona ganhou reconhecimento internacional em questões de desenvolvimento, paz e segurança internacionais"<sup>182</sup>.

O Presidente de Portugal, Cavaco Silva, disse em Maputo que a atuação da CPLP permitiu colocar na agenda internacional a «necessidade e urgência» da condenação do golpe de Estado de Abril na Guiné-Bissau. «Foi atuando neste quadro de referência e de forma solidária que soubemos prestar auxílio ao país irmão da Guiné-Bissau, trazendo para a agenda internacional a necessidade e a urgência da condenação do golpe militar de 12 de Abril por parte dos nossos parceiros bilaterais, União Africana, da União Europeia e do Conselho de Segurança das Nações Unidas»<sup>183</sup>. Cavaco Silva assinalou que os estados da CPLP têm uma responsabilidade acrescida, no plano internacional, na defesa e difusão dos

---

<sup>179</sup> Revista Figuras e Negócios, op. cit. pág.44

<sup>180</sup> Idem, Ibidem pág. 44.

<sup>181</sup> Jornal de Angola, Quinta-feira, 19 de Abril de 2012, pág. 3.

<sup>182</sup> FRAGOSO, Garrido: Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Jornal de Angola, 21 de Julho de 2012, pág. 2.

<sup>183</sup> Cavaco elogio papel da CPLP no golpe de Estado da Guiné, disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/politica/cavaco-silva-cplp-mocambique-guine-bissau-tvi24/1362836-4072.html> (28/10/2012).

princípios fundadores da comunidade, nomeadamente a paz, o Estado de Direito democrático, os direitos humanos e o desenvolvimento económico-social.

Numa conferência de imprensa na Cidade da Praia, após ter participado nas duas cimeiras da CEDEAO e CPLP, Jorge Carlos Fonseca<sup>184</sup>, Presidente de Cabo Verde, afirmou que, "embora a situação na Guiné-Bissau não tenha sido discutida em profundidade na União africana, no início da semana passada, a posição assumida demonstra que a organização não apoia o golpe de Estado e procura uma solução concertada para o país". Disse ainda que, "A União Africana aprovou uma declaração positiva, aceitando a ideia de haver uma intervenção articulada de todas as instâncias – Nações Unidas, UA, CEDEAO [Comunidade dos Económica dos Estados da África ocidental e CPLP [Comunidade dos Países de Língua portuguesa] – para se encontrar uma solução adequada para a Guiné-Bissau e em conformidade com os seus princípios". Jorge Carlos Fonseca, referiu que as posições assumidas nas duas cimeiras constituem um "bom sinal", já que demonstram que as duas organizações não legitimam as autoridades no poder na Guiné-Bissau. "É um bom sinal porque, até este momento, tem sido a CEDEAO, uma instância sub-regional, a ocupar-se da situação da Guiné-Bissau. Tem havido algumas críticas, inclusive relativas à ideia de que a posição da CEDEAO tem funcionado como uma espécie de legitimação do golpe militar". Porquanto, o mesmo referiu que a solução tem de passar pelo respeito pela ordem constitucional. É evidente que a segunda volta das eleições presidenciais não é exequível já. Tem de haver soluções realistas e pragmáticas, que passem pelo Conselho de Segurança da ONU e que vinculem a União Africana (UA) e a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental<sup>185</sup>.

A edição nº.12542, do Jornal de Angola, de 16 de Abril de 2012, destaca que: "*CPLP defende uma força de interposição na Guiné-Bissau com o aval da ONU*", três dias depois do golpe de Estado naquele país africano. A força visava a defesa da paz e da segurança e a garantia da ordem constitucional. Visaria ainda a proteção das instituições das autoridades legítimas e das populações, a conclusão do processo eleitoral e a concretização da reforma no sector de defesa e segurança.

De referir que, o Governo são-tomense num comunicado de imprensa enviado à Lusa, o Governo do arquipélago reafirmou que defende a materialização de todas as resoluções da

---

<sup>184</sup> Presidente cabo-verdiano congratula-se com posições da União Africana e CPLP. Disponível em: <http://www.gbissau.com/?p=1694> (acessado aos 28/10/2012).

<sup>185</sup> PR mantém pressão sobre Guiné -Bissau. Disponível em: [http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/afrika/2012/5/24/mantem-pressao-sobre-Guine-Bissau,c9b7278b-4c05-4c0c-be4b-b616a099bd7c.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/afrika/2012/5/24/mantem-pressao-sobre-Guine-Bissau,c9b7278b-4c05-4c0c-be4b-b616a099bd7c.html) (acessado aos 23/7/2012)

CPLP adotadas nas suas reuniões ministeriais extraordinárias de Abril e Maio do ano passado, em Lisboa bem como da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 18 de Maio<sup>186</sup>. O executivo são-tomense defende ainda que a comunidade internacional deveria agir para repor a normalidade constitucional na Guiné-Bissau, lembrando nomeadamente a tolerância zero a golpes de Estado, consignada no Acto Constitutivo da União Africana.

Em entrevista a Revista África 21, o ex. Secretário executivo da CPLP, Domingos Pereira apelou que todos os interessados no processo da Guiné-Bissau deviam esforçar-se em se distanciarem desta polarização e deste ambiente que é apresentado quase como uma competição, como uma confrontação permanente, CPLP contra autoridades da Guiné-Bissau e vice-versa, CPLP contra a CEDEAO e esta contra CPLP. O que está em causa não são estas organizações. O que está em causa é a Guiné-Bissau, que tem vivido ciclos permanentes de instabilidade. Não é muito importante provar-se que somos mais eficazes do que a CEDEAO ou melhores do que as Nações Unidas. Ou que o governante da Guiné-Bissau consegue mostrar que tem mecanismos para afastar a CPLP ou que a CPLP pode retaliar. Isto tudo é pouco importante”<sup>187</sup>.

Neste quadro, se pode verificar que aprovação da "Declaração de Maputo", no encerramento da IX Cimeira da CPLP, realizada a 22 de Julho de 2012, registou o acordo dos chefes de Estado e de governo em dois dossiês importantes, Guiné-Bissau e Guiné-Equatorial. Em relação à Guiné-Bissau, os representantes dos Oito-entre os quais os guineenses Raimundo Pereira, presidente interino, afastado do poder desde o golpe de Estado de 12 de Abril, e Carlos Gomes Júnior, primeiro-ministro do governo deposto e vencedor da primeira volta das presidenciais de 18 de Março, propõem às Nações Unidas uma reunião de alto nível para traçarem uma estratégia «abrangente» que permita restaurar a «ordem constitucional» interrompida pelo golpe de Estado<sup>188</sup>. Os líderes da CPLP acrescentaram ser «fundamental, promover sob a égide da ONU, estreita coordenação com os Estados da sub-região e com os demais parceiros regionais e internacionais que contribua de «forma efetiva, para a pacificação e estabilização interna da Guiné-Bissau.

---

<sup>186</sup> Disponível em: [http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/africa/2012/5/25/Sao-Tome-reafirma-condenacao-golpe-militar-exige-segunda-volta-das-eleicoes,5dd72fde-c60f-4a66-9747-93f18efeb6be.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2012/5/25/Sao-Tome-reafirma-condenacao-golpe-militar-exige-segunda-volta-das-eleicoes,5dd72fde-c60f-4a66-9747-93f18efeb6be.html) (acessado aos 23/7/2012).

<sup>187</sup> Revista África 21, n.º.66, op.cit. pág.8

<sup>188</sup> Revista África 21, n.º.66, op. cit. pág. 45.



### 3.2 A União Africana (UA)

Angola constitui uma peça-chave no processo de restabelecimento das instituições democráticas desejado pelo povo guineense, pois numa altura em que presidia a CPLP, e como coordenador do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana, em Addis Abeba os membros do CPS em relação a Guiné-Bissau exigiram uma condenação dos golpistas, a libertação imediata de todos os detidos, no caso particular do Presidente da República interino, Raimundo Pereira e do Primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior<sup>189</sup>.

Durante uma reunião de emergência, o Presidente do Conselho de Paz e Segurança da UA, Arcanjo do Nascimento, lembrou aos membros do CPS o contido da Declaração de Lomé sobre as mudanças inconstitucionais de governos que é necessário que os membros do CPS sejam implacáveis na sua condenação contra os autores do golpe de Estado (na Guiné-Bissau), no sentido de desencorajar que situações desta natureza se repitam no continente africano<sup>190</sup>. Na mesma ocasião, a Tanzânia um dos 15 membros do CPS, defendeu a manutenção da presença de Angola na Guiné-Bissau, afirmando que uma retirada (angolana) desse país "seria o caos total para o povo guineense".

Falando em entrevista sobre a situação na Guiné, Ovídeo Pequeno, representante da UA na Guiné-Bissau<sup>191</sup>, afirmou que a União Africana é bastante claro e abrange cinco áreas de intervenção:

1. A primeira é incentivar o diálogo interno, envolvendo todos os autores políticos importantes, incluindo também a sociedade civil nas suas diversas variantes, com vista a aproximar as partes desavindas e proporcionar um diálogo aberto e inclusivo;
2. A partir da perceção objetiva que tivermos dos factos e problemas do país, estaremos em condições de apoiar o país a entabular o diálogo de que tanto necessita;
3. Para a saída da crise, a comunidade internacional tem de falar a uma só voz, pelo que também temos um esforço a fazer neste aspeto, nomeadamente para ultrapassar o mal-entendido entre a CEDEAO e a CPLP, a fim de trabalharmos todos para o objetivo maior que é a Guiné-Bissau;

---

<sup>189</sup> Revista Figuras e Negócios n.º.125: *união africana unânime na condenação do golpe*, 2012, pág. 47.

<sup>190</sup> Revista Figuras e Negócios, op. cit. pág. 47.

<sup>191</sup> Após o golpe de Estado de Abril, Ovídeo Pequeno, diplomata de São Tomé e Príncipe e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, foi enviado pela União Africana a Bissau, com o encargo de levar os autores políticos nacionais a entenderem-se e para harmonizar posições e a intervenção dos parceiros externos na crise. A luta contra a impunidade e o narcotráfico, o apoio às reformas da defesa, segurança e justiça também são outras tarefas prioritárias da sua missão. Revista África 21. op. cit. pág.6

4. Como se sabe um dos principais problemas são os crimes políticos ainda por julgar. Vamos igualmente contribuir para a luta contra a impunidade, assim como para a reforma da justiça, a fim de que os culpados sejam punidos e responsabilizados. Abrange ainda o combate ao narcotráfico, que requer recursos financeiros, especialistas e meios tecnológicos;

5. Finalmente, temos que ter em atenção o prosseguimento da importante reforma do sector de defesa e segurança, destinada a garantir a subordinação dos militares ao poder político.

### 3.3 A CEDEAO

Os últimos acontecimentos na Guiné-Bissau deixaram tudo e todos com o sentimento que aquele país não tem viabilidade enquanto se mantiver o atual relacionamento entre o poder político e as Forças Armadas. Numa altura em que a União Africana suspendia a Guiné-Bissau de todas as atividades da organização, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), anunciava estar pronta a enviar um contingente de 638 militares da Nigéria, Costa do Marfim, Senegal e do Burkina Faso<sup>192</sup>.

A Liga Guineense dos Direitos Humanos<sup>193</sup> (LGDH), e a maioria dos grupos da sociedade civil, assim como o partido no poder, PAIGC, e outros partidos políticos condenaram veementemente o golpe, enquanto os cidadãos comuns protestaram nas ruas. A comunidade internacional foi também unânime na sua condenação e apelou ao restabelecimento do estado de direito e à reposição do governo legítimo, incluindo o Presidente interino e o Primeiro-Ministro, e apelou para a libertação destes; à conclusão do processo eleitoral e ao respeito pelos direitos humanos; e ameaçou impor sanções aos responsáveis pelo golpe e aos seus apoiantes. A comunidade internacional rejeitou ainda qualquer governo resultante do golpe. Organizações internacionais, instituições financeiras e países individuais cortaram todo o auxílio humanitário não essencial ao país e a União Africana suspendeu a Guiné-Bissau até o legítimo governo ser repostos. No dia 3 de Maio, a União Europeia proibiu a entrada em território comunitário, e congelou os bens, a seis pessoas “responsáveis de

---

<sup>192</sup> VAN-DUNÉN, Belarmino: Os golpes de Estado na Guiné-Bissau, disponível em: [http://club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10907:os-golpes-de-estado-na-guine-bissau-belarmino-van-dunen&catid=17:opinioao&Itemid=124](http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=10907:os-golpes-de-estado-na-guine-bissau-belarmino-van-dunen&catid=17:opinioao&Itemid=124) (acessado aos 17/08/2013).

<sup>193</sup> Guiné-Bissau: preocupações da amnistia internacional no seguimento do golpe de Abril de 2012. Disponível em: [www.amnesty.org/ar/library/asset/.../2012/en/.../afr300012012pt.pdf](http://www.amnesty.org/ar/library/asset/.../2012/en/.../afr300012012pt.pdf) (acessado aos 17/08/2013).

ameaçarem a paz, segurança e estabilidade da Guiné-Bissau”. Duas semanas mais tarde, a ONU impôs também aos líderes militares uma proibição de viajarem.

Embora a Constituição não fosse formalmente suspensa, a Assembleia Nacional Popular e todas as instituições estatais ficaram paralisadas. Uma semana após o golpe, o Comando Militar e os seus apoiantes civis acordaram um período de transição de dois anos e iniciaram negociações para a formação de um governo de transição. O Comando Militar rejeitou as exigências da comunidade internacional de um regresso à legalidade constitucional. A mediação da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) para resolver a crise política e restabelecer a ordem constitucional continuou e resultou, em 3 de Maio de 2012, num acordo de uma transição de um ano, que excluía o regresso dos líderes depostos, a ser conduzida por um dos candidatos presidenciais derrotados, Serifo Manuel Nhamadjo, nomeado presidente interino pelo Comando Militar. No dia 16 de Maio, ele nomeou Rui Duarte Barros, um economista e ex-ministro das finanças, para o cargo de primeiro-ministro. A CEDEAO comprometeu-se também a enviar tropas para a Guiné-Bissau, para assegurar uma transição pacífica e o primeiro contingente chegou a Bissau a 17 de Maio de 2012, no mesmo dia em que tomou posse o novo primeiro-ministro<sup>194</sup>.

Várias organizações da sociedade civil, assim como partidos políticos, condenaram publicamente o acordo e acusaram a CEDEAO de legitimar o golpe e declararam que não reconheciam o novo governo implícita ou explicitamente. A comunidade internacional indicou também que não reconhecia o novo governo e continuou a apelar para negociações substantivas para repor a ordem constitucional<sup>195</sup>.

Ao designar o parlamentar Serifo Nhamadjo como Presidente de transição, a CEDEAO, que se encarregou da gestão da crise político-militar guineense, fez uma enorme concessão aos promotores do golpe de Estado de 12 de Abril. Com efeito, Nhamadjo, como notou o primeiro-ministro cabo verdiano José Maria Neves, é parte do problema<sup>196</sup>. Concorreu e perdeu a primeira volta das presidenciais de Março (ficou em 3º, com 15% dos votos),

---

<sup>194</sup> Guiné-Bissau: preocupações da amnistia internacional no seguimento do golpe de Abril de 2012, op. cit.

<sup>195</sup> No dia 12 de Maio, o Primeiro-Ministro de Cabo Verde declarou explicitamente que o seu governo não reconhecia as novas autoridades da Guiné-Bissau (Ver Voz da América (14 de Maio de 2012). “Governo de Cabo Verde não reconhece Serifo Nhamadjo”. Disponível em: [http://www.voanews.com/portuguese/news/05\\_14\\_12\\_cape\\_verde\\_reaction-151418855.html](http://www.voanews.com/portuguese/news/05_14_12_cape_verde_reaction-151418855.html)

<sup>196</sup> PEREIRA, Jorge Fernando: Quando o crime compensa, Revista África 21, n°64 de Junho de 2012, pág.46

apesar do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a que pertence, ter apoiado a candidatura do chefe do governo cessante, Carlos Gomes Júnior<sup>197</sup>.

Por outro lado, nunca aceitou os resultados, mesmo depois do veredicto do supremo tribunal, e sempre fez causa comum com Kumba Yalá, o segundo classificado nas eleições, que se singularizou na contestação radical do escrutínio, cuja conclusão foi interrompida pelo pronunciamento militar. Além disso, Nhamadjo foi a personalidade que desde o início os golpistas escolheram para dirigir o país por um período de dois anos, projeto que morreu à nascença, devido à sua imediata condenação internacional, e do qual ele tinha conhecimento, para não dizer que era cúmplice. Ao colocar esta figura na presidência da transição, a CEDEAO hostilizou frontalmente o PAIGC, a maior força política guineense, que interpretou esta decisão como uma legitimação de facto do golpe. Tanto mais que na cerimónia de entronização de Nhamadjo, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Nurudeen Muhammad, que dirigiu o ato, disse que estava fora de questão o regresso do presidente interino e do primeiro-ministro depostos.

No dizer de Correia<sup>198</sup>, não se pode de modo nenhum concordar com esta gestão da CEDEAO. A organização renegou claramente os seus princípios e as normas internacionalmente aceites, em particular o de não admitir golpes de Estado e tomadas de poder pela força, tal como constam das decisões específicas das cimeiras de Abidjan e de Dakar. É possível fazer arranjos para preservar a paz, mas sem beliscar o essencial, isto é a legalidade e a legitimidade institucional e a ordem democrática estabelecida. Com a solução imposta pela CEDEAO pela primeira vez vimos um órgão inferior dar posse ao seu superior, quando os ministros delegados dos Negócios Estrangeiros da Nigéria e da Defesa da Costa do Marfim investigaram, em Maio, o Presidente de transição guineense. Por seu lado, a CPLP respeitou os seus princípios, que são internacionalmente aceites. Goste-se ou não, tem

---

<sup>197</sup> Revista África 21 »*quando o crime compensa*« edição nº64 de Junho de 2012, pág. 46.

<sup>198</sup> Carlos Correia, engenheiro agrónomo formado na antiga RDA, foi três vezes primeiro-ministro sob o regime do presidente Nino Viera. Embora já afastado das lides governamentais, conserva no entanto o seu cargo de membro da Comissão Permanente do Bureau Político do PAIGC, a principal força política guineense. Figura entre os primeiros dirigentes nacionalistas guineenses a chegar à vizinha Guiné-Conacri, a partir de onde foi dirigida a luta de libertação que conduziu à independência da Guiné-Bissau. É natural de Bissau, cidade que abandonou em 1959, para escapar das garras da PIDE, que tencionava prendê-lo por suspeitar do seu envolvimento na preparação da greve de estivadores e marinheiros da capital, violentamente reprimida pelas autoridades coloniais em 3 de Agosto desse ano, data conhecida na história nacional por Massacre de Pindjiquiti. Era também um dos raros naturais do território a ter completado na altura o então 5º. Ano do Liceu. Integrou, em 1973, na qualidade de comissário (ministro) de Estado do Planeamento e dos Recursos Naturais, o primeiro-governo do jovem país. Foi depois comissário de Estado das Finanças, tutelou duas vezes a pasta da Agricultura, e foi ainda ministro das Pescas e do Comércio e presidiu o Conselho Superior dos Desportos. Foi deputado pelo círculo de Bissau desde a primeira legislatura, em 1973, e deixou o parlamento em 1999. Revista África 21, edição nº.69 de Novembro de 2012, pág.8

de se cumprir, quando se é parte integrante. Não podemos fugir às nossas obrigações para com a comunidade internacional.

Conforme defende Pereira<sup>199</sup>, nunca teve dúvida que a CEDEAO estava convencida de que o realismo é que ditava a necessidade de encontrar pontes para um dialogo com as autoridades do Estado e a partir dessas pontes construir algo sólido. Deste modo, Mamadu Djaló Pires<sup>200</sup>, antigo ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, afirma que a CEDEAO "ficará na história como uma organização que promove em vez de combater, os golpes de Estado na sub-região e em África" apoiando os golpistas e desconsiderando os governos legítimos, e "deu um tiro no próprio pé, perdendo todo o prestígio e credibilidade". Considera ainda que o objetivo da CEDEAO "era manter a Guiné-Bissau como um Estado de delinquência, onde os criminosos são premiados no lugar de serem punidos" e onde "o tráfico de droga continuará a florescer com total liberdade de ação dos narcotraficantes".

---

<sup>199</sup> PEREIRA, Domingos Simões: Devíamos construir o ponto de partida para a nação guineense se reerguer, Revista África 21, nº66 de Agosto de 2012, pág.8

<sup>200</sup> PIRES, Mamadu Djaló: Governo deposto apela às Nações Unidas que lidere o processo de transição do país, Jornal de Angola, 14 de Maio de 2012, pág. 9

## **CAPITULO IV. O FIM DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR, ENTRE ANGOLA E A GUINÉ-BISSAU E OS SEUS EFEITOS**

### **4.1 O fim da Cooperação**

O fim da Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau se concretizou com a retirada integral da Missão Militar angolana do território guineense em Junho de 2012, esse facto deve-se fundamentalmente ao golpe de Estado de 12 de Abril do mesmo ano que depôs o governo do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Contudo, antes do referido golpe já era perceptível, se não visível um cenário de profundo mal-estar entre as forças armadas locais e a missão militar angolana<sup>201</sup>.

De recordar, que por causa da MISSANG, o ministro da Defesa de Angola havia visitado a Guiné-Bissau, a 03 de Abril, para entregar uma carta de José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola, a Raimundo Pereira, Presidente interino da Guiné-Bissau. A 09 de Abril do mesmo ano, Angola enviava a Bissau o Ministro das Relações Exteriores Jorge Chicote, no mesmo dia em que o porta-voz das Forças Armadas da Guiné-Bissau, Daba Na Walna, dava uma conferência de imprensa para negar qualquer responsabilidade dos militares na possível saída da MISSANG do seu território, ao contrário do que fazia crer.<sup>202</sup>

A 12 de Abril, os militares guineenses executavam um golpe de Estado ao governo, prendendo o Presidente interino, Raimundo Pereira, e o Primeiro-Ministro, Carlos Gomes Júnior. A 13 de Abril, em comunicado de imprensa, o Comando Militar (autor do golpe) afirmava que foi forçado a agir para defender as Forças Armadas guineenses de uma agressão, que seria conduzida pelas Forças Armadas de Angola. Por outro lado, o Comando Militar afirmava, estar na posse de um "documento secreto" que teria sido elaborado pelo Governo de Bissau a mandar as forças angolanas, ao abrigo da União Africana, para atacarem os militares guineenses.

Na opinião de Sousa (2012), existem várias motivações para o golpe de Estado de 12 Abril. A primeira delas tem a ver precisamente, com as lutas pelo poder entre a elite política e os partidos para as quais os militares foram arrastados. A segunda, talvez a mais forte, está relacionada com a dúvida que a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da candidatura

---

<sup>201</sup> O fim da cooperação técnico-militar entre a Guiné-Bissau e Angola. Disponível em: <http://paginaglobal.blogspot.com/2012/08/o-fim-da-cooperacao-tecnico-militar.html> (acessado aos 20/09/2013).

<sup>202</sup> Custos do golpe de Estado: MISSANG começa retirada amanhã, e embaixador não regressa a Bissau. Disponível em: <http://ditaduradoconsenso.blogspot.com/search?q=Missang> (acessado aos 20/9/2013)

de Carlos Gomes Júnior, Primeiro-ministro, levantou e que a passagem à 2ª. Volta veio atíçar. Perspectiva-se que, se Carlos Gomes Júnior não tivesse passado à 2ª. Volta, não haveria o golpe. Portanto, foi um golpe contra a candidatura do chefe de Governo à Presidência da República.

Nenhum dos argumentos invocado pelos golpistas, não foi suficiente para convencer a comunidade internacional. Partindo do princípio de que, no dia 9 de Abril de 2012 em Bissau, Carlos Gomes Júnior havia endereçado uma carta ao Secretário-geral das Nações Unidas Ban Ki-Moon para explicar a real situação do seu país, no qual argumentava que: "O comportamento dos que pretendem pôr em causa esses resultados e comprometer a realização da segunda volta das eleições presidenciais, para além de significar um total desrespeito pelas Instituições da República, pode ser entendido como manobra para influenciar negativamente os militares que, a qualquer momento, podem despoletar uma situação desgovernada e ter implicações que afetem a paz e a segurança não só na Guiné-Bissau como nos países da sub-região. Acrescenta ainda que, a Guiné-Bissau e a República de Angola celebraram um acordo de Cooperação no domínio da Defesa e Segurança, de âmbito bilateral, através do qual se instalou a MISSANG - Missão de Cooperação Técnica Militar Angolana, que para além de apoiar o esforço de reformas em curso, constitui um fator de estabilização político militar no país. Por fim, devido à reação interna da ala militar, a República de Angola manifestou a sua intenção de dar por findo o referido Acordo de Cooperação e, conseqüentemente, ordenar a retirada de suas tropas no nosso país, o que porá em perigo a situação já grave que a Guiné-Bissau atravessa, pelo que recorreremos ao Conselho de Segurança para tomar as medidas necessárias que garantam a preservação da paz e segurança no país e na sub-região"<sup>203</sup>.

Face o clima de instabilidade que se vivia na Guiné-Bissau, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chicote, anunciava a 10 de Abril, em Bissau, aos jornalistas, o fim da MISSANG. Afirmando que, a missão técnica militar saí da Guiné-Bissau em resposta a pedidos de alguns sectores daquele país. Por outro lado, algumas pessoas não estavam satisfeitas com a cooperação entre Angola e a Guiné-Bissau, nisto a situação requer uma avaliação dos dois Governos em todos os aspetos<sup>204</sup>. Concluindo que, a missão

---

<sup>203</sup> Portal de Noticias em Bissau: Disponível em: GBISSAU.com [www.gbissau.com/wp-content/.../04/Alledged-PM-letter-to-UN-SG.pdf](http://www.gbissau.com/wp-content/.../04/Alledged-PM-letter-to-UN-SG.pdf) (acessado aos 5/9/2013).

<sup>204</sup> Anúncio do Executivo Angolano do Fim da Missão em Bissau: Jornal de Angola, edição nº.12037, de 11 de Abril de 2012, pág.3

angolana está terminada e que a decisão é do conhecimento das autoridades guineenses, na qual já existe uma data de retirada, que foi comunicada às autoridades da Guiné-Bissau<sup>205</sup>.

Num comunicado divulgado em Luanda, pelo Jornal Público de Angola, o Executivo angolano, descrevia, que o processo em curso, visava a retirada completa por via marítima e aérea de todos os efetivos, assim como de todo o equipamento e técnica militar da MISSANG. O documento esclarecia ainda que a MISSANG fora estabelecida ao abrigo de um protocolo assinado entre os ministros da Defesa dos dois países, complementar a um acordo governamental ratificado pelas Assembleias Nacionais de Angola e da Guiné-Bissau, no âmbito da ajuda angolana ao Programa de Reforma das Forças Armadas guineenses<sup>206</sup>.

Importa antes de mais, lembrar, que o Estado tem a sua razão de ser na necessidade de realização permanente de certos fins essenciais da coletividade política. Porquanto, a realização destes fins exigem do Estado uma ação contínua, desenvolvendo para o efeito, certas atividades úteis, de modo sucessivo e por tempo indefinido, para corresponder aos seus fins, atividades a que se chama funções<sup>207</sup>. Nesta perspectiva Angola desenvolvia uma cooperação mútua, por forma a ajudar um país irmão face os laços históricos que une os dois países, porém o quadro de instabilidade face ao golpe permitiu com que Angola de forma pacífica dava assim por terminada a cooperação técnico militar na Guiné-Bissau.

Na opinião do docente do Centro de Estudos Africanos do ISCTE em Lisboa, Eduardo Costa Dias, o recente anúncio do fim da missão militar de Angola na Guiné-Bissau, revelou a existência de um conflito entre as forças armadas e o poder político guineense. Por outra, a presença de militares angolanos em Bissau com uma logística de ponta terá também suscitado um sentimento de inferioridade nas forças armadas guineenses<sup>208</sup>

No dizer do Presidente da República de Angola e Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas, José Eduardo dos Santos: As FAA e a Polícia Nacional acabaram de cumprir mais uma honrosa missão que se inscreve nos anais da gloriosa história dos combatentes que lutaram pela libertação nacional, defesa da pátria e integridade territorial. Acrescentou ainda que, tendo em conta o sentido do dever, disciplina e determinação que

---

<sup>205</sup> Jornal de Angola, edição nº.12037, op. cit. pág.3.

<sup>206</sup> MISSANG deixa a Guiné-Bissau com espírito de missão cumprida. Jornal de Angola, 10 de Junho de 2012, pág. 48

<sup>207</sup> CAETANO, Marcelo Manual de Ciência Política e Direito Constitucional apud KAMBAMBI, Bernabé a soberania e a interdependência dos Estados, pág 23

<sup>208</sup> Guiné-Bissau: Meios materiais dos militares angolanos provocam ciúmes. Disponível em: [http://www.voaportugues.com/content/article-04-11-12-angola-mission-bissau\\_147034015/1450783.html](http://www.voaportugues.com/content/article-04-11-12-angola-mission-bissau_147034015/1450783.html) (acessado aos 6/5/2013).



cumpriram, a missão para a qual foram incumbidos, “louvo os oficiais-generais, superiores, sargentos e soldados que integraram o efetivo da MISSANG, na Guiné-Bissau”<sup>209</sup>.

Importa referir que, o programa interrompido, incluía a reparação de quartéis militares e esquadras policiais, a reorganização administrativa, a formação técnica e adestramento militar, bem como a formação de efetivos em instituições militares e policiais em Angola. A retirada, foi o culminar da decisão unilateral tomada pelo governo angolano, na iminência de previsíveis alterações político-constitucionais que se consumaram com o golpe de Estado militar em 12 de 2012.

Neste quadro, o Ministro da Defesa Nacional de Angola, Cândido Van-Dúnem, defende a ideia segundo o qual "Angola reitera o seu apoio ao povo irmão da Guiné-Bissau e total disponibilidade de continuar a contribuir em todas as ações que visem reforçar a democracia e a melhoria da qualidade de vida dos guineenses em geral"<sup>210</sup>. Paralelo ao sentimento de dever cumprido, a ideia que se pode ter sobre os recursos materiais gastos se traduz em perdas para um projeto que caminhava sem sobressaltos, porém que sirva de lição para Angola.

Ao propor sua conceituação Santos<sup>211</sup>, deixa logo claro que a MISSANG vinha a decorrer de acordo com o que foi assinado no acordo bilateral entre os dois países, no quadro da prestação de assessoria técnica as forças de defesa e segurança da Guiné-Bissau.

## **4.2 O fator do narcotráfico**

Ao se falar do fator narcotráfico na Guiné-Bissau, é importante falar-se antes de tudo da droga em África que representa um ulterior obstáculo ao desenvolvimento do continente. É o que afirmam diversos organismos internacionais encarregados da luta ao tráfico de entorpecentes<sup>212</sup>. Já em 2001, um relatório do Órgão Internacional de Controle das Drogas afirmava que “graças à sua experiência no campo do contrabando de haxixe e de heroína, os

---

<sup>209</sup> LUCAS, Falcão: Presidente da República felicita efetivos regressados da Guiné-Bissau, Revista Militar, edição nº.37, Luanda-Angola, pág. 6. ano de 2012

<sup>210</sup> LUCAS, Falcão, op. cit. pág. 7.

<sup>211</sup> Gildo dos Santos, ex-Comandante das Forças Armadas Angolanas (FAA) da MISSANG. Falando a imprensa angolana e estrangeira no aeroporto militar da capital guineense. Revista Militar, op. cit. pág. 9

<sup>212</sup> os entorpecentes causam profunda sedação e sensações de psique alteradas (o que os diferem dos analgésicos normais). Nesta categoria encontram-se medicações analgésicas opióides (do tramal, codeína até a morfina), drogas psicotrópicas que causam estupor (alguns parkinsonianos, medicamentos para asma, etc...)

cartéis da droga da África ocidental buscam novos contatos na América Latina para estender o tráfico de cocaína a toda a região da África subsaariana”<sup>213</sup>.

Trata-se de uma reviravolta fundamental na estratégia do narcotráfico mundial, que vê a África se tornar uma das áreas “fulcro” para a distribuição de drogas em todo o mundo. Até os primeiros anos da década de 90 do século passado, a África era mantida às margens das rotas da droga. A mudança ocorreu em 1993, quando foram apreendidos na Nigéria 300 quilos de heroína provenientes da Tailândia. É o sinal de uma mudança que vê a transformação de tantos pequenos contrabandistas africanos (a maioria nigerianos) de simples transportadores por conta de terceiros a membros de gangues guiadas por africanos, capazes de tratar no mesmo nível com análogas organizações de outros continentes. A presença dessas organizações criminosas, a forte urbanização, a perda dos valores tradicionais africanos e a difusão de uma cultura hedonista são todos factores que criaram as premissas para um mercado africano da droga. A África, portanto, não é somente um local de trânsito de droga, mas terreno “virgem” para o tráfico de droga.

Segundo um responsável do UNODC, as organizações de narcotráficos tendem a fazer transitar a droga por meio da África ocidental porque, até agora, as autoridades alfandegárias europeias e norte-americanas controlam com menos atenção as mercadorias e as bagagens provenientes da África em relação às aquelas provenientes da América Latina. Mas porquê a escolha da África Ocidental?

Diversos factores explicam as razões que conduziram os narcotraficantes a escolherem a parte mais ocidental deste continente como um novo entreposto transnacional<sup>214</sup>:

- ✓ Uma maior monitorização e interdição das habituais rotas do narcotráfico pela via aérea e marítima pelas autoridades norte-americanas e europeias com destino aos mercados Europeus. A alteração de rotas é também uma forma de ludibriar as autoridades;
- ✓ Pela posição geográfica dos países da África Ocidental estrategicamente posicionados entre a América do Sul e a Europa, com rotas directas à Europa e Médio Oriente (existência de uma linha costeira, portos aéreos e marítimos), pelos laços históricos entre o continente africano e europeu (durante a colonização);

---

<sup>213</sup> A droga na África: um problema mundial. Disponível em: [www.pime.org.br/noticias2009/A\\_droga\\_na\\_Africa.doc](http://www.pime.org.br/noticias2009/A_droga_na_Africa.doc) (acessado aos 7/11/2013)..

<sup>214</sup> GONÇALVES, Sara João, op. cit. pág. 89

✓ Existência de Estados Falhados cujas costas e portos marítimos não são controlados nem vigiados, fronteiras porosas, instabilidade política, fracas instituições estatais e de Segurança, vulnerabilidade à corrupção, fragilidade económica, Conflitos, pobreza e pouca dedicação ao combate ao narcotráfico por falta de recursos humanos e financeiros, e em alguns casos falta de vontade política;

Devido aos fatores referidos em supra, os grupos criminosos vislumbram nos países mais a Ocidente de África espaços ideais para estabelecerem uma plataforma estratégica de trânsito e como centros de organização e logística e condução de atividades ilícitas, como o tráfico de drogas (cocaína e heroína), armas e pessoas. Anteriormente, os produtores da América Latina (Colômbia, Bolívia e Peru) transportavam a cocaína via América Central e Caraíbas até aos EUA e via Atlântico até à Europa do Sul, através de Portugal, Espanha, França e Itália. A necessidade de alteração destas rotas conduziu ao estabelecimento de um entreposto transnacional na África Ocidental de forma a ligar os produtos sul-americanos aos consumidores europeus<sup>215</sup>.

Um estudo da UNODC calcula-se que pelo menos 50 toneladas de cocaína da região Andina passam pela África Ocidental com destino à Europa todos os anos, e verifica-se o dobro das apreensões de cocaína: 1.032 toneladas em 2005, 3.016 toneladas em 2006 e em 2007 6.046 toneladas<sup>216</sup>.

Com efeito, a Guiné-Bissau foi considerada pelas Nações Unidas como o primeiro Narco-Estado africano em 2003, tendo em consideração o relatório da UNODC que estima que uma tonelada é transportada diariamente para a Europa.

Mais, porquê a escolha da Guiné-Bissau? Vejamos os seguintes fatores:

✓ *Posição Geográfica:* é um país que se encontra na parte ocidental de África e possui laços históricos, culturais e linguísticos com países europeus como Portugal, que advém do processo de colonização;

✓ *Estado Frágil:* A própria identificação da Guiné-Bissau enquanto um Estado frágil, caracterizado pela instabilidade política, degradada situação económica e social, desemprego, dependência da ajuda externa, vulnerabilidade à corrupção, controlo parcial do território.

---

<sup>215</sup> GONÇALVES, Sara João, op. cit. pág. 89

<sup>216</sup> UNODC (2007)–Cocaine Trafficking in West Africa: The Threat to Stability and Development (Special Reference to Guinea-Bissau). Apud GONÇALVES, Sara João, op. cit. pág. 90

✓ *Controlo Parcial do Território:* não existe um controlo das fronteiras e da parte insular devido à falta de efetivos treinados, equipamentos como barcos em estado de prontidão e carros de polícia (e até combustível) e de vigilância (rádios, computadores, radares). A frustração é visível por parte da polícia e das unidades encarregadas do combate ao narcotráfico<sup>217</sup>. Existem exemplos da utilização dos ilhéus não habitados ao largo das Ilhas Bijagós (50 quilómetros de distância da costa da Guiné-Bissau) pelos grupos criminosos.

✓ *Fraco Sistema Judicial:* não tem prisões em condição para prender os infratores há apenas uma que foi aberta em Setembro de 2010 que cumpre com os requisitos internacionais. Existe um receio de retaliação por parte dos juízes em caso de detenções e imposição de sentenças judiciais aos criminosos (preferem soltá-los do que exercer o seu dever enquanto representante do sistema judicial). Devido à corrupção e intimidação de juízes existe um menor risco de apreensão e detenção, o que atraiu a atenção dos narcotraficantes, fomentando uma cultura de impunidade.

✓ *Estado Criminoso:* diversas são evidências do envolvimento da elite política, elite militar e judicial no narcotráfico:

*a)-Elite Militar:* os soldados ajudam a descarregar os pacotes de cocaína nas pistas de aterragem e ao longo das costas marítimas; aluguer de pistas de aterragem e de instalações navais. Os militares não são a favor de uma reforma no seu sector que os possa afastar do narcotráfico, o que poderá ajudar a explicar a dispensa de Zamora Induta e a sua substituição por Bubo Na Tchuto, reconhecido pelo seu envolvimento direto no narcotráfico.

*b)-Elite Política:* envolvimento de figuras políticas de forma indireta e clandestina, dificultando a sua identificação. Apesar das acusações trocadas em 2005 entre Kumba Yalá e Nino Vieira sobre o envolvimento no narcotráfico, não existem provas concretas deste facto, tal como também não existem provas do envolvimento de Tagme na Waie. Até que ponto estas acusações são verdadeiras não se sabe...Zamora Induta em Janeiro de 2010 veio a público lamentar “o facto de ainda existir agentes do Estado metido na droga<sup>218</sup>”, após uma operação no sul da Guiné-Bissau em Quebo na qual foram presas quatro pessoas – duas de nacionalidade alemã e dois indivíduos nacionais, entre eles um oficial do Ministério do Interior.

---

<sup>217</sup> O Estado Falhado enquanto Espaço de Edificação do Crime Organizado Transnacional – o Caso da Guiné-Bissau. Gonçalves, Sara João. op. cit. pág. 92

<sup>218</sup>Última Hora – 01.02.2010 – “Infelizmente ainda há agentes do Estado ligadas ao processo de narcotráfico.” Apud GONÇALVES, Sara João, op. cit. pág. 93

c) Elite Judicial: algumas decisões jurídicas questionáveis como libertação de traficantes que tinham sido presos por ligação ao narcotráfico, sem qualquer explicação; desaparecimento de apreensões de grandes quantidades de cocaína – o caso mais conhecido é o desaparecimento de 674 quilos em Setembro de 2006 do cofre do Ministério das Finanças, com o valor de 20 milhões de dólares no mercado de destino.

Segundo João Carlos Barradas, no “Jornal de Negócios”: “Um estado fruste, incapaz de assegurar funções elementares de segurança, forças policiais e militares envolvidas em incessantes confrontos pelo poder, pobreza e corrupção generalizadas, ofereciam condições excepcionais para o tráfico. As facilidades oferecidas pelos Bijagós, em mais de 80 ilhas não vigiadas, uma costa abandonada, bem como, inúmeras pistas de aviação espalhadas pelo território sem qualquer controlo, para além da cumplicidade das autoridades, sobretudo da parte dos militares constituem um cenário ótimo para a atuação dos cartéis. Com efeito, o tráfico atingiu índices lastimáveis nos anos de 2006 a 2009.

A população também participa no narcotráfico através da venda local ou como participantes nos meios de transporte para a Europa. É uma forma aceitável de sair da extrema pobreza em que se encontra.

O envolvimento de altas figuras das Forças Armadas identificados pelas autoridades dos Estados Unidos e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e denunciados como grandes traficantes de droga, têm contribuído para que a Guiné-Bissau seja vista como um Narco-estado. Por conseguinte, Angola aceitou ajudar o país em crise no âmbito de uma cooperação bilateral e esteve empenhada na reforma do sector de defesa e segurança levada a cabo pela MISSANG. Mas esta presença angolana incomodava muita gente já que todas as redes de comércio obscuro estavam em risco de desaparecer<sup>219</sup>. Por outro lado, o povo aclamava as forças angolanas, mas os militares locais e outras forças regionais com interesses inconfessos detestavam. Depois de reformular o sector da defesa e como o da segurança também estava contemplado no acordo, certamente que o próximo passo seria a expulsão de traficantes de drogas e a imposição da ordem no país. Como se não bastasse as autoridades guineenses pressionavam a MISSANG a abandonar Bissau, facto que se consumou após o golpe de Estado de 12 de Abril de 2012.

---

<sup>219</sup> CARVALHO, António Luvualu: O parlamento e os militares golpistas da Guiné-Bissau, Jornal de Angola, de 12 de Novembro de 2012, pág.7.

Entretanto, desde que a MISSANG saiu de Bissau, o tráfico de drogas atingiu níveis alarmantes. O Jornal norte-americano "New York Times" revela que, após o golpe de Estado de 12 de Abril, aumentou, consideravelmente, o tráfico de drogas na Guiné-Bissau, classificando o país como um "narco-Estado"<sup>220</sup>. Na edição online de 1 de Novembro, o mesmo jornal garante que, desde que os militares assumiram o poder, aumentou o tráfico de drogas no país, o que faz supor que se tratou mais de um "golpe de cocaína" do que de um golpe de Estado.

Infelizmente, os atentados à liberdade e aos direitos de segurança dos cidadãos não são os únicos problemas. Tem razão o chefe da diplomacia portuguesa, Paulo Portas, quando diz que «o que está em causa na Guiné-Bissau é a escolha entre um Estado baseado na ordem constitucional e um Estado falhado, baseado no poder do tráfico»<sup>221</sup>. A força do narcotráfico ficou comprovada num episódio recente, quando uma equipa da Polícia Judiciária, que se preparava para averiguar um caso de suspeita de operação de droga no sul, foi denunciada e esteve prestes a cair numa emboscada. O grupo policial logrou escapar, porque abandonou a viatura e procurou refúgio na vizinha Guiné-Conacri, que era até há dois ou três anos, um dos santuários do negócio da droga na África Ocidental.

No início do mês de Abril de 2013, os Estados Unidos anunciavam a detenção de Bubo Na Tchuto em águas internacionais, perto de Cabo Verde. O antigo chefe da Marinha da Guiné-Bissau era procurado pelos Estados Unidos por alegado envolvimento no tráfico internacional de droga, sobretudo cocaína oriunda da América do Sul<sup>222</sup>. Um porta-voz do gabinete do procurador de Manhattan declarou ainda à AFP que José Américo Bubo na Tchuto ficou em detenção juntamente com outros dois acusados, Papis Djeme e Tchamy Yala, também referidos pelo envolvimento numa rede internacional de tráfico de droga vinda da América Latina com destino aos Estados Unidos. Segundo a acusação, Bubo Na Tchuto devia receber um milhão de dólares (cerca de 800 mil euros) por operação<sup>223</sup>.

O chefe de Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau, António Indjai, terá sido acusado por Preet Bharara, procurador de Manhattan, de participação numa conspiração para

---

<sup>220</sup> CARVALHO, António Luvualu, op. cit.

<sup>221</sup> CUIATÉ, Almami Júlio: Guiné-Bissau um país à deriva, Revista África 21» *Á espera do roteiro político*« edição nº.72 de Março de 2013, pág.40.

<sup>222</sup> Bubo Na Tchuto preso em águas da Guiné-Bissau, garante jovem que esteve presente. Disponível em: <http://paginaglobal.blogspot.pt/2013/04/bubo-na-tchuto-presos-em-aguas-da-guine.html> (acessado aos 11/11/2013).

<sup>223</sup> Bubo Na Tchuto compareceu pela primeira vez num tribunal em Nova Iorque. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/bubo-na-tchuto-presos-em-nova-iorque-por-narcotrafico-onde-compareceu-uma-primeira-vez-a-um-juiz-1590362> (acessado aos 11/11/2013).

distribuir armas à guerrilha colombiana FARC, em troca de cocaína fornecida pela mesma organização considerada terrorista pelos EUA. Preet, acrescenta ainda que, Indjai terá usado a sua posição no top da hierarquia militar guineense para "ser um intermediário", fazendo da Guiné-Bissau "um ponto de passagem para pessoas que se acredita serem terroristas e narcotraficantes". "Tal como tantos altos responsáveis alegadamente corruptos, [António Indjai] vendeu-se a si e ao seu país por um preço"<sup>224</sup>.

Recorda-se ainda a apreensão em Julho de 2008 de um avião que transportava 500 quilogramas de cocaína no aeroporto Osvaldo Vieira, cujo conteúdo foi descarregado por soldados guineenses. Foram presos três traficantes de origem venezuelana e um oficial das forças aéreas guineenses, que foram libertados sem explicação e a mercadoria apreendida também desapareceu. Este caso esteve associado ao Bubo Na Tchuto e a "Papa" Camará. Em Agosto de 2009, foi apreendido um avião que era suspeito de transportar 2 toneladas de cocaína. Novamente vários suspeitos de nacionalidade sul-americana foram levados sob custódia mas desapareceram depois de terem pago a fiança.

Todas as estatísticas relativas ao Estado lusófono oeste-africano das agências especializadas na luta contra o crime organizado e a droga dão conta da intensificação do narcotráfico desde o golpe de Estado que depôs, o Governo do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior. E a penetração desta atividade ilícita nos meios político-militares pode contribuir para fragilizar ainda mais a já precária autoridade do Estado guineense e perpetuar a instabilidade<sup>225</sup>.

Todos estes fatores conjugados conduzem à conclusão de que este país se tornou um Narco-estado. O tráfico de drogas é uma das maiores ameaças à Segurança Humana, ao desenvolvimento económico e social, à sobrevivência do Estado de Direito e ao processo de consolidação democrática. Este é o caso da Guiné-Bissau, um pequeno e empobrecido país da África Ocidental. Contudo, os esforços realizados para uma maior estabilidade, principalmente entre a elite política e a elite militar, a implementação das reformas na AP e a RSS, o apelo à reconciliação nacional tendo em vista a consolidação do processo democrático e o desenvolvimento económico e social na Guiné-Bissau indicam que este país não se irá render tão facilmente ao rótulo imposto pela comunidade internacional de Estado Falhado e de Narco-Estado.

---

<sup>224</sup> Guiné-Bissau: Indjai acusado de tráfico de armas, Jornal de Angola de 20 de Abril de 2013, pág.9.

<sup>225</sup> Guiné-Bissau: Indjai acusado de tráfico de armas, op. cit. pág. 41.

### **4.3 A influência estratégica dos países da CEDEAO face a presença de Angola na Guiné-Bissau**

Embora alguns diplomatas tenham a delicadeza de invocar simples problemas técnicos entre as relações de Angola e os vários países da comunidade económica do Estados da Africa Ocidental esta morosidade é visto como política. Na sequência dos acontecimentos de 1 de Abril de 2010, a CEDEAO, preocupada com o recuo ocidental, num primeiro momento viu com bons olhos a intervenção da CPLP, ao que parece alguns países-chave como o Senegal, e a Nigéria consideraram esse avanço da CPLP uma manobra puramente bilateral de Angola, cuja ambição os preocupa.

O Senegal teme perder a influência que desde 2000 exercia e que lhe tinha permitido obter de Bissau uma pressão militar direta contra os separatistas de Casamança estacionados ao longo da fronteira<sup>226</sup>. Apesar do acordo celebrado em Setembro de 2011 para a criação de patrulhas comuns na zona de fronteira, as autoridades guineenses, em Novembro de 2011, reagiram muito secamente à passagem da fronteira de dois helicópteros militares senegaleses<sup>227</sup>. O projeto angolano de um porto de águas profundas, acompanhado de um projeto de caminho-de-ferro para o Mali, assim como o crescimento das trocas entre Angola e a Guiné-Bissau, afetavam o papel sub-regional do porto de Dakar e a influência do comércio senegalês nesse país. Por fim, também as perspectivas de valorização dos recursos petrolíferos situados na zona marítima comum ao Senegal e à Guiné-Bissau contribuíram, decerto, para a tensão. A Nigéria, cujas ambições continentais e internacionais são bem conhecidas, desconfia das intervenções angolanas na África Ocidental, onde considera que lhe cabe o papel principal.

O facto de Angola ter conseguido colocar soldados em Bissau quando a CEDEAO não o conseguiu veio aumentar a frustração<sup>228</sup>, tanto mais que Luanda pretendeu desobrigar-se do fundo de pensões<sup>229</sup>. Deixa, portanto, à CEDEAO a parte mais delicada e menos estratégica

---

<sup>226</sup> Em 2006, após alguns assaltos, o chefe separatista radical Salif Sadio foi obrigado, pelo exército bissau-guineense, a abandonar a zona de fronteira. Tinha-se refugiado na outra ponta de Casamança, do lado da fronteira entre o Senegal e a Gâmbia.

<sup>227</sup> Foi adiado um encontro entre as autoridades dos dois países e destacados para as fronteiras soldados guineenses. “Vers des patrouilles conjointes à la frontière des deux pays”, APS, 17 de Setembro de 2011.

<sup>228</sup> O Senegal, que interveio em 1998-1999 ao lado do Presidente Nino Vieira contra a maioria do exército guineense, sabe que não pode destacar homens. Mas a CEDEAO não goza de melhor imagem perante os militares guineenses, visto na altura ter colocado no país uma força de interposição que, na sua opinião, serviu sobretudo para retardar a derrota de Vieira.

<sup>229</sup> Angola comprometeu-se com um contributo de 2 milhões de dólares, mas mantêm-se fortes dúvidas sobre a realidade desse compromisso. Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomata da ONU, Nova Iorque, Novembro de 2011.



da RSS para se concentrar na cooperação militar, bastante interessante, pois permite aumentar a influência sobre aqueles que se mantêm no exército. Era visível o mau clima de insatisfação por parte da Nigéria, Costa do Marfim e Senegal com a presença da MISSANG na região.

A 17 de Novembro de 2011, o Presidente José Eduardo dos Santos reconhecia em público, finalmente, a existência de “dificuldades” com “alguns países da CEDEAO” e anunciava a visita de enviados especiais a alguns países<sup>230</sup>.

O golpe de estado de 12 de Abril na Guiné, legitimado pela CEDEAO, abriu portas para um jogo de influências e preocupações de ordem estratégicas por parte de alguns Estados-membros, em detrimento dos interesses essenciais dos guineenses. Admite-se que a Nigéria e a Costa do Marfim preferiram legitimar o golpe, para fazerem pagar a Angola a sua posição à intervenção de forças da CEDEAO contra o regime do ex-presidente marfinense, Laurent Gbagbo, que se recusou a reconhecer a sua derrota nas presidenciais de 2010<sup>231</sup>. Estes dois colossos da África Ocidental também não veem com bons olhos a influência de Luanda nesta zona do continente. Porém, a cota de popularidade da CEDEAO baixou em Bissau, onde algumas pessoas ousaram protestar diante das suas instalações na cidade, apesar do receio da repressão militar. Em paralelo, cresceu a desconfiança em relação ao Burkina Faso, terá financiado a campanha para as presidenciais de Serifo Nhamadjo.

Neste paralelo Maria Amorim<sup>232</sup>, antiga ministra santomense, afirma que neste conflito o protagonismo da CEDEAO é um pouco debilitante, porque a Guiné-Bissau é um país que ainda não se encontrou após a proclamação da independência. Há ferida que traz desde a luta de libertação. Parece que a Guiné-Bissau tem ajustes de contas permanentes, sentimentos de vingança, ganância e a pobreza. Tudo isso é um cocktail explosivo. O povo guineense está sentado num barril de pólvora, que a qualquer instante pode explodir.

A retirada da MISSANG de Bissau não se teria registado, nem vingado, sem instigação e apoios da Nigéria; menos ainda contra sua vontade, as autoridades angolanas não

---

<sup>230</sup> “Angola admite dificuldades na reforma das forças armadas da Guiné Bissau”, O Apostolado (apostolado-angola.org), acessado aos 17 de Novembro de 2011.

<sup>231</sup> Revista Africa 21, edição n.º.64, op. cit. pág. 47.

<sup>232</sup> Maria da Graça Amorim, foi a primeira mulher a trilhar os caminhos da diplomacia no período pós-independência. Depois de 1975, Maria Amorim, a primeira embaixadora de São Tomé e Príncipe em Portugal, assumiu até 1985 a árdua tarefa de condução da política externa como ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. O pequeno país africano de 150 mil habitantes soube conquistar espaço e credibilidade na cena internacional, sobretudo em instâncias como a então Organização da Unidade Africana e na ONU. Revista Africa 21 «entrevista», edição n.º.65, de Julho de 2012, pág. 7.

conseguiram engolir isso em seco e usam de toda a sua influência na CPLP para inverter o atual quadro político na Guiné- Bissau e conseguir base de apoio para as suas pretensões expansionistas para se transformar numa potência regional e ser respeitada como tal em toda África Ocidental destronando por isso a Nigéria, que vem denunciando todas essas ações angolanas. “Angola surge como potência na África Ocidental, em parte, devido os crescentes problemas internos da Nigéria. Na África Austral, Angola faz face à concorrência de potências económicas como a África do Sul e a Namíbia. A Nigéria encara com desconfiança e inquietação políticas e atitudes do regime de Angola a que associa “intenções expansionistas” contrárias aos seus interesses e influências regionais. É este o quadro em que análises pertinentes situam o “forcing” nigeriano que levou ao fim da presença militar angolana na Guiné-Bissau. É um dado considerado “adquirido” que o golpe de Estado, 12 de Abril, que provocou a retirada da MISSANG de Bissau não se teria registado, nem vingado, sem instigação e apoios da Nigéria; menos ainda contra sua vontade<sup>233</sup>.

Os pronunciamentos iniciais do chamado Comando Militar, entidade que chamou a si a autoria da ação, deixaram transparecer uma tônica nitidamente anti angolana. O script atribuía à MISSANG planos para “eliminar” as FA guineenses, para o que contaria com a cumplicidade das autoridades, entre as quais o PM, Carlos Gomes Júnior. O líder do golpe, General António Indjai, fora até Fevereiro de 2012, partidário da presença militar angolana; ao mesmo tempo, adversário público de compromissos de natureza militar com países da região. Mudou de posição na esteira de uma viagem à Nigéria, precedida de aproximações com outras personalidades da região.

A aplicação das autoridades angolanas na participação do seu país na CGG-Comissão do Golfo da Guiné e na CEEAC-Comissão Económica dos Estados da África Central, é igualmente vista pela Nigéria como correspondendo a artificios para se implantar e disputar com ela uma área de sua influência. A Nigéria não só cultiva/preserva o seu papel de potência regional por meio de políticas destinadas a anular ou limitar “intrusões” do tipo de Angola, como cuida, ela própria, de alargar/consolidar influências e interesses próprio na área – esforço ditado pela necessidade de não dar vazão a novas “aventuras de secessão”.

---

<sup>233</sup> Guiné-Bissau: Tensões Angola-Nigéria estendem-se à região. Disponível em: <http://ditaduradoconsenso.blogspot.pt/2012/07/guine-bissau-tensoes-angola-nigeria.html> (acessado aos 12/11/2013)

## 5 CONCLUSÕES

Gostaríamos de confessar que o esforço que tivemos na elaboração desta dissertação parece-nos difícil elaborar um catálogo de medidas prepositivas a que ousaríamos chamar de conclusão. Perante os objetivos do trabalho, podemos concluir que o presente estudo não teve a pretensão de esgotar o assunto visto a sua relevância e grandeza, mas procurou-se trazer de melhor maneira conseguida e buscada, no mínimo um contributo para melhor entendimento e análise da Intervenção de Angola na Guiné-Bissau

Deste modo, sem perder de vista, os objetivos definidos inicialmente, bem como os limites traçados para a orientação da discussão que o estudo exigia, sobretudo em função da amplitude e divergência que a temática discutida comporta, a sistematização e o estudo feito confirmam que o objectivo do presente estudo não foi mais do que tentar compreender a Intervenção de Angola no apoio ao Processo de Reforma das Forças de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau, tal apoio foi fundamental para estabilização da Guiné-Bissau. Por conseguinte, podemos concluir, que uma das motivações que levou o Estado Angolano em apoiar a Guiné-Bissau, era no sentido de retribuir a solidariedade prestada pela Guiné-Bissau nos primeiros anos de independência de Angola que esteve mergulhado num conflito regional. Os guineenses lutaram ao lado das FAPLAS para para tentar travar a intervenção sul-africana. Por outro lado, boa parte da ajuda cubana passava pelo aeroporto de Bissau e por Cabo Verde. Portanto no intuito de ajudar a Guiné-Bissau, Angola havia colocado a MISSANG na rota da cooperação internacional, face ao acordo assinado entre as autoridades angolanas e da Guiné-Bissau, em setembro de 2010, com maior abrangência no sector da Defesa e Segurança.

Depois da conquista da Paz em Angola, pela primeira vez uma missão do género, era realizada por um exército africano com base num acordo bilateral fora da sua zona de influência em divisão de blocos.

A intervenção de Angola no processo de Reforma das Forças de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau, embora tenha terminado sem ter cumprido como planificado, mostrou que a cooperação intra-africana é possível. A intervenção de Angola numa zona de influencia da CEDEAO criou várias interpretações de alguns estados membros da região que culminaram em interferencias tendo prejudicado os esforços da cooperação. Alguns líderes africanos ainda veem os países da sua região geopolítica como feudos, atropelando os cânones do

direito internacional, segundo o qual todo Estado tem o direito de firmar acordos bilaterais em benefício do seu próprio povo.

Por outro lado, Angola interviu de forma multilateral na aplicabilidade dos esforços da cooperação entre CPLP, CEDEAO, ONU, UA e UE, acordaram definir como prioridade realizar acções em apoiar os planos nacionais de Reforma do Sector de Defesa e Segurança.

Ponto assente, aos danos materiais que Angola investiu na Guiné-Bissau, e que se perdeu no terreno. Angola deverá procurar aproximar-se da Guiné-Bissau num futuro próximo, para reativar os vários projetos que estavam em curso na Guiné-Bissau.

Relativamente a estabilização da Guiné-Bissau passa essencialmente, pela desmilitarização da política, pela despartidarização das Forças Armadas e pelo fim das ações tendentes a resolver estes e outros problemas colaterais, identificados nas páginas anteriores, e que ameaçam a existência da Guiné-Bissau, deverão ser holísticas e perfilhadas sem hesitações, depois de um amplo consenso nacional. É importante salientar ainda que, a permanente instabilidade política, económica e social, deve-se fundamentalmente dentre outras, a fragilidade do Estado devido à<sup>234</sup>:

-Ausência de uma cultura de diálogo; interferência política nos órgãos da justiça; manipulações étnicas para atingir objetivos políticos; perda e inversão dos valores e condições sociais; encorajamento da violência e práticas tradicionais nefastas; a insegurança e a pobreza endémica.

Já se viu que no epicentro da deriva nacional estão as lutas pela obtenção do poder no interior do sistema político-partidário. Esta questão é, sem sombra de dúvidas, o fundamento e a causa da decadência e desastre da Guiné-Bissau. Primeiro como Estado e segundo como povo, em virtude das clivagens que têm estimulado no seio da sociedade guineense.

Segundo Álvaro Nóbrega, a história recente demonstra que a atitude do poder em relação à sua população tem sido mais marcada por uma certa discriminação positiva em relação a certas etnias, que garantam a sua base de sustentação, e negativa em relação a outras donde possa provir o apoio aos opositores. É um jogo que funciona a curto prazo, mas que não é isento de riscos num tempo mais vasto<sup>235</sup>.

---

<sup>234</sup> Relatório dos principais acontecimentos e atividades registadas durante o mês de Janeiro de 2012 na Embaixada da Guiné-Bissau, pág.12.

<sup>235</sup> Álvaro Nóbrega, op. cit.pág. 304.

Concluimos ainda, que o processo de reforma levado a cabo por Angola, caso tivesse sido concluído, a Guiné-Bissau, teria um rumo diferente, visto que a Reforma pretendia dar uma nova imagem a um país que a mais de 40 anos vive sérios problemas de ordem política e tribal.

O recente golpe de Estado de 12 de Abril (mais um), não surpreendeu verdadeiramente ninguém, apenas veio agravar a má imagem daquele país perante o cenário internacional. No entanto, a solução encontrada pela CEDEAO, que se tem mostrado incapaz de resolver este tipo de problema, não representava nem de perto nem de longe, a tolerância zero estipulada pela organização, pois contemplava os interesses dos golpistas ignorando o governo legítimo, democraticamente eleito e indo mais longe ao cercear, para agradar os golpistas, bem como o acesso ao poder de alguns dirigentes do PAIGC ao invocarem que o presidente e o PM interinos não poderiam candidatar-se às eleições que ela (CEDEAO) preconizava. Em conclusão: Não há memória da CEDEAO ter resolvido um golpe de estado em que os golpistas não fiquem incólumes e o golpe, de forma direta ou encoberta, legitimado.

Os interesses que gravitam à volta da CEDEAO são vários e de várias índoles. Por comodidade e algum decoro apenas os caracterizamos como sendo uns de carácter endógeno, outros exógenos em relação à própria região. Quer uns quer outros, todos à volta daquilo que podemos sintetizar como interesses hegemónicos na região e de passagem algum ressabiamento. A UA e UE tomaram medidas concretas. A primeira suspendendo de imediato a Guiné-Bissau da Organização enquanto a segunda fechava as suas fronteiras aos golpistas, ambas exigindo o retorno à ordem constitucional.

A firmeza do PAIGC tem sido nota dominante. Não abdicar minimamente dos seus direitos constitucionais. A procissão ainda vai no adro e é nesta firmeza e defesa de princípios que, a meu ver, estará a solução política, não direi definitiva mas duradoura, dos golpes de estado. Deverão ser procurados procedimentos complementares. A luta armada terminou há 40 anos. Uns poucos, muito poucos, são os militares ainda vivos, com verdadeiro e legítimo estatuto de antigos combatentes para a independência nacional, isto é, oriundos da luta armada. E é para eles, só para eles, que se deve procurar afincadamente uma saída militar, diria, humanista, condigna.

A questão do narcotráfico deve ser vista e tratada numa óptica global. Só a Guiné-Bissau por si só, não tem meios, nem humanos, nem materiais nem financeiros para resolver o problema.

As Nações Unidas constituem um ponto de encontro da comunidade internacional, uma espécie de praça pública onde continuamente são equacionados e debatidos os problemas que afetam a comunidade internacional, em ordem á formulação de linhas de orientação para a sua resolução á escala global, seja pela via da celebração de convenções internacionais multilaterais de carácter normativo, seja pelo estabelecimento de organizações internacionais subsidiárias de governação global (global governance), seja pela formulação e articulação de princípios e diretrizes de politica publica á escala mundial e deve encarar a situação na Guiné-Bissau como prioritária nos seus debates para se encontrar uma solução urgente para aquele país.

A única saída é vencer urgentemente a fragmentação da sociedade, através de uma discussão livre, com a participação de todos os sectores da vida nacional; partindo do pressuposto de que a recuperação do país e das instituições do Estado é uma matéria que deve interessar e envolver todos os guineenses e, por isso mesmo, deve gerar consensos.

Podemos afirmar que o presente saldo do sistema democrático guineense tem sido francamente negativo. Desde 1994, nenhum primeiro-ministro (num total de 13) ou Presidente da República (quatro no total, sem incluirmos os interinos e os de transição) completou o mandato de quatro e de cinco anos, respectivamente. Se incluíssemos os presidentes interinos (cinco no total), a prevalência iria claramente para estes, havendo a registar a passagem de 20 inquilinos pela procuradoria-geral. Seriam verdadeiramente impressionantes: 12 Presidentes da República (incluindo os interinos e os de transição), 22 procuradores-gerais da República e 17 primeiros-ministros, sendo dois deles repetentes: Carlos Correia e Carlos Gomes Júnior. Estes dados, só por si, revelam a permanente instabilidade política derivada de intensas lutas pelo poder no interior do sistema político-partidário. Em circunstâncias normais teríamos oito presidentes da República e dez primeiros-ministros. A isso haveria que adicionar centenas de assassinatos e fuzilamentos, e uma grande atrofia social e económica.

Atendendo as diferentes situações anteriormente apontadas, torna-se necessário apelar-se a atenção da Comunidade Internacional em geral (União Africana, CEDEAO, CPLP, União Europeia e ONU), parceiros do desenvolvimento da Guiné-Bissau, para juntos procurarem encontrar as soluções adequadas que permitam a realização das eleições presidenciais antecipadas fase o golpe de Estado e o retorno da implementação do processo de reformas do sector da defesa e segurança levado acabo por Angola, assentes em bases sólidas entre os

militares e civis, de modo a respeitarem as prerrogativas legítimas de uns e de outros e manterem entre si uma saudável separação de poderes.

Assim sendo, recomenda-se que:

- Os guineenses devem enveredar pela via da paz acima dos interesses privados do poder dos governantes de Estado;
- Deve-se promover a paz mediante processos de globalização que levem em consideração as conjunturas sociais e históricas do país.
- Por outro lado, deve-se reativar o projeto "Bauxite", que visa a exploração dos jazigos de Boé e a construção do Porto de Buba bem como do Caminho-de-Ferro.

Espera-se que no futuro haja mais estudantes interessados à investigar a Política Externa de Angola, visto que esta, é ainda maioritariamente desconhecido. E deste modo, trazer à comunidade académica, à sociedade os resultados dos seus trabalhos científicos.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros

- A. CABRAL (1974), Nação Africana Forjada na Luta, Porto, Afrontamento
- Afonso, M.M. & Fernandes, A.P. (2005), ABCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento, Lisboa, Portugal.
- Aguilar, R. (2001), Bandim – subsídios para uma política de apoio ao pequeno negócio, documentos & trabalhos, Coleção Lala Kema n.º 2, Bissau, Guiné-Bissau
- Aniceto, A. & Matos Gomes, C. (1999), Guerra Colonial, Diário de Notícias, Lisboa, Portugal
- Araújo, R. (2000), Os Sistemas de Governo de Transição Democrática nos PALOP, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra Editora, Coimbra, Portugal.
- Augel, J. & Cardoso, C. (1996), A transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Bissau, Guiné-Bissau.
- B. EMBALÓ (2012), “Civil-military relations and political order in Guinea-Bissau”, Journal of Modern African Studies, vol.50, n.2, pp.253-281
- Barros, M. (2004), A Sociedade Civil guineense face ao desenvolvimento e a consolidação da democracia: compromisso ou beco sem saída?, Fórum DC, Lisboa, Portugal
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás: A Posição de Angola na Arquitetura de Paz e Segurança Africana - Análise da Função Estratégica das Forças Armadas Angolanas, editora Almedina, 2013.
- BONDOSO, António: Lusofonia e CPLP-Desafios na Globalização "Ângulos e Vértices" ou "Defeitos e Virtudes de um Processo Intemporal", edições Esgotadas, Setembro de 2013, pág.136
- Bryden, A e Hänggi, H. (Eds) (2004) Reform and reconstruction of the Security Sector. Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF), Geneva.



- Bryden, A.; N'Diaye, B. e Olonisakin, F. (Eds.) (2008) Challenges of Security Sector Governance in West Africa, Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF), Geneva.
- C. LOPES (1988), Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau, Lisboa-Bissau, INEP
- Cabral, A. (1974), Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta, Afrontamento, Porto, Portugal.
- Campbell, A.; Converse, P. E.; Miller, W. & Stokes, D. (1960), The American voter, John Wiley, New York, Estados Unidos
- Cardoso, C. (1995), A transição política na Guiné-Bissau: um parto difícil, em Lusotopie. Transitions libérales en Afrique Lusophone, Karthala, Paris, França
- Cardoso, C. (2002), A Formação da Elite política na Guiné-Bissau, Occasional Paper Series n.º 5, Centro de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa, Portugal
- CARDOSO, Carlos. 1996. Guineenses contra Guineenses. Para um Debate sobre a(s) Identidade(s) na Guiné-Bissau. In Transição Democrática na Guiné-Bissau e outros Ensaios, edited by J. A. e. C. Cardoso. Bissau: INEP, pág.32
- CARREIRA. Aspectos Históricos da Evolução do Islamismo na Guiné Portuguesa in Lopes, Carlos. 1999. Kaabunké: Espaço, Território e Poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance Pré-coloniais. 1ª ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Castanheira, J. P. (1995), Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?, Relógio de Água Editores, Lisboa, Portugal.
- CE/Comissão Europeia(2008) Convention de Financement entre la Commission Européenne et la République de Guinée Bissau, Appui à la réforme du secteur sécuritaire GUB/008/06, IXème FED, Bissau.
- Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF), Geneva.
- CHABAL, Patrick. 2002. Amílcar Cabral - Revolutionary Leadership and People's War. 2ª ed. ed. London: Hurst & Company. pág. 81

- Cidade de Bissau, na República da Guiné-Bissau, no período de 1986–2001, Tese, ISCTE, Lisboa, Portugal.
- Coleções sociedades Africanas, Luanda, 2007
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (2004), Estatísticas da CPLP 2004, CD editado pelo Secretariado Executivo da CPLP, Lisboa, Portugal.
- Correia, A. (2008) Política-Segurança-Desenvolvimento na Guiné Bissau, Política Internacional e Segurança, Universidade Lusíada, Lisboa.
- Costa, F. M. & Falé, N. (1992), Guia Político dos PALOP, Editorial Fragmentos/Fundação de Relações Internacionais, Lisboa, Portugal.
- Democratic Control of Armed Forces (DCAF), Geneva.
- Donais, T. (Ed) (2008) Local Ownership and Security Sector Reform. Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF), Geneva.
- Downs, A. (1957), An economic Theory of Democracy, Harper & Row, New York, Estados Unidos.
- ESDP (2009) Stakes are high for EU SSR mission to Guinea-Bissau, ESDP in actions – Guinea-Bissau, Issue 7, Winter 2009.
- FAGE, J. D. 1995.História da África. s.l.: Edições 70.
- Fernandes, R. M. (1993), Partido único e poderes tradicionais, Soronda, n.º 16, INEP, Bissau, Guiné-Bissau.
- Freire, A. (2001), Modelos de Comportamento Eleitoral: uma breve introdução crítica, Celta, Oeiras, Portugal.
- Gaillard, G. (1999), Guinée-Bissau – Un pas douloureux vers la démocratie, in Afrique Contemporaine, n.º 191, Paris, França.
- Guerra, J. P. (1994), Memória das Guerras Coloniais, Edições Afrontamento, Porto, Portugal.

- Handem, A. (2008) Guinea-Bissau em: Alan Bryden, Boubacar N'Diaye and 'Funmi Olonisakin (Eds.) Challenges of Security Sector Governance in West Africa, Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF), Geneva.
- Hanggi, H. (2004) Conceptualising Security Sector Reform and Reconstruction. Em: Bryden, A e Hanggi, H. (Eds) (2004) Reform and reconstruction of the Security Sector. Geneva
- Herbert, R. (2003) Security Sector Governance: An Analysis of Guinea-Bissau. Working Paper Series, Netherlands Institute of International Relations "Clingendael" Conflict Research Unit
- Hugon, P. (1999), A Economia de África, Editora Vulgata, Lisboa, Portugal.
- Instituto Nacional de Estatística - INE (1998), Estatísticas da CPLP, Lisboa, Portugal.
- KI-ZERBO, Joseph: História da África Negra. 2ª ed. Vol. I. Paris: Publicações Europa-América, 1972.
- Koudawo, F. & Mendy, P.K. (1996), Pluralismo político na Guiné-Bissau, uma transição em curso, INEP, Bissau, Guiné-Bissau.
- Koudawo, F. (1994), Eleições e lições, Cadernos Lus Bin, Kusimon editora, Bissau, Guiné Bissau.
- Koudawo, F. (2001), Cabo Verde e Guiné-Bissau: da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal, Coleção "KACU MARTEL", Série Ciências Sociais, n.º 14, INEP, Bissau, Guiné-Bissau.
- Lopes, C. (1987), A Transição Histórica na Guiné-Bissau: do Movimento de Libertação Nacional ao Estado, Coleção "KACU MARTEL", INEP, Bissau, Guiné-Bissau. Luanda, Março 1996.
- Machado, F. (2002), Contrastes e continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal, Celta Editora, Oeiras, Portugal.
- Mendy, P.K. (1994), Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959), INEP, Bissau, Guiné Bissau.

- Moita, L. e L.Teotónio Pereira (1976), Guiné–Bissau: 3 anos de independência, África em Luta 2, CIDAC, Lisboa, Portugal.
- Monteiro, A.I. (1996), O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Análise dos efeitos Sócio-Económicos, Edições “KACU MARTEL, INEP, Bissau, Guiné-Bissau.
- MONTEIRO, Huco, Junho de 2007
- MORGENTHAU, H. J. A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz, Brasília: Und, 2003.
- Nóbrega, A.C. (2001), A luta pelo poder no PAIGC: a conflitualidade e as crises de liderança, Tese, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Lisboa, Portugal.
- Nóbrega, A.C. (2005), O Comportamento Eleitoral dos Islamizados da Guiné-Bissau, Lisboa, Portugal.
- NÓBREGA, Álvaro: A luta pelo poder na Guiné-Bissau, Março de 2003, pág.37
- Organização das Nações Unidas - ONU (2004), Relatório sobre os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau, Bissau, Guiné-Bissau.
- P. GODINHO GOMES (2010a), Os fundamentos de uma nova sociedade. O PAIGC e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973), Torino, L’Harmattan Italia
- Pereira, A. (2002), Guiné-Bissau e Cabo Verde – Uma Luta, Um Partido, Dois Países, Editorial Notícias, Lisboa, Portugal.
- Podem as Forças Armadas serem reformadas?” in Voz di Paz (2010), n.3, Ano 1
- REIS, Felipa Lopes – Como fazer uma Dissertação de Mestrado. PACTOR. Lisboa. 2010, P.23
- República da Guiné-Bissau, Comité Interministerial para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança, Comité Técnico (2006b) Plano Trienal de In-vestimento 2007-2009
- RODRIGUES, Alexandre Reis et al: Bissau em Chamas, editora, casadasletras, 2007, pág.90

- Rudebeck, L. (1997), *Buscar a felicidade: democratização na Guiné-Bissau*, em Lala Kema, N.º1, INEP, Bissau, Guiné-Bissau.
- Rudebeck, L. (2001), *Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000*, Um estudo de democratização difícil, Nordiska Afrikainstitutet, Uppasala, Suécia.
- Sambu, Q. (1989), *Ordem para Matar – Dos Fuzilamentos ao Caso das Bombas da Embaixada da Guiné*, Edições Referendo, Lisboa, Portugal.
- SOUSA, Julião Soares; *Guiné-Bissau: A destruição de um país-Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional*, Coimbra-2012, pág. 133.
- VAISSE, Maurice. *As Relações Internacionais Desde 1945*, Edições 70, Lisboa, 1997.
- VAN-DÚNEM, Belarmino. *Prevenção de conflitos em África*. 1ª Edição. Editora
- VICENTE, São. *O Problema de Cabinda*. Colecção Estudo e documentos 1ª Edição
- WHEELER, Douglas e PELISIER, René. *História de Angola*. 1ª Edição, Tintas - da - China Lda, Lisboa, Novembro de 2009).
- Zeverino, G., (2005), *O Conflito Político-Militar na Guiné-Bissau (1998-1999)*, Tese, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Lisboa, Portugal.

## **Documentos**

- Constituição da República de Angola. Luanda: Imprensa Nacional-E.P, Janeiro de 2010, pág.6.
- Embaixada de Angola na Guiné-Bissau-Relatório sobre a preparação das presidenciais de 2012 no Senegal, pág.8.
- Linhas Mestras da Actividade Político-Diplomática, IV Conselho Consultivo Alargado do Ministério das Relações Exteriores, Janeiro de 2011, pág.8
- Luís Vaz Martins et al: *Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2010-2012*, edição LGDH, pág. 114
- Ofício n.º.211, sobre o Informe da Reunião dos Parceiros da Guiné-Bissau, realizada na sede da UNIOGBIS, no dia 25 de Outubro de 2011, pág.1

-RAMOS, Justino da Glória, apontamentos da aula nº15, A formulação da política externa, Luanda, 2005-2006 (ISPRA).

-Relatório dos principais acontecimentos e actividades registadas durante o mês de Janeiro de 2012 na Embaixada da Guiné-Bissau, pág.12.

-Relatório sobre a visita do secretário de Estado das Relações Exteriores à República da Guiné-Bissau, de 7 à 9 de Novembro de 2011, pág.3.

-Respostas ao questionário da Comissão para a consolidação da paz das Nações Unidas (Configuração específica para a Guiné-Bissau), relativas ao lançamento do Fundo Especial de Pensões para as Forças de Defesa e de Segurança, Bissau, Outubro de 2011. pág. 4

-Sangreman, C. et. al. (2003), A Metodologia do estudo da Pobreza através da evolução dos níveis de vida em Bissau – 1986/1991 (com referências a 1993), Documento de Trabalho, n.º 64, CEsa, Lisboa, Portugal.

## **Jornais**

Anúncio do Executivo Angolano do Fim da Missão em Bissau: Jornal de Angola, edição nº.12037, de 11 de Abril de 2012, pág.3

CARVALHO, António Luvualu: O parlamento e os militares golpistas da Guiné-Bissau, Jornal de Angola, de 12 de Novembro de 2012, pág.7.

CPLP defende uma força de interposição na Guiné-Bissau com o aval da ONU, Jornal de Angola, edição nº.12542, de 16 de Abril de 2012

FRAGOSO, Garrido: Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Jornal de Angola, 21 de Julho de 2012, pág. 2.

FRAGOSO, Garrido: Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Jornal de Angola, 21 de Julho de 2012, pág. 2.

Guiné-Bissau quer relação estratégica com Angola”, Televisão Pública de Angola, 22 de Julho de 2010.

Guiné-Bissau: Indjai acusado de tráfico de armas, Jornal de Angola de 20 de Abril de 2013, pág.9.

GUSTAVO, Costa: Luanda aconselha calma em Bissau, *Jornal Expresso*, Primeiro caderno, 2010, p.33

*Jornal de Angola*, Quinta-feira, 19 de Abril de 2012, pág. 3

*Jornal de Angola*, Quinta-feira, 19 de Abril de 2012, pág. 3.

Jornalistas narram do seguinte modo as afirmações de Bubo na Tchuto numa visita ao mercado: “Não dei dinheiro a todas as pessoas que estão a saudar-me! Mas gostam de mim e vêem em mim um valoroso combatente da guerra da libertação, o homem que poderá dar estabilidade ao país”. “À vontade em Bissau, Bubo brinca com as acusações do tráfico de estupefacientes e de conluio”, AFP, 15 Maio de 2010.

MISSANG deixa a Guiné-Bissau com espírito de missão cumprida. *Jornal de Angola*, 10 de Junho de 2012, pág. 48

Nô Pintcha: Ano XXXV – Nº 2128 – 11.03.2011 – Fundo de Consolidação da Paz da ONU vai disponibilizar cerca de 16 milhões de dólares. p. 4

Num artigo de opinião, o redactor-chefe do influente jornal angolano "*O País*" sublinhou a necessidade de uma acção para além do nível da política e militar, na economia, que beneficie o exército e a população. “Os espelhos de Bissau”, *O País*, 22 de Outubro de 2010

Para a questão Balanta, ver. Marina Temudo, “From the Margins of the State to the Presidential Palace: The Balanta Case in Guinea-Bissau”, *African Studies Review*, vol. 52, no. 2 (2009), p. 47–67.

PIRES, Mamadu Djaló: Governo deposto apela às Nações Unidas que lidere o processo de transição do país, *Jornal de Angola*, 14 de Maio de 2012, pág. 9

PIRES, Mamadu Djaló: Governo deposto apela às Nações Unidas que lidere o processo de transição do país, *Jornal de Angola*, 14 de Maio de 2012, pág. 9

SAMBÚ, Assana, "Guiné-Bissau merece atenção especial da Comunidade Internacional", In *Gazeta de Notícias* de 4 de Novembro de 2009, Bissau, p.12

SAMPA, Amarante e DJALO, Ibraima Sori: "Angola está pronta para ajudar a Guiné-Bissau em todos os domínios". *Jornal Nô Pintcha*, 12 de Novembro de 2009, Bissau, p.15.

## Revistas

-A.A: Guiné-Bissau outra vez: Revista Figuras e Negócios, edição nº.125 de Abril de 2012, pág.5.

-CUIATÉ, Almami Júlio: Guiné-Bissau um país à deriva, Revista África 21» *Á espera do roteiro político*« edição nº.72 de Março de 2013, pág.40

-Djaló, T. (2000), Lições e legitimidade dos conflitos políticos na Guiné-Bissau, Soronda Revista de Estudos Guineenses, NúmeroEspecial 7 de Junho, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Bissau, Guiné-Bissau

-Havik, Philip. 1995-1999. Mundasson i Kambansa: espaço social e movimentos políticos na Guiné-Bissau (1910-1994). Revista Internacional de Estudos Africanos, pág. 115-167

-PEREIRA, Fernando Jorge: Toque a reunir na Guiné-Bissau. Revista África 21, edição nº.38, Março de 2010, página 18.

-Revista África 21 »*devíamos construir o ponto de partida para a nação guineense se reerguer*« edição nº.66, de Agosto de 2012, pág.8

-Revista África 21 »*É preciso virar a página*«, edição nº.69 de Novembro de 2012, pág.8.

-Revista África 21 »*quando o crime compensa*« edição nº64 de Junho de 2012, pág. 46.

-Revista África 21, edição nº61:CEDEAO e CPLP assinam acordo para apoiar Guiné-Bissau, Março de 2012, página 44

-Revista Africa 21»*como ultrapassar o actual impasse*«, edição nº.67, de Setembro de 2012, pág.46

-Revista Africa 21»*Defesa e segurança-uma reforma crucial*«, edição nº.38, de Março de 2010, pág. 26

-Revista Africa 21»*entrevista*«, edição nº.65, de Julho de 2012, pág. 7

-Revista Africa 21»*Guiné-Bissau um país a deriva*«, edição nº.70, de Dez/Janeiro de 2013, pág. 40



-Revista Figuras e Negócios n.º.125: *união africana unânime na condenação do golpe*, 2012, pág. 47.

### **Bibliografia electrónica**

-A droga na África: um problema mundial. Disponível em: [www.pime.org.br/noticias2009/A\\_droga\\_na\\_Africa.doc](http://www.pime.org.br/noticias2009/A_droga_na_Africa.doc) (acessado aos 7/11/2013).

-A importância das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/541> (acessado aos 14/6/2013)

-Angola apela ao cumprimento das promessas de ajuda à Guiné-Bissau. Disponível em: <http://guinebissaudocs.wordpress.com/2011/07/01/angola-apela-ao-cumprimento-das-promessas-de-ajuda-a-guine-bissau/> (acessado aos 6/6/2013).

-Angola conclui repatriamento de polícias guineenses formados em Luanda. Disponível em: <http://www.circuloangolano.com/?p=21396> (acessado aos 11/6/2013)

-Angola: Polícias guineenses retidos em Luanda. Disponível em: <http://www.gbissau.com/?p=2242> (acessado aos 11/6/2013).

-Animismo (religião)-Infopédia. Disponível em: Infopédia: Animismo - [http://www.infopedia.pt/\\$animismo-\(religião\)](http://www.infopedia.pt/$animismo-(religião)) (acessado aos 15/06/2012)

-Aparentemente a pedido de Portugal, que desejava vê-lo contribuir para a mediação do conflito angolano, Nino Vieira estabeleceu ligações com a rebelião angolana dirigida por Jonas Savimbi a partir de 1994. Entrevista realizada pelo Crisis Group, políticos e jornalistas guineenses, Bissau, Julho de 2011, e Paris, Dezembro de 2011. Ver também o testemunho de João Renato da Silva, que teria sido um dos intermediários desta relação. A este propósito, ele sublinha: "Savimbi dizia que todos os homens podem ser comprados e que é o preço que varia". Ver "Futuro refém da reforma do Exército", Moçambique para todos. Disponível em: [macua.blogs.com](http://macua.blogs.com), (acessado aos 18 de Abril de 2010).

-As Verdadeiras razões por detrás do conflito na Guiné-Bissau. Disponível em: [http://www.angola24horas.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7278:as-verdadeiras-razoes-por-detras-do-conflito-na-guine-bissau&catid=1:destaque&Itemid=35](http://www.angola24horas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=7278:as-verdadeiras-razoes-por-detras-do-conflito-na-guine-bissau&catid=1:destaque&Itemid=35) (acessado aos 20/12/2012).

-BANGNA, Cunhate Na, “*Características Sócio-Comportamentais Relacionadas ao Risco de Transmissão do HIV em Escolares de 15 a 24 anos, na Guiné-Bissau*” Dissertação apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – Fundação Oswaldo Cruz – para obtenção do grau de Mestre em Saúde Pública – área de Epidemiologia Geral. Disponível em: [www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4987/2/976.pdf](http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4987/2/976.pdf) (acessado aos 16/06/2013)

-Bubo Na Tchuto compareceu pela primeira vez num tribunal em Nova Iorque. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/bubo-na-tchuto-presos-em-nova-iorque-por-narcotrafico-onde-compareceu-uma-primeira-vez-a-um-juiz-1590362> (acessado aos 11/11/2013).

-Bubo Na Tchuto preso em águas da Guiné-Bissau, garante jovem que esteve presente. Disponível em: <http://paginaglobal.blogspot.pt/2013/04/bubo-na-tchuto-presos-em-aguas-da-guine.html> (acessado aos 11/11/2013).

-Cassama, L. Missão militar angolana provoca polémica na Guiné-Bissau. *Voz da América*. (2011). Disponível em: <http://www.voanews.com/portuguese/news> Acesso em 01 Mar. 2012

-Cavaco elogia papel da CPLP no golpe de Estado da Guiné. Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/politica/cavaco-silva-cplp-mocambique-guine-bissau-tvi24/1362836-4072.html> (28/10/2012).

-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2008). Declaração Final da X Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa, CPLP Documentos, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 18/05. Disponível em: URL: < <http://www.cplp.org/> > (acessado aos 15/6/2013).

-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2011). Comunicado Final da XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(CPLP), CPLP )Notícias, 22 de Julho. Disponível em: URL: < <http://www.cplp.org>> (acessado aos 01/08/2013)

-Custos do golpe de Estado: MISSANG começa retirada amanhã, e embaixador não regressa a Bissau. Disponível em: <http://ditaduradoconsenso.blogspot.com/search?q=Missang> (acessado aos 20/9/2013)

-Definição de Estados Falhados: «Os Estados-Nação acabam por falir porque já não conseguem fornecer bens políticos positivos às suas populações. Os seus governos perdem a legitimidade e, aos olhos e corações de uma crescente pluralidade de cidadãos, o Estado Nação ele próprio torna-se ilegítimo». ROTBERG, Robert I. (2002). “The New Nature of Nation-State Failure”, The Washington Quarterly, Summer, 25: 3, p. 85. Disponível em: URL: < <http://www.twq.com/02summer/rotberg.pdf> > (acessado aos 30/06/2013). Disponível em: [http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/africa/2012/5/25/Sao-Tome-reafirma-condenacao-golpe-militar-exige-segunda-volta-das-eleicoes,5dd72fde-c60f-4a66-9747-93f18efeb6be.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2012/5/25/Sao-Tome-reafirma-condenacao-golpe-militar-exige-segunda-volta-das-eleicoes,5dd72fde-c60f-4a66-9747-93f18efeb6be.html) (acessado aos 23/7/2012).

- Efectivos das forças policiais da Guiné-Bissau iniciam curso básico de polícia. Disponível em:<http://novadaguinebissau.blogspot.com/2011/12/efectivos-das-forcas-policiais-da-guine.html> (acessado aos 14/06/2013).

-Feliciano António dos Santos foi nomeado embaixador de Angola na Guiné-Bissau, em substituição do diplomata Brito António Sozinho, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a 2 de Junho de 2011. Disponível em: <http://novadaguinebissau.blogspot.pt/2011/10/angolaguine-bissau-embaixador-feliciano.html> (acessado aos 05/11/2012)

-Governo angolano ajuda com meios técnicos Televisão da Guiné-Bissau. Disponível em: <http://manmessias21.blogspot.com/2012/04/governo-angolano-ajuda-com-meios.html> (acessado aos 20/08/2013).

-Guiné-Bissau corre o risco de continuar em uma espiral descendente, com todas as consequências sociais e políticas relacionadas que se pode imaginar em termos de ameaças à segurança humana e paz, como presa, bem como a toda a sub-região. Guinea-Bissau: Country Request for Peacebuilding Commission. Disponível em: <http://www.un.org/peace/peacebuilding/Country-Specific%20Configurations/Guinea-Bissau/country%20request%20GB.pdf> (acessado aos 04/08/2013).

-Guiné-Bissau quer força de estabilização. O País. (2010). Disponível em: <<http://www.opais.net/pt/opais>>. Acesso em: 08 Mar. 2012

-Guiné-Bissau: Meios materiais dos militares angolanos provocam ciúmes. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/content/article-04-11-12-angola-mission-bissau-147034015/1450783.html> (acessado aos 6/5/2013).

-Guiné-Bissau: Nova manifestação exige demissão de Gomes Júnior”, Voz da América, 5 de Agosto de 2011. O próprio Djaló não é Balanta, mas Fula. Disponível em: <<http://www.voanews.com/portuguese/news>> Acessado aos 01 Março de 2012).

-Guiné-Bissau: preocupações da amnistia internacional no seguimento do golpe de Abril de 2012. Disponível em: GUINÉ-BISSAU, [www.forumafrika.com.br/pais%20guine.pdf](http://www.forumafrika.com.br/pais%20guine.pdf), pág.2 (acessado aos 15/05/2013)

-Guiné-Bissau: Tensões Angola-Nigéria estendem-se à região. Disponível em: <http://ditaduradoconsenso.blogspot.pt/2012/07/guine-bissau-tensoes-angola-nigeria.html> (acessado aos 12/11/2013)

-Guiné-Bissau: um Estado falhado ou o fim do Estado? Comunicação do Embaixador Henriques da Silva. Disponível em: <http://ditaduradoconsenso.blogspot.pt/2012/06/guine-bissau-um-estado-falhado-ou-o-fim.html> (acessado aos 11/10/2013).

-Guiné-Bissau-African Economic Outlook. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/paises/west--africa/guine-bissau/> (acessado aos 22/05/2013).

-Interveniente universitário da RSS, universitário e militares guineenses, Bissau, Julho de 2011. O salário de base de um soldado raso é 28 000 francos CFA, e o de um polícia, 19 000 francos CFA. “Conferência para consolidação da paz e desenvolvimento realizada no sul do país”, Gazeta de Notícias, 17 de Janeiro de 2011. Disponível em: [as perspectivas de reforma na guiné-bissau - International Crisis...www.crisisgroup.org/.../183-au-dela-des-compromis-les-perspectives-de-...](http://www.crisisgroup.org/.../183-au-dela-des-compromis-les-perspectives-de-...)(acessado aos 1/02/2013)

-Jornal de Angola: Reconhecido empenho de Angola na estabilização da Guiné-Bissau. Disponível em: <http://guinebissaudocs.wordpress.com/2011/07/07/jornal-de-angola-reconhecido-empenho-de-angola-na-estabilizacao-da-guine-bissau/> (acessado aos 6/6/2013).

-JUSTO, António da Cunha Duarte : Índice de Corrupção nos Países lusófonos e no Mundo. Disponível em <http://antonio-justo.eu/?p=2109> (acessado aos 17/6/2013).

-Maria Sousa Galito, Resolução sobre a Implementação do Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Sector da Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau. CPLP Notícias, 22 Julho, p. 2. Disponível em: URL: <<http://www.cplp.org>> (acessado aos 01/08/2013).

-Ministro Georges Chikoti disserta sobre Política Externa de Angola. Disponível em: [http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/politica/2013/6/30/Ministro-Georges-Chikoti-disserta-sobre-Politica-Externa-Angola,d6f3ef1f-8afa-4003-ac15-5bf096cd5797.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2013/6/30/Ministro-Georges-Chikoti-disserta-sobre-Politica-Externa-Angola,d6f3ef1f-8afa-4003-ac15-5bf096cd5797.html) (acessado aos 15/7/2013).

-MISSANG instalada em Bissau. Disponível em: <http://www.opais.net/pt/dossier/?det=19946> (acessado aos 6 de Junho de 2013).

-Nansil, S. Guiné-Bissau: UPG considera Missão Militar Angolana uma ocupação. Bissau Digital. (2011) Disponível em: <<http://www.bissaudigital.com/>>. Acesso em: 07 Mar. 2012.

-No dia 12 de Maio, o Primeiro-Ministro de Cabo Verde declarou explicitamente que o seu governo não reconhecia as novas autoridades da Guiné-Bissau (Ver Voz da América (14 de Maio de 2012). “Governo de Cabo Verde não reconhece Serifo Nhamadjo”. Disponível em: [http://www.voanews.com/portuguese/news/05\\_14\\_12\\_cape\\_verde\\_reaction-151418855.html](http://www.voanews.com/portuguese/news/05_14_12_cape_verde_reaction-151418855.html)

-O fim da cooperação técnico-militar entre a Guiné-Bissau e Angola. Disponível em: <http://paginaglobal.blogspot.com/2012/08/o-fim-da-cooperacao-tecnico-militar.html> (acessado aos 20/09/2013).

-Octávio Barbosa identificou três nomes clânicos que ainda persistiam tenuemente ao tempo da sua pesquisa: malobal (leopardo), massêm (jiboia) e mabadie (djambatuto). (Octávio Gomes Barbosa, *Contribuição para o Estudo dos Beafadas*, ISCSPU, Lisboa, 1972, p.70. Dissertação de Licenciatura em Ciências Sociais e Política Ultramarina. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Oct%C3%A1vio\\_Barbosa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Oct%C3%A1vio_Barbosa).

-Oliveira, Panguinho. Angola: apoio financeiro a Guiné-Bissau dá que pensar em Luanda. (2011). Disponível em: <[http://www.vozangola.com/CM\\_2011.html](http://www.vozangola.com/CM_2011.html)>. Acesso em: 23 Fev. 2012.

-Outro elemento de influência, Angola é um dos novos destinos da emigração guineense. Haverá entre 5000 e 7000 Bissau-Guineenses em Angola. “Antigo ministro das Finanças, Manuel dos Santos ‘Manecas’, nomeado embaixador em Angola”, Lusa, 23 de Março de 2011.

-Para além dos compromissos: as perspectivas de reforma na Guiné-Bissau Relatório África do Crisis Group N°183, 23 Janeiro de 2012, pág. 7. Disponível em: as perspectivas de reforma na guiné-bissau - InternationalCrisis...[www.crisisgroup.org/.../183-au-dela-des-compromis-les-perspectives-de-...](http://www.crisisgroup.org/.../183-au-dela-des-compromis-les-perspectives-de-...) (acessado aos 15/05/2013)

-PINTO, Paula: tradição e modernidade na Guiné-Bissau: uma perspectiva interpretativa do subdesenvolvimento, dissertação para obtenção do grau de mestre em estudos africanos pelo centro de estudos africanos da faculdade de letras da universidade do Porto, Outubro de 2009, pág. 31. Disponível em: tradição e modernidade na guiné-bissau - Repositório Aberto da... [repositorio-aberto.up.pt/bitstream/.../tesemestpaulapinto000093779.pdf](http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/.../tesemestpaulapinto000093779.pdf) (acessado aos 16/08/2013).

-Portal de Noticias em Bissau: Disponível em: GBISSAU.com [www.gbissau.com/wp-content/.../04/Alledged-PM-letter-to-UN-SG.pdf](http://www.gbissau.com/wp-content/.../04/Alledged-PM-letter-to-UN-SG.pdf) (acessado aos 5/9/2013).

-PR mantém pressão sobre Guiné -Bissau. Disponível em: [http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/africa/2012/5/24/mantem-pressao-sobre-Guine-Bissau,c9b7278b-4c05-4c0c-be4b-b616a099bd7c.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2012/5/24/mantem-pressao-sobre-Guine-Bissau,c9b7278b-4c05-4c0c-be4b-b616a099bd7c.html) (acessado aos 23/7/2012).

-Presidente cabo-verdiano congratula-se com posições da União Africana e CPLP. Disponível em: <http://www.gbissau.com/?p=1694> (acessado aos 28/10/2012).

-P. GODINHO GOMES (2010b), “A importância das Forças Armadas Revolucionárias do Povo na luta pela libertação da Guiné-Bissau”, Poiésis -Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, vol.3, n.6 (Julho-Dezembro), pp.121-139. Disponível em <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/541/530>).

-Ranking do IDH 2010 do PNUD. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau> (acessado aos 16/06/2013)

-Ranking of economies-*Doing Business*-World Bank Group Guiné-Bissau.

-Disponível em: [http://www.doingbusiness.org/data/exploreconomies/guinea\\_bissau](http://www.doingbusiness.org/data/exploreconomies/guinea_bissau) (acessado aos 16/6/2013).

-Resolução sobre a Implementação do Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Setor da Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau. Disponível em: [www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File...CMNE](http://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File...CMNE) (acessado aos 15/4/2013)

-SANTOS, Viola, "Militares da Guiné-Bissau são formados em Angola", In Jornal de Angola on-line. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao> (acessado aos 11 de Abril de 2012).

-UN Peacebuilding Commission: Plano Prioritário do Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau. Disponível em: [http://www.unpbf.org/docs/PBF\\_Guinea\\_Bissau\\_Priority\\_Plan\\_\(Portuguese\\_24Jun2008\).pdf](http://www.unpbf.org/docs/PBF_Guinea_Bissau_Priority_Plan_(Portuguese_24Jun2008).pdf) p. 6 (acessado aos 04/08/2013).

-UN Peacebuilding: Guinea-Bissau Peacebuilding Fund Overview. Disponível em: <http://www.unpbf.org/guinea-bissau/guinea-bissau.shtml>. (acessado aos 04/08/2013)

-VAN-DUNÉN, Belarmino: Os golpes de Estado na Guiné-Bissau. Disponível em: [http://club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10907:os-golpes-de-estado-na-guine-bissau-belarmino-van-dunen&catid=17:opinio&Itemid=124](http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=10907:os-golpes-de-estado-na-guine-bissau-belarmino-van-dunen&catid=17:opinio&Itemid=124) (acessado aos 17/08/2013).

-William Thompson apud JOSÉ, Joveta: A política externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS em 2011, como requisito parcial para obtenção do título de doutor. Disponível em: [www.lume.ufrgs.br](http://www.lume.ufrgs.br) › ... › Ciências Humanas › Ciência Política (acessado aos 20/4/2013).

<http://www.angoladigital.net>

<http://www.angolaxyami.com>

<http://www.club-k.net>

<http://www.angonoticias.com>

## **ANEXOS:**

### **TRANSCRIÇÕES DAS PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS**

#### **Anexo-I**

**Entrevista com JOSÉ AMPA GATUBÓ** – Cidadão guineense, residente desde 1979 em Portugal, Professor Associado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Actua na área de Ciência Política e Sociologia. É Pós-Graduado e Mestre em Estudos Africanos (ISCTE: 1991 e 1995 respectivamente. Licenciado em Sociologia (ISCTE: 1985). Estagiário no Centre D'Afrique Noie, Bordeus, França, 1994. Membro do Conselho Pedagógico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Membro da Comissão do Curso de Sociologia. Membro da Comissão Pedagógica do Curso de Estudos Europeus e Relações Internacionais 2009-2011. Candidato ao Pós-Doutoramento em Estudos Europeus e Relações Internacionais na Universidade de Évora. Sócio do Centro de Estudos Africanos do ISCTE, Lisboa desde 1986 Sócio-co-fundador do Centro de Pesquisa e Estudos Sociais - CEPES.

1-Como avalia a relação de cooperação entre Angola e a Guiné-Bissau?

2- Como explica os constantes golpes de Estado? São resultado da incapacidade de resolução dos Conflitos e instabilidade por meios pacíficos?

3- Até que ponto vai o envolvimento da elite política e militar no narcotráfico? (Bubo Na Tchuto e António Indjai?) Que outros exemplos existem?

4-Como avalia a Reforma levada a cabo pela MISSANG?

*A entrevista realizou - se na Freguesia da Damaia em Lisboa no dia 8 de Novembro de 2013.*



## **Anexo-II**

**Entrevista com FERNANDO MANUEL**, angolano, Mestre em Relações Internacionais, docente de História de África e de Angola, História de Relações Internacionais Africanas, na Universidade Privada de Angola (UPRA), Universidade Técnica de Angola (UTANGA) e o Instituto de Relações Internacionais (IRI). Tem participado em várias conferências a nível nacional e internacional.

1-Como avalia o papel da CPL, ONU, UA e CEDEAO face o golpe de estado de 12 de Abril de 2012?

2-Podemos considerar um fracasso a presença de Angola na Guiné-Bissau?

3- No seu ponto de vista como a Nigéria e a Costa do Marfim encararam a presença de Angola na Guiné-Bissau? de alguns exemplos?

4-Angola e Portugal solicitaram as Nações Unidas a criação de uma força de interposição para a Guiné-Bissau, como encara esse pedido?

5- Porque é que Kumba Ya La recursou participar na 2ª volta das eleições presidenciais de 2012?

6-Apresente algumas soluções para os diversos problemas na Guiné-Bissau?

7-Como avalia o papel da sociedade civil guineense?

*A entrevista realizou - se na sala de conferências do Instituto de Relações Internacionais em Luanda no dia 13 de Setembro de 2013.*

### **Anexo-III**

**Entrevista com Coronel PEDRO SOZINHO**, Chefe de Repartição de Coordenação e Avaliação de Programas da Força Aérea Nacional. O objectivo da entrevista, se enquadrava no âmbito da problemática das motivações da política externa angolana na Guiné-Bissau, fazendo ênfase da MISSANG, na qual fizemos alguns apontamentos no que concerne à evolução política naquele país, o que tornou pertinente aproveitar esta entrevista, para desenvolver a nossa Dissertação.

- 1-Que tipo de infraestruturas a MISSANG estava a reabilitar na Guiné-Bissau?
- 2-Qual foi o orçamento que Angola investiu para reabilitação dos Quartéis?
- 3- Como avalia o papel da Bauxite Angola na exploração dos recursos na Guiné-Bissau?
- 4- É verdade que Angola pagava os salários dos efectivos dos militares guineenses?

*Entrevista realizada no dia 7/6/2013, na Direcção Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa de Angola*